

Constatações da Realidade em Moçambique

– Construindo uma melhor compreensão das dinâmicas da pobreza e bem estar –

Relatório Final

2011-2015



ORGUT

Em cooperação com:

CMI CHR. MICHELSEN INSTITUTE **COWI**

As Constatações da Realidade em Moçambique foram implementadas pela ORGUT Consulting (Suécia) em associação com a COWI Lda (Moçambique) e o Chr. Michelsen Institute (Noruega) em nome da Embaixada da Suécia em Maputo. As Constatações da Realidade foram implementadas entre 2011 e 2015, sendo o trabalho de campo realizado em cada ano nos Distritos de Cuamba, Majune e Lago na Província do Niassa. Este é o Relatório Final da série de Constatações da Realidade, sintetizando as principais conclusões dos cinco Relatórios Anuais precedentes e dos seus sub-relatórios.

O relatório é elaborado pelo chefe de equipa das Constatações da Realidade em Moçambique e sub-chefe de equipa para o Distrito do Lago Dr. Inge Tvedten, a sub-chefe de equipa para o Distrito de Majune Minna Tuominen e a sub-chefe de equipa para o Distrito de Cuamba Carmeliza Rosário.

Este documento foi financiado pela Embaixada da Suécia em Maputo. A Embaixada não partilha necessariamente os pontos de vista expressos neste documento. O seu conteúdo é da inteira responsabilidade do autor.

Fotografia da Capa: Kajsa Johansson – Lago: Mulher na Tempestade

ORGUT Consulting AB, 2016-05-27

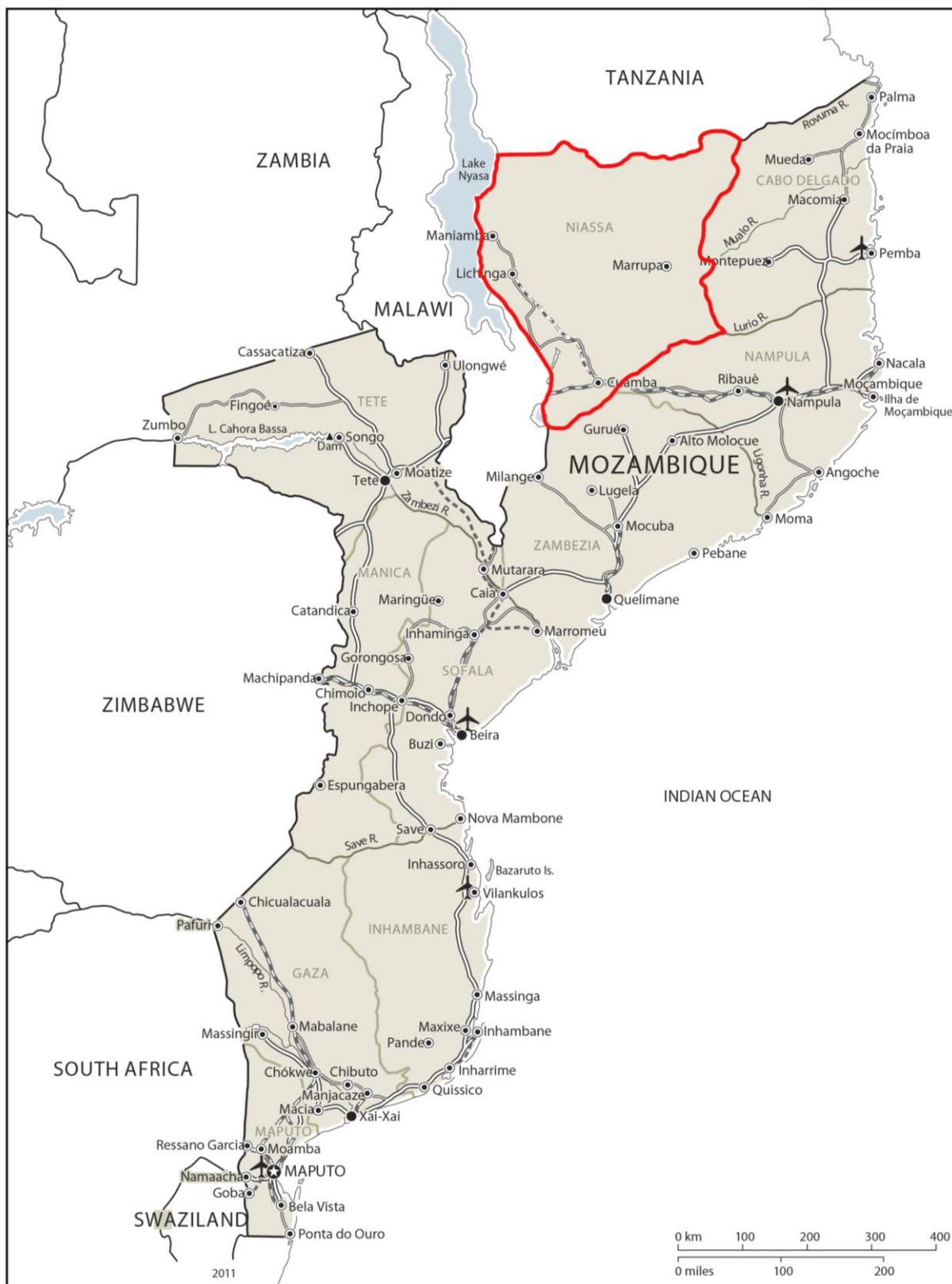
ÍNDICE

ABREVIATURAS	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1. AS CONSTATAÇÕES DA REALIDADE	6
1.2. ABORDAGEM E METODOLOGIAS.....	10
1.3. LINHAS GERAIS DO RELATÓRIO.....	12
2. LOCALIZAÇÃO	14
2.1. PROVÍNCIA DO NIASSA.....	14
2.2. OS LOCAIS DO PROJECTO	15
2.3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES PESSOAIS.....	17
3. GOVERNAÇÃO, AGRICULTURA E SECTOR PRIVADO.....	22
3.1. GOVERNAÇÃO.....	22
3.2. AGRICULTURA/PESCA.....	29
3.3. SECTOR PRIVADO/EMPREENDEDORISMO	37
3.4. CONCLUSÕES.....	42
4. DINÂMICAS LOCAIS DA POBREZA E BEM-ESTAR.....	43
4.1. RELAÇÕES NA COMUNIDADE	44
4.2. ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DO AGREGADO FAMILIAR.....	49
4.3. RELAÇÕES DE GÉNERO	57
4.4. MOBILIDADE SOCIAL	60
5. EM RESUMO	63
LISTA DE LITERATURA.....	68
ANEXO 1: RELATÓRIO DE REFLEXÃO.....	75
ANEXO 2: TERMOS DE REFERÊNCIA.....	93

ABREVIATURAS

ANE	Administração Nacional de Estradas
BAU	Balcão de Atendimento Único
OBC	Organização de Base Comunitária
EDM	Electricidade de Moçambique
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
FM	Fundação Malonda
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MLT	Moçambique Leaf Tobacco
Mt	Meticais
ONG	Organização Não Governamental
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
PESOD	Plano Económico e Social Distrital
POS	Terminal Ponto de Vendas
PROMER	Programa para a Promoção de Mercados Rurais
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
PME	Pequenas e Médias Empresas
ASS	África Sub-Shariana
UCM	Universidade Católica de Moçambique
San-JFS	Sociedade Algodoeira do Niassa – João Ferreira dos Santos

Mapa 1: Constatações da Realidade em Moçambique / Niassa



1. INTRODUÇÃO

A monitoria e avaliação da pobreza em Moçambique têm lugar principalmente no quadro da implementação da Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique PARP/A (GdM 2005; 2011) e no Plano Quinquenal 2015-2019 (RdM 2015) do país e assentam em dados quantitativos provenientes de diferentes tipos de estudos nacionais e estudos similares feitos por organizações de ajuda bilaterais e multilaterais (ver e.g. INE 2010, 2013, 2015; MPD 2010; Banco Mundial 2007, 2015; UNICEF 2014).

Todavia, estes estudos, pela sua natureza quantitativa, não captam todas as dimensões da pobreza que são relevantes para o desenho de políticas e programas. Enquanto os dados quantitativos produzem informação valiosa sobre o mapeamento e perfil da pobreza no espaço e no tempo, os dados qualitativos são necessários para compreender melhor as dinâmicas da pobreza e as estratégias de sobrevivência dos pobres (ORGUT 2011a; Addison et al. 2009).

1.1. As Constatações da Realidade

Perante estes antecedentes, a Embaixada da Suécia em Maputo e a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (Sida) decidiram ser necessário avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento e redução da pobreza “a partir de baixo” e consultar regularmente as populações locais com o objectivo de entender os processos e relações locais.

Uma série de cinco “Constatações da Realidade em Moçambique” teve lugar no período entre 2011 e 2015, focando as dinâmicas da pobreza e bem-estar dando particular atenção à boa governação, agricultura/clima e sector privado/empreendedorismo que são sectores chave na cooperação Sueca para o desenvolvimento com Moçambique (MFA Suécia 2008, 2015). Cada Constatação da Realidade foi publicada na forma de um Relatório Anual e três Sub-Relatórios sobre cada um dos três locais de estudo seleccionados (para mais detalhes ver Orgut 2011).

Mais concretamente, espera-se que as “Constatações da Realidade em Moçambique”:

- Contribuam para informar a discussão pública entre os actores do desenvolvimento mais importantes sobre a redução da pobreza, especialmente na província do Niassa;
- Contribuam para uma melhor compreensão dos métodos qualitativos de monitoria da pobreza em Moçambique;
- Proporcionem à Suécia dados qualitativos relevantes sobre os desenvolvimentos e resultados da sua acção em Moçambique e apoiem a ulterior implementação do seu programa no Niassa.

Espera-se que as Constatações da Realidade atinjam estes objectivos através do aumento do conhecimento sobre:

- A pobreza (dimensões não tangíveis da pobreza, tais como vulnerabilidade e impotência; percepções das pessoas pobres sobre a pobreza; processos causais

que sustentam as dinâmicas da pobreza: estratégias de luta/sobrevivência adoptadas por mulheres e homens vivendo na pobreza);

- As relações de poder local e com as instituições do estado (instituições formais [i.e. políticas, administrativas] que permitem ou constroem as pessoas na execução das suas estratégias; instituições informais [i.e. culturais, sociais, baseadas na família ou no parentesco, etc.] que permitem ou constroem as pessoas a realizar as suas estratégias) e;
- As políticas e serviços (acesso, uso e procura de serviços públicos, de acordo com as pessoas que vivem na pobreza; qualidade dos serviços públicos, de acordo com as pessoas que vivem na pobreza).

Houve também a expectativa de que as Constatações da Realidade deviam, na medida em que fosse relevante para a população local em estudo, prestar atenção especial às “questões prioritárias identificadas nas revisões anuais de projectos e programas dentro dos sectores prioritários Suecos” (ver os Temos de Referência).

A série de estudos começou com um Relatório Inicial publicado em Agosto de 2011 (ORGUT 2011a). Devido a esse exercício foi decidido que as Constatações da Realidade deviam basear-se em trabalho de campo em três Distritos/Município diferentes na Província do Niassa que apresentassem variações em termos de localização geográfica, acesso a serviços públicos e níveis de pobreza e bem-estar. As três áreas seleccionadas foram i) o Distrito do Lago; ii) o Município de Cuamba; e iii) o Distrito de Majune (ver o Mapa 2).

Mapa 2: Locais do Projecto das Constatações da Realidade



O trabalho de campo da 1ª Constatação da Realidade realizou-se em Setembro de 2011, com Sub-Relatórios dos Distritos do Lago (Orgut 2011b), do Distrito de Majune (Orgut 2011c) e do Município de Cuamba (Orgut 2011d), bem como o 1º Relatório Anual que sintetiza as principais conclusões (Orgut 2011e). A 1ª Constatação da Realidade serviu como “Linha de Base” para relatórios subsequentes e inclui informação sobre os antecedentes, bem como dados acerca do Niassa e dos três locais do projecto e um Estudo de Base que são úteis quando da leitura dos relatórios subsequentes para o período 2012-2015.

A 2ª Constatação da Realidade foi realizada em Setembro de 2012 (Orgut 2012a, b, c e d). Em conformidade com os Termos de Referência, os relatórios tiveram um enfoque temático

na governação. A 3ª Constatação da Realidade foi realizada em Junho de 2013 (Orgut 2013a, b, c e d), com um enfoque temático na agricultura, emprego e clima; a 4ª Constatação da Realidade teve lugar em Setembro de 2014, com um enfoque temático no sector privado/empreendedorismo (Orgut 2014a, b, c e d); e a 5ª Constatação da Realidade foi executada em Outubro de 2015, com um enfoque nas expressões quantitativas de pobreza e bem-estar tal como aparecem no Estudo de Base de Constatação da Realidade (2011) e no Estudo Final de Constatação da Realidade (2015).

Ilustração 2: Colagem de Apresentações



Este é o Relatório Final, que sintetiza e analisa toda a série de estudos de Constatação da Realidade.¹ Em conformidade com o principal objectivo/ideia da série, basear-se-á principalmente na informação e dados qualitativos ou “perspectivas das pessoas pobres sobre desenvolvimento, com o objectivo de captar a multidimensionalidade da pobreza, oferecer pontos de vista em processos causais e permitir uma triangulação da informação de diferentes fontes” (Embaixada da Suécia 2010/TdR) – usando os dados quantitativos recolhidos em 2011 e 2015 para validar os processos/dinâmicas descritos/analizados. O Relatório Final será acompanhado de um Relatório de Reflexão (ver Anexo 1) separado, “avaliando a metodologia e o processo, lições aprendidas e recomendações para possíveis Constatações da Realidade futuras” (Ibid).

¹ Ou, de acordo com os TdR: “Um relatório final consistindo em i) um resumo dos relatórios anuais, incluindo uma compilação dos dados qualitativos e das conclusões gerais relacionadas com as constatações” (Embaixada da Suécia 2010).

As Constatações da Realidade produzidas até agora têm sido apresentadas e discutidas em vários cenários diferentes (ver Ilustração 2) incluindo i) a Embaixada da Suécia em Maputo para os parceiros nacionais ; ii) seminários em Lichinga para representantes do governo, da sociedade civil e do sector privado no Niassa; iii) o Governo Local em Cuamba, Lago e Majune; iv) em entrevistas para o jornal nacional “Notícias”; v) as rádios comunitárias em Majune, Lago e Cuamba; e vi) através de exposições de fotografias, exercícios participativos, etc. nos três locais do projecto (Orgut 2011f). A pedido, distribuímos também relatórios por instituições locais como Escolas Secundárias para uso nas ciências sociais e a museus.

1.2. Abordagem e Metodologias

Realizámos as nossas análises com referência a um quadro analítico onde a pobreza e o bem-estar são vistos como o resultado de forças históricas e estruturais complexas, bem como das práticas da população no que respeita a relações sociais e construções culturais complexas (Orgut 2011f). As estruturas políticas e económicas têm um efeito poderoso sobre a acção humana e o carácter dos eventos, mas também há espaço para a agência humana e vidas normais na forma de estratégias e acção para mobilidade social. A distinção entre estrutura e agência é relevante para o debate actual sobre o desenvolvimento/redução da pobreza em Moçambique: enquanto uma linha de pensamento defende o ponto de vista de que as pessoas podem sair da pobreza através do “empreendedorismo” individual e do aumento do seu capital humano em termos de educação e saúde, outros realçam que a redução da pobreza só será consumada com a remoção dos constrangimentos estruturais políticos, económicos e culturais.

O nosso ponto de partida foi que a pobreza pode com proveito ser vista como um conceito multidimensional (Ibid). A pobreza envolve a falta de emprego e do rendimento necessário para atender às necessidades básicas (aliviada através de uma combinação de crescentes *oportunidades* e uma crescente *capacidade* de capitalizar as oportunidades disponíveis); um sentimento de não ter voz activa nem poder em relação às instituições da sociedade e do estado (aliviado através de maior *empoderamento*); e a vulnerabilidade a choques adversos, ligada à capacidade de lidar com eles através de relações sociais e instituições legais (aliviada por meio do aumento da *segurança*). “Os pobres” foram identificados através de uma combinação de dados quantitativos sobre rendimento e consumo e categorizações locais de quem são os que estão em melhor situação, os pobres e os destituídos (ver abaixo). No que se refere às recomendações na Revisão de Meio Termo da Cooperação Sueca para o Desenvolvimento com Moçambique (Sida 2009), foi prestada especial atenção aos processos de marginalização e exclusão social das crianças, mulheres e homens muito pobres.

A combinação de abordagens quantitativas e qualitativas constitui a melhor opção para monitorar e avaliar o desenvolvimento e a redução da pobreza. Mais especificamente, os estudos baseiam-se numa combinação de informação quantitativa proveniente do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Autoridades Distritais; um Estudo de Base realizado para este projecto em 2011 nos três locais do projecto e num Estudo Final feito em 2015; entrevistas a informadores chave na capital provincial Lichinga e nos Distritos/Município seleccionados; observação participante nas comunidades locais seleccionadas para o

trabalho de campo; e um conjunto de metodologias qualitativas/participativas incluindo a imersão com agregados familiares em diferentes posições sócio-económicas. As metodologias estão descritas detalhadamente num relatório separado intitulado “Constatações da Realidade em Moçambique. Abordagem Analítica e Metodologias” (Orgut 2011f, ver também Hesse-Biber e Johnson 2015), mas apresentamos a seguir um breve resumo:

Dados quantitativos. Para o mapeamento da pobreza e bem-estar no Niassa, a equipa contou activamente com os dados quantitativos existentes. Estes dados quantitativos incluem o Recenseamento Nacional de 2007 (INE 2009b); o Inquérito Nacional à Despesa do Agregado Familiar de 2008/09 e 2014/15 (INE 2010, 2015); e outros estudos sectoriais mais específicos (ver a Lista de Literatura). Além dos conjuntos de dados nacionais, usámos dados quantitativos de estudos baseados localmente prestando particular atenção aos dados produzidos pelos governos provincial, distrital e municipal que formam a base dos seus planos de desenvolvimento – incluindo o Plano Provincial de Desenvolvimento Económico e Social (GdN 2007, 2011, 2013, 2015a) e os Planos de Desenvolvimento Económico e Social Distritais (PESODs) de Cuamba, Lago e Majune (ver a Lista de Literatura).

Assegurámos dados quantitativos adequados para mapear a pobreza e bem-estar e as relações das pessoas com os serviços públicos nos três locais de estudo, ao longo do tempo, realizando um estudo com um total de 360 agregados familiares (120 em cada local). O estudo foi feito visitando duas vezes as mesmas famílias, i.e. no início (2011) e no fim (2015) do período do projecto e representa um magnífico painel de dados. O Estudo de Base e o Estudo Final procuram combinar i) dados sócio-económicos clássicos sobre a composição dos agregados familiares, rendimento e despesa, níveis de instrução, saúde e acesso aos serviços públicos; ii) questões relacionadas com as *percepções* das pessoas sobre as condições no agregado familiar e na sua comunidade e iii) as *relações sociais* (com as instituições públicas, projectos de ajuda, família, amigos, etc.) em que estão envolvidos (Orgut 2015d, Anexo 1).

Dados qualitativos. Relativamente às dimensões políticas/institucionais das Constatações da Realidade, baseámo-nos principalmente em i) entrevistas semi-estruturadas com actores chave do desenvolvimento, incluindo o governo provincial, governo distrital/municipal, Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs), autoridades tradicionais e representantes do sector privado, e ii) estudos de caso de programas e intervenções específicas, particularmente nas áreas da governação, agricultura e sector privado/empreendedorismo. Complementamos também a metodologia antropológica clássica de “observação participante” com um conjunto de metodologias participativas específicas que são aplicadas em grupos focais, e estudos de caso alargados ao nível de agregado familiar (Orgut 2011f). Os grupos são compostos de mulheres ou homens, jovens ou velhos ou uma mistura desses grupos, dependendo dos tópicos em discussão.

As metodologias qualitativas usadas incluem, mas não se limitam a: i) *Histogramas* (com o objectivo de verificar a história de cada local em estudo, com ênfase nos eventos e processos que foram particularmente importantes para as actuais condições sócio-económicas de bem-estar e pobreza); ii) *Mapeamento da Comunidade* (para mapear as mudanças nas instituições e indivíduos considerados muito importantes para a vida da

comunidade); iii) *Mudança Mais Importante* (para identificar as principais mudanças políticas, económicas e sociais na comunidade durante o último ano) iv) *Análise de Campo de Forças* (para captar percepções sobre que condições podem inibir ou acelerar o tipo de mudança e de desenvolvimento favorecido pela comunidade); v) *Matriz dos Problemas da Comunidade* (para identificar e classificar os problemas mais importantes que afectam a comunidade ou grandes grupos de pessoas da comunidade); vi) *Diagrama de Venn* (para identificar a relevância e a acessibilidade aos recursos mais importantes [pessoas e serviços] da comunidade) e vii) *Classificação da Prosperidade* (para captar a percepção da comunidade sobre os diferentes níveis e categorias de pobreza e bem-estar). (para mais detalhes ver Orgut 2011f).

Agregados Familiares focais. O exercício inicial de classificação da prosperidade feito em 2011 (ver Orgut 2011f) constituiu a base da nossa identificação dos Agregados Familiares Focais, com quem nos relacionámos estreitamente através de várias formas de imersão no decurso das Constatações da Realidade. Como será discutido abaixo mais detalhadamente, as comunidades tendem a distinguir entre 2-4 níveis de pobreza ou “pessoas pobres” e entre 1-3 níveis de bem-estar ou pessoas em “melhor situação” – cada um com a sua própria dinâmica e posição nas comunidades. No total foram seleccionados 22 Agregados Familiares Focais dentro destas categorias, os quais foram entrevistados em profundidade em cada ano, com enfoque nas mudanças nas suas relações sociais com a família alargada, vizinhos e amigos, organizações comunitárias e instituições do estado, bem como na sua posição sócio-económica.

A ética da pesquisa foi inicialmente discutida no Relatório Inicial (Orgut 2011a). Pensámos lidar com este aspecto sendo transparentes acerca dos objectivos da série de estudos de Constatação da Realidade, seleccionando cuidadosamente e assegurando o anonimato das pessoas que entrevistámos e com quem nos relacionámos e disseminando sistematicamente os resultados da pesquisa pelas partes interessadas em instituições relevantes e nas comunidades em estudo. No entanto, houve desafios em relação a explicar e obter a aceitação local do tipo de pesquisa de processo formativo que as Constatações da Realidade representam. Isto é discutido em mais detalhe no Relatório de Reflexão - RR (Anexo 2).

Ilustração 3: *Cuamba ao amanhecer*



Foto: Kajsa Johansson

1.3. Linhas Gerais do Relatório

Este Relatório Final consiste num “resumo dos relatórios anuais, incluindo uma compilação dos dados qualitativos e das conclusões gerais no que respeita às constatações para o

período 2011-2015” (Embaixada da Suécia 2010/TdR). No que se refere à estrutura analítica e com base nas metodologias descritas acima, o Capítulo 2 oferece uma visão geral dos Distritos/Município de Cuamba, Lago e Majune e das comunidades locais onde foram realizadas as Constatações da Realidade. O Capítulo 3 sintetiza e analisa o contexto estrutural que afecta a vida das populações locais, com especial referência à governação e aos serviços públicos à agricultura e pesca e ao sector privado/empreendedorismo. O Capítulo 4 tem como ponto de partida a agência humana, registando as percepções e relações sociais de pobreza e bem-estar na comunidade e entre os 22 Agregados Familiares Focais. O Capítulo 5 conclui o relatório e apresenta um conjunto de recomendações básicas sobre como apoiar processos de mobilidade social ascendente, ao mesmo tempo que cuida dos muito pobres e dos mais marginalizados.

2. LOCALIZAÇÃO

2.1. Província do Niassa

O Niassa é a maior província de Moçambique, com uma área de 129.056 km² e uma população estimada em 2015 de 1.722.148 pessoas – o que dá uma média de apenas 13 pessoas por quilómetro quadrado (www.ine.gov.mz). Com Lichinga como a sua capital política, a província tem 15 distritos e quatro municípios (Lichinga, Cuamba, Marrupa e Metangula). Cuamba, com uma população de 250.919 indivíduos, é o centro económico do Niassa.

Politicamente o partido no poder, Frelimo, tem o Governo, a maioria política na Assembleia Provincial, controla os quatro Municípios e os 15 Administradores Distritais – tudo de acordo com o actual sistema de governação. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Provincial (GdN 2007) para o Niassa é ambicioso, tendo como meta uma redução da pobreza de 15% até 2017, e contém também planos ambiciosos nas áreas da boa governação, agricultura e energia (GdN 2007, ver GdM 2015a para uma revisão de meio termo).

Etnicamente o Niassa é uma mistura de Macua, que abrange 47,5% da população, principalmente no sul e a leste de Cuamba; Yao, abrangendo 36,9% da população, principalmente nas partes central e oriental da província e à volta de Lichinga; e Nyanja, que abrange 8,4% da população, na área limítrofe do Lago Niassa. Só 4,3% da população tem o Português como idioma materno. Grande parte da população é Islâmica (60,8%), seguida pelos Católicos (26%) e Anglicanos (4%) (INE 2010).

No contexto nacional Moçambicano, a província do Niassa é uma das províncias mais carentes em termos de infraestrutura, o que está ligado ao facto de a província ficar distante dos principais centros de produção e consumo do país e às fracas ligações às estradas principais e ao sistema de transportes. Como resultado, o Niassa está pouco integrado no mercado nacional. De facto, para muitas pessoas do Niassa os contactos com o Malawi e a Tanzânia são mais frequentes e importantes do que com o resto do país.

A agricultura é a principal actividade económica da província. É também a principal fonte de emprego e rendimento da população. O comércio informal e a pesca são outras fontes importantes de rendimento e subsistência. Os desenvolvimentos recentes compreendem grandes investimentos na silvicultura, agricultura comercial e mineração, normalmente efectuados por interesses internacionais. Isto proporcionou algum emprego mas também criou conflitos, por exemplo no que respeita à terra e às condições de trabalho (Solberg 2012; Bleyer et al. 2016).

Em termos de pobreza o Niassa, devido ao seu isolamento e marginalização, tem sido historicamente uma das províncias mais pobres de Moçambique. No entanto, desde 1996/97 quando o Niassa tinha a taxa de pobreza mais alta do país (70,6%), a taxa reduziu significativamente para 54,1% em 2002/03 e 31,9% em 2008/09 – embora dissimulando uma discrepância involuntariamente alta entre os agregados familiares chefiados por homens e os chefiados por mulheres. Não foi ainda fixada a taxa de pobreza depois do inquérito

nacional aos agregados familiares de 2014/15. A Tabela 1 abaixo contém alguns indicadores sócio-económicos importantes que são fáceis de obter nos Inquéritos Nacionais aos Agregados Familiares realizados em 2008/09 e em 2014/15.

Tabela 1: Principais Indicadores Sócio-Económicos – Moçambique e Niassa (em percentagem)

INDICADOR	Moçambique		Niassa	
	2010	2014	2010	2014
Analfabetismo do chefe do agregado familiar	50	45	61	58
Taxa de frequência do ensino primário	81	N/D	78	N/D
Malnutrição crónica abaixo dos cinco anos	44	N/D	45	N/D
Prevalência do HIV-SIDA	12	N/D	4	N/D
Habitação de qualidade (telhado sólido)	25	35	11	N/D
Iluminação eléctrica na habitação	13	25	12	N/D
Posse de bicicleta	38	N/D	65	N/D

Fontes: MISAU 2005, 2013; INE 2010, 2015.

2.2. Os Locais do Projecto

Foram escolhidos três locais para a implementação do projecto de Constatação da Realidade em Moçambique, a fim de “reflectir adequadamente as diferenças de constrangimentos estruturais (como o acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades económicas), bem como as relações políticas e sociais (grau de importância das instituições tradicionais vs. instituições do estado, grau de acesso aos diferentes tipos de redes sociais, etc.)” (Embaixada da Suécia 2010/TdR). A escolha feita resulta de um esforço de colaboração entre as autoridades provincial e distritais/municipal e a equipa de pesquisa na Fase Inicial do projecto (ver Orgut 2011a).

O Distrito de Cuamba fica situado na parte sul da Província do Niassa, a cerca de 300 km da capital provincial Lichinga. Cuamba é o centro económico da província devido à sua localização no cruzamento das estradas para as províncias de Nampula e da Zambézia e fica a menos de 100 km da fronteira com o Malawi. O distrito tinha uma população de 209.621 pessoas em 2010 e 250.919 em 2015², das quais aproximadamente 43% estão concentradas no seu centro urbano. O Município de Cuamba está dividido em cinco localidades e onze ‘bairros’, sendo cada bairro dividido em diferentes “povoados”

² Todos os números de população são estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) com base no Censo mais recente, se outra fonte não for especificada.

. A Constatação da Realidade teve lugar em duas das localidades: a Localidade 3 (Bairro do Aeroporto e Bairro Mutxora) foi escolhida porque é a mais populosa do município e a Localidade 4 (Bairro Maganga) foi escolhida por ser a mais distante do centro da cidade e – de acordo com as autoridades municipais – ser a que tem o nível menos desenvolvido de serviços.

O Distrito do Lago consiste numa população de 115.000 pessoas e quatro Postos Administrativos. O Posto Administrativo de Meluluca fica localizado na parte sul do distrito e foi criado em 2008. Meluluca tinha uma população estimada de 8.500 pessoas em 2010, espalhadas por uma extensão de aproximadamente 70 km em 15 aldeias diferentes. No final de 2015 tinha aumentado para 17.715 pessoas. A grande maioria vive na proximidade do Lago Niassa. Historicamente Meluluca tem estado isolada, com acesso por estrada muito mau e sendo o Lago o principal meio de transporte. A agricultura e a pesca têm sido as fontes principais de emprego e rendimento. Em parte devido ao seu isolamento, as autoridades tradicionais têm tido uma forte posição nas comunidades. Uma estrada nova e melhorada construída em 2008 “abriu” partes da área e tem tido um impacto considerável no desenvolvimento político e sócio-económico de Meluluca – reflectido no grande crescimento da população.

Majune está localizada no centro geográfico da Província do Niassa e tinha uma população de 33.361 pessoas em 2010 e 39.223 em 2015. O Distrito divide-se em três Postos Administrativos: Malanga, Nairubi e Muequia. Malanga, a capital do distrito, é o mais populoso; de acordo com o Administrador Distrital, mais de 80% da população do distrito vive em Malanga. Apesar da sua localização central, Majune esteve durante muitos anos isolada dos centros urbanos da província, Lichinga e Cuamba, devido às más condições da estrada. Só entre 2003-2005 foi reabilitada a estrada nacional 14 (EN14), que liga Lichinga a Majune e Marrupa, terminando assim o isolamento físico do distrito. As comunidades seleccionadas para um estudo aprofundado são a capital de distrito Malanga e a aldeia de Malila localizada 3 km a sul da capital do Distrito.

Em termos quantitativos oficiais (INE 2010, 2015), os três locais de estudo possuem um conjunto de características sociais e económicas que revelam similaridades e diferenças. Como é evidente na Tabela 2, Cuamba aparece geralmente como o distrito em melhor situação e Majune como o distrito mais pobre e mais carente dos três, tanto no princípio como no final do período do projecto.

Tabela 2: Indicadores Sociais – Distritos do Lago, Majune e Cuamba

INDICADORES SOCIAIS	Cuamba		Lago		Majune	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014
Agregados Familiares Chefiados por Mulheres	24	N/D	35	N/D	35	N/D
Frequência do Ensino Primário	67	N/D	65	N/D	54	N/D
Habitação com Telhado Sólido	1	N/D	1	N/D	0	N/D
Electricidade em Casa	6	N/D	4	N/D	0	N/D
Posse de rádio	55	N/D	68	N/D	45	N/D
Telemóvel	3	N/D	1	N/D	1	N/D
Posse de bicicleta	68	N/D	30	N/D	63	N/D

Fonte: INE 2009, 2015

2.3. Algumas Observações Pessoais

Para preparar a fase da análise qualitativa das mudanças na pobreza e bem-estar em Cuamba, Lago e Majune no período 2011-2015, recapitularemos algumas das observações pessoais que foram usadas para introduzir cada relatório de Constatação da Realidade – levando-nos da capital provincial Lichinga, via os centros distritais/municipal, até às comunidades onde os estudos se realizaram.

Cuamba. Sendo a espinha dorsal da província do Niassa, a estrada de Lichinga para Cuamba não está ainda asfaltada na sua totalidade. Todavia, a estrada de areia existente está melhor mantida do que em 2011 e foi alargada em antecipação de futuros melhoramentos. Na última vez que chegámos à cidade de Cuamba em 2015, a renovação da linha de caminho de ferro que liga Cuamba a Lichinga era visível, tendo avançado um terço dos seus 300 kms. No outro lado de Cuamba a asfaltagem da estrada entre Nampula e Cuamba tinha chegado a Malema, a 120 km de Cuamba e a restante estrada de areia estava bem mantida. Em resultado, uma grande empresa rodoviária, a Nagi Investimentos, deu início a ligações diárias entre Nampula e Cuamba. A cidade em si está cheia de novas construções. Novas áreas de expansão estão a surgir, algumas criadas em resultado do reassentamento da população ao longo da linha de caminho de ferro do Corredor de Nacala, que liga Moatize ao Porto de Nacala, e outras planeadas pelo município. À noite as estradas estão bem iluminadas. Isto melhora a segurança, que se tornou uma grande preocupação para a população local que atribui o aumento da criminalidade ao mais fácil acesso à cidade. Além disso, as pessoas concordam que desde 2011 houve uma melhoria significativa no acesso à água. Ao nível individual, não obstante uma variedade de opções de emprego formal e informal, a agricultura continua a ser importante em termos de subsistência e rendimento, para a população urbana.

No entanto, apesar dos sinais visíveis de crescente bem-estar, Cuamba foi recentemente atingida por dois acontecimentos que podem abrandar a vibrante dinâmica da cidade. Chuvas torrenciais afectaram as culturas e as pessoas com quem falámos estavam a preparar-se para passar fome. As casas de fraca qualidade nos bairros periféricos da cidade ficaram destruídas, isolando algumas comunidades. Os donos empobrecidos não conseguem reconstruir as suas casas – nem têm força para tal. A população afectada teve de ser reassentada, colocando uma pressão nos limitados recursos do município. Talvez que a mudança recente mais significativa tenha sido o falecimento do recentemente reeleito

Ilustração 4: Cuamba

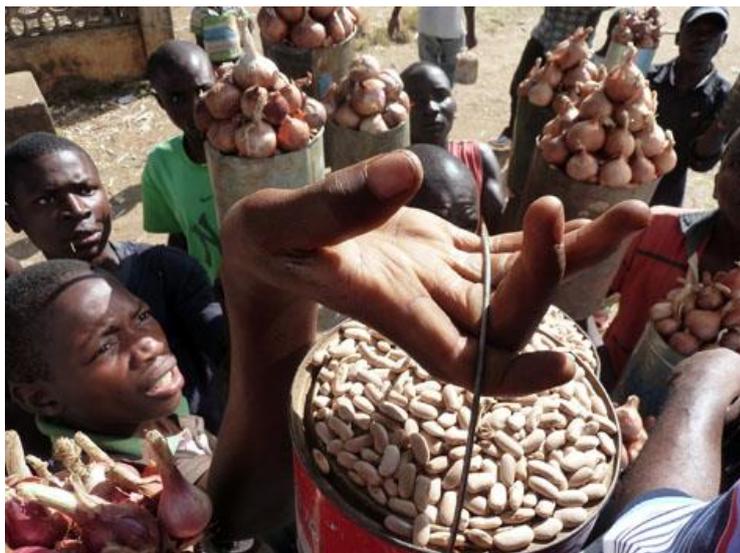


Foto: Kajsa Johansson

presidente do município, Vicente Lourenço. Tornou-se bastante popular durante o seu primeiro mandato e as obras públicas viram um impulso considerável. O novo presidente é mais cauteloso. Quer pagar as dívidas existentes antes de se comprometer com novos investimentos. As obras de melhoramento das estradas municipais já foram interrompidas. Queixa-se também de que a receita municipal dificilmente chega para realizar o que é necessário. Apesar da melhoria da infraestrutura de água, argumenta, no futuro não será suficiente para servir o crescente

número de consumidores. Consequentemente, o problema principal da escassez de água continuará, nos anos futuros, a ser um problema para Cuamba.

Lago. Talvez que a mudança mais notável de 2011 para 2015, ao longo dos 100 km de estrada entre Lichinga e a capital do distrito do Lago, Metangula, seja o número crescente de casas novas e melhoradas e de mercados informais. A habitação é usualmente o maior investimento do agregado familiar e a mudança atesta a melhoria das condições sócio-económicas – pelo menos de alguns. Os mercados tornaram-se maiores e mais atarefados durante o período em questão mas, aparentemente, não melhor organizados nem formalizados. Outra mudança notável é o número crescente de bandeiras dos principais partidos políticos, Frelimo, Renamo e MDM, que testemunham a crescente politização da província e também (aparentemente) do espaço político. A contínua prevalência de longos mastros com *capulanas* amarradas, assinalando que uma criança está a cumprir ritos de iniciação, lembra-nos que o Niassa é uma província onde a tradição e a religião são fortes. Na nossa última viagem em 2015 passámos por grandes áreas florestais plantadas com eucaliptos, que cresceram em extensão e altura. No entanto, a falência em 2014 da empresa Sueca Chikwete e a sua subsequente venda à empresa Norueguesa Green Resources é um sinal de que investir no Niassa é complicado. A Chikwete é vista como tendo subestimado a importância e a complexidade das relações com as comunidades e os

custos de fazer negócio numa província com fraco ambiente de negócio e fraca infraestrutura.

Aproximando-nos de Metangula pela bela escarpa íngreme que desce para o Lago Niassa, a mudança mais notável entre 2011 e 2015 é o crescente congestionamento do lugar e o aumento do número de casas novas e melhoradas feitas de blocos e com telhados de zinco. Há também algumas lojas novas que vendem comida e bens básicos em forte competição umas com as outras – mas também algumas empresas mais “inovadoras” incluindo novas instalações turísticas, uma loja de utensílios eléctricos e barbeiros com cartazes anunciando novos penteados à “moda”. Além disso, o antigo barco de passageiros Ilala que em 2011 transportava pessoas para o Malawi e Tanzânia tinha sido substituído pelo mais moderno e rápido – mas também mais caro – Tchambo. As melhorias mais flagrantes em termos de estradas, habitação e estabelecimentos comerciais como o primeiro banco comercial da cidade, encontram-se ao longo da estrada principal que vai do centro da cidade para a zona do governo ou Vila.

A estrada de Metangula para Meluluca é ainda estreita e encurvada, tal como na nossa primeira viagem em 2011, mas viu claras melhorias com novas pontes e aquedutos que agora a tornam transitável quase todo o ano. Passando a aldeia de Ngolongue fora da estrada principal foi

desenvolvido um complexo turístico chamado Mbuna Bay Lodge, com casas para hóspedes e um restaurante, sendo o maior empregador da área. Mais pessoas se estabeleceram também ao longo da estrada, vindas do interior que tem melhores condições agrícolas mas é considerado demasiado afastado das estradas, escolas e hospitais. Chegando a Meluluca, a principal via pública está mais congestionada; há muitas mais e melhores casas, tendo algumas painéis solares (a

Ilustração 5: Lago/Meluluca



Foto: Kajsa Johansson

electricidade ainda lá não chegou); o número de barcos de pesca nas praias – que são a principal fonte de rendimento das comunidades – aumentou pelo menos cinco vezes; e há mais estabelecimentos comerciais (bancas e barracas) do que quando ali chegámos pela primeira vez em 2011. No entanto, durante a nossa última visita havia no ar uma tensão que não tínhamos sentido antes. Isto está ligado a uma combinação de condições naturais/ambientais na forma de chuvas torrenciais que destruíram as culturas e levaram à fome muitas famílias; doença endémica na forma de um surto de cólera que matou 19 pessoas nas aldeias; e um genuíno receio de que volte a guerra na área, no seguimento das

notícias de combates no sul e centro de Moçambique – tudo isto demonstrando a vulnerabilidade de locais como Meluluca.

Majune. Ao começarmos a viagem de Lichinga para Majune, podemos notar mais uma vez como a capital provincial vai alargando as suas dimensões, dado que estão a ser construídos novos edifícios na periferia da cidade. Os trabalhos de construção estendem-se por todo o caminho até Chimbonila e mesmo mais longe, mas depois desaparece tudo. Este ano, quando viajámos para Majune pudemos ver que a reabilitação da estrada, que tinha começado no ano anterior, está ainda em curso mas agora estendendo-se por mais umas dezenas de quilómetros. Ficamos perplexos ao ver a magnitude da sua extensão. É verdade que a estrada para Majune costumava ser estreita e com buracos aqui e ali mas era mesmo assim uma estrada alcatroada bem transitável. Não podemos perceber porque decidiram as autoridades investir na melhoria desta pequena estrada silenciosa que se dirige para oeste, enquanto a estrada mais importante da província, a que liga Lichinga a Cuamba, está ainda coberta de areia e gravilha.

Ilustração 6: Majune/Malila



Foto: Kajsa Johansson

À parte estas melhorias da infraestrutura, a estrada de Lichinga para Majune viu muito poucas mudanças durante os últimos cinco anos. A descrição que fizemos da estrada após a nossa primeira visita em 2011, podia ser escrita em 2015: “Passamos por algumas aldeias ao longo da estrada, mas entre as aldeias há quilómetros e quilómetros de terra abundante sem qualquer presença humana. Não admira que a fauna bravia tenda a tomar o controlo

destas terras. Uma das características marcantes durante a nossa viagem é a ausência de comércio ao longo da berma da estrada. Não há bebidas ou frutas disponibilizadas aos viajantes; não há tomates, pequenos biscoitos, nem sequer amendoins, que são produtos alimentares típicos que se vendem ao longo da maioria das principais estradas de Moçambique. Quanto muito, pode por vezes ver-se próximo da estrada grandes folhas de plástico com farinha de milho espalhada sobre elas, mas mesmo essa está na fase de secagem e não é para venda. Claramente a população local ainda não explorou as oportunidades comerciais que a estrada reabilitada oferece.” Embora mais algumas habitações tenham sido construídas à beira da estrada entre 2011 e 2015, o comércio e o tráfego ao longo da estrada continuam tímidos.

Durante o nosso período de estudo, os dois melhoramentos mais visíveis no distrito de Majune foram a construção da ponte sobre o Rio Luchimua, que teve lugar já nos finais de

2011, e a extensão da rede eléctrica de Cahora Bassa até Majune em 2014. Durante estes anos, a existência da ponte gerou um modesto aumento do tráfego e do comércio entre Majune e Mandimba. A disponibilidade de electricidade teve um impacto mais rápido. Logo em 2014 vimos como a electricidade estimulou a vida nocturna na capital distrital Malanga. Havia mais pessoas nas ruas e mais comércio em actividade, mesmo até tarde na noite, do que tínhamos visto antes. O acesso à electricidade trouxe também rapidamente novos produtos para o distrito, como frango congelado e carapau, embora em 2015 estes produtos ainda só estejam disponíveis nas poucas lojas equipadas com frigorífico. Desta vez, e para nossa surpresa, encontramos também um novo terminal de ponto de vendas (PdV) reluzente sobre a secretária, emitindo uma escassa luz numa das escuras e gastas lojas locais. O primeiro PdV no distrito significa que os funcionários públicos locais podem agora pagar as suas despesas com cartão, sem terem de fazer todo o percurso até Lichinga para levantar os seus salários. O dono da loja explicou também que o PdV tornou a sua própria vida mais segura, já que não necessita mais de transportar grandes somas de dinheiro entre Majune e Lichinga. A electricidade trouxe algum novo dinamismo a Majune embora, até agora, só seja sentido na capital distrital Malanga.

3. GOVERNAÇÃO, AGRICULTURA E SECTOR PRIVADO

Tendo dado uma visão geral dos três distritos/comunidades onde a série de Constatações da Realidade teve lugar, analisaremos agora as circunstâncias estruturais que afectam muito directamente as vidas da população e que foram apontadas como temas essenciais nas Constatações da Realidade. A *Governança* (Constatação da Realidade de 2012) estabelece os parâmetros em termos de espaço político e participação, e acesso e qualidade dos serviços públicos. A *Agricultura/pesca* (Constatação da Realidade de 2013) é a principal fonte de subsistência e rendimento da população nas três áreas. E, num contexto em que a produção agrícola é fraca e o emprego formal praticamente não existe, o *sector privado/empreendedorismo* (Constatação da Realidade de 2014) representa a principal fonte alternativa de emprego, rendimento e mobilidade social.

No capítulo 4 a seguir, este aspecto será combinado com uma análise das “perspectivas das pessoas pobres sobre o desenvolvimento, a fim de captar a multidimensionalidade da pobreza, dar percepção sobre os processos causais e permitir uma triangulação da informação de diferentes fontes” (Embaixada da Suécia 2010/TdR) através de metodologias qualitativas e participativas.

3.1. Governança³

Condições estruturais

O governo distrital é o órgão executivo mais alto ao nível distrital, compreendendo o Administrador Distrital, o Secretário Permanente, os Directores das Direcções Distritais, bem como os chefes dos Postos Administrativos do Distrito. O governo distrital é responsável pela implementação das decisões dos governos central e provincial, quer administrativamente, quer em termos práticos.

Esta aparentemente simples estrutura de governança é na realidade muito mais complexa, devido a várias bases de poder diferentes que se cruzam e muitas vezes se sobrepõem. Em primeiro lugar, as Direcções Distritais estão formalmente ligadas a vários ministérios sectoriais aos níveis Provincial e Central de governo, sendo ao mesmo tempo administrativamente responsáveis perante o administrador distrital. Está em curso um processo de descentralização na reforma do sector público, mas a dependência *de facto* entre as linhas de governo central, provincial e distrital varia consideravelmente entre as diferentes direcções e os seus serviços. No Lago, por exemplo, algumas unidades do governo distrital como a Saúde e a Educação têm um grande nível de autonomia financeira e de planeamento enquanto outras, como a Acção Social e Obras Públicas são quase totalmente dependentes das decisões ao nível provincial.

Em segundo lugar Cuamba, que é ao mesmo tempo um distrito e um município, opera com um duplo conjunto de estruturas de governança. Formalmente, o governo do distrito de Cuamba é constituído pelos mesmos órgãos que o do Lago e Majune. Ao mesmo tempo, porém, o município de Cuamba contém dois órgãos soberanos: o Conselho Municipal e a

³ Para mais informação ver Orgut 2012a-d.

Assembleia Municipal. O Conselho é o espelho da divisão institucional do Distrito. A Assembleia tem o papel de avaliar as intervenções de desenvolvimento propostas pelo Conselho Municipal e monitorar a sua implementação. Na prática, porém, há uma incerteza generalizada acerca do real papel do Conselho Municipal. À parte a recolha do lixo, que é unanimemente vista como uma tarefa do Município, outros sectores são ainda geridos pelas direcções Distritais ou por empresas públicas semi-autónomas/autoridades do estado (como o FIPAG, a EDM e a ANE). Esta falta de clareza explica a razão porque o Município é geralmente considerado mais fraco do que o Distrito, tanto em termos de poder como de influência e das suas implicações na vida diária das pessoas em Cuamba.

Em terceiro lugar, o governo distrital está estreitamente ligado ao partido no poder e à sua liderança local. Em termos práticos, ser membro da Frelimo ou filiado no partido é um pré-requisito para ter uma posição mais elevada nas administrações Distrital e Municipal e, por essa razão, mesmo as autoridades distritais mais altas (o Administrador, os chefes de Posto Administrativo e de Localidade) estão politicamente subordinadas ao Secretário do Partido a nível distrital. Em alguns casos o Secretário do Partido desempenha um papel activo na governação local, como aconteceu em Majune onde o anterior Secretário do Partido costumava participar nas reuniões do governo distrital.

Por último, o poder para tomar decisões do governo Distrital é limitado pelo orçamento alocado. Os governos locais têm uma fraca base de impostos locais e, conseqüentemente, dependem das transferências financeiras dos governos provincial e central. Apenas Cuamba viu um ligeiro aumento das suas receitas municipais depois de o novo Presidente do Município ter tomado posse em 2012, mas o município continua ainda grandemente subfinanciado. No Lago, o orçamento total em 2012 era de 23 milhões de MT, dos quais 8 milhões eram para investimentos, 8 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Local e 5 milhões para bens e serviços. A maior parte das despesas reais do Distrito – principalmente os salários na educação e na saúde – não passa ainda pelos cofres distritais e, conseqüentemente, está fora do seu controlo.

Todos os aspectos acima mencionados instalam múltiplas camadas de poder que influenciam simultaneamente a governação local. Por um lado, deve reconhecer-se que o envolvimento de tantos actores diferentes assegura uma maior partilha de poder e reduz a possibilidade de autocracia. Pode ser visto como uma adaptação da democracia moderna que, em teoria, proporciona muitas vias opcionais para uso dos cidadãos na resolução dos seus problemas. No entanto, a evidência mostra que a coexistência de várias estruturas de poder interligadas afecta negativamente a boa governação. Torna os processos de tomada de decisões ambíguos, lentos e ineficientes. O sistema tem falta de transparência, o que confunde as linhas de responsabilização. Num cenário como este há um certo grau de aleatoriedade em cada processo.

Como medida para melhorar a transparência e a representação popular, em 2006/7 foram introduzidos os Conselhos Consultivos, que consistiam numa combinação de representantes do governo local, autoridades tradicionais, organizações da sociedade civil e “membros da comunidade de alta estima”. O seu mandato formal está relacionado com governação num sentido lato e nós presenciámos reuniões com muitas pessoas e debates animados, e.g. no Lago por iniciativa de um novo Chefe de Posto Administrativo. Todavia, o seu papel actual tornou-se principalmente limitado ao que se relaciona com o Fundo de Desenvolvimento

Distrital/sistema dos 7 milhões de MT (ver a Secção 3.3) e os Conselhos Consultivos não têm influência real, para não falar de poder para tomar decisões.

Durante muito tempo a oposição política costumava ser mantida à distância de uma ponta à outra da estrutura de governação da Frelimo que passa por todo o percurso até ao nível da comunidade, onde inclui o secretário de círculo, o secretário de bairro e o chefe de quarteirão. Estas estruturas mantêm um controlo social vigilante sobre opiniões políticas das pessoas. Embora não haja fortes diferenças ideológicas entre os maiores partidos políticos (Frelimo, Renamo e MDM – Movimento Democrático de Moçambique), houve no passado pouca tolerância para com a oposição. Há muitas histórias de discriminação, até mesmo de violência aberta contra membros dos partidos da oposição (incluindo espancamentos, queima de bandeiras do partido, exclusão do acesso a serviços públicos, etc.). Parece, todavia, que as críticas contra o partido no poder aumentaram nos anos mais recentes, pelo menos no Lago e em Majune, onde um lentamente crescente número de pessoas optou pela oposição. Assim, na véspera das eleições gerais de 2014 havia mais bandeiras da oposição nestes locais de estudo do que em qualquer ocasião anterior. Isto sugere que o espaço político pode estar a abrir-se lentamente, mesmo nos contextos mais rurais.

A importância das organizações da sociedade civil na governação aos níveis distrital e local varia entre os distritos. Dos três locais de estudo, é na urbanizada Cuamba que a sociedade civil tem maior influência e envolvimento, enquanto na isolada Majune, onde em 2015 havia poucas organizações da sociedade civil a operar, estas têm tido um papel marginal na governação local. Em Cuamba algumas ONGs têm participado no Conselho Consultivo e muitas outras têm sensibilizado e desenvolvido a capacidade das associações locais de tomarem parte na tomada de decisões.

Ilustração 7: Governação



Foto: Kajsa Johansson

Embora as autoridades Distritais parecessem em geral favoráveis à presença de ONGs, muitas delas defendiam uma ideia antiquada de a sociedade civil apoiar e complementar o governo na prestação de serviços básicos. As autoridades raramente reconheciam o valor do trabalho feito pelas ONGs para desenvolver uma cidadania activa. Como declarado por um representante do governo distrital de Cuamba, *“Seria melhor se a sociedade civil construísse cinco ou dez bombas de água [em vez de consciencialização dos cidadãos]”*, um ponto de vista que era partilhado por um representante da Renamo que afirmou *“Eu gostaria que essas*

organizações financiassem a construção, não apenas ideias”.

Agência local.

Pessoas mais importantes. Um dos principais objectivos da série de Constatações da Realidade foi determinar as “relações de poder local e as relações com as instituições do estado que permitem ou constroem as pessoas na execução das suas estratégias” (Embaixada da Suécia 2010/TdR). Os estudos de Base e Final confirmam que os líderes tradicionais (régulos, rainhas) são considerados pessoas muito importantes que dão assistência às comunidades na resolução dos seus problemas – particularmente no Lago – embora o seu papel tenha diminuído ligeiramente entre 2011 e 2015 (Tabela 3). Os líderes comunitários locais, como os Secretários de Bairro e Chefes de Quarteirão (que são locais mas designados pelo Partido), são também considerados importantes. Além disso, a polícia viu crescer consideravelmente a sua importância nos três distritos nos últimos cinco anos. Isto pode ser um reflexo de uma maior preocupação com a segurança.

Tabela 3: Líderes Considerados Muito Importantes para a Resolução de Problemas na Comunidade entre 2011 e 2015 (em percentagem)*

LÍDER	2011				2015			
	Cuamba	Lago	Majune	Total	Cuamba	Lago	Majune	Total
Administrador Distrital	3	6	29	13	11	1	9	7
Chefe de Posto Administrativo	2	25	3	10	13	23	8	14
Rei/rainha tradicional	52	93	85	77	48	91	60	66
Chefe da aldeia	15	8	17	13	28	5	1	11
Secretário da aldeia	69	73	64	69	71	59	42	57
Chefe de quarteirão	48	8	23	26	47	4	8	20
Polícia	13	0	16	9	27	60	52	46
Líder Muçulmano	2	10	24	12	3	16	12	10
Curandeiro tradicional	1	0	8	3	3	2	4	3
Outro	22	2	13	12	5	8	8	6

*Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015 * Foi pedido às pessoas para listarem os três líderes mais importantes na sua comunidade.*

Os líderes comunitários (secretários de bairro, chefes de quarteirão, etc.) fazem parte das comunidades locais e estão por isso melhor colocados para compreender as necessidades dos seus companheiros membros da comunidade. No entanto, mesmo se os líderes da comunidade estão em teoria disponíveis para toda a gente, na prática esse nem sempre é o caso. Muitos dos membros da comunidade mais pobres sentiam que não eram ouvidos pelos seus líderes. Embora pudessem participar nas reuniões da comunidade e colocar questões que os preocupassem, muitos sentiam que os líderes não prestavam a devida atenção aos desafios apresentados pelos pobres, frequentemente relacionados com a carência de serviços de apoio. Ao mesmo tempo, os líderes tradicionais, *influentes* e conhecidos simpatizantes da Frelimo têm geralmente um fácil acesso aos líderes comunitários, com os quais têm muitas vezes longos e fortes laços de amizade. Estas pessoas parecem ter também um acesso facilitado aos diferentes serviços, como o do

Fundo de Desenvolvimento Distrital/sistema dos 7 milhões de MT, o apoio do Instituto Nacional de Acção Social – INAS, etc.

A ligeiramente decrescente importância dos líderes tradicionais pode ser entendida como o reflexo de um estilo de vida mais moderno, especialmente num local como Cuamba onde as instituições públicas estão cada vez mais presentes. Havia também indicações de que em algumas ocasiões as autoridades tradicionais tinham redireccionado a sua lealdade para com as suas próprias comunidades em favor do governo formal. Isto é o resultado da política do governo que proporciona aos líderes tradicionais subsídios mensais, uniformes, bicicletas e outros “incentivos”. As autoridades do governo estão interessadas no poder que os líderes tradicionais têm sobre as comunidades, dado que lhes permite ter um melhor controlo do território e da população do distrito. Apercebendo-se das mudanças de lealdade, as pessoas perderam a confiança em alguns dos líderes tradicionais. O Lago, onde duas rainhas ainda têm uma considerável influência na comunidade, é mais uma vez uma excepção parcial.

Nos três locais de estudo os homens eram mais propensos a procurar a assistência das estruturas de liderança local do que as mulheres. Mesmo em Majune, onde a principal autoridade tradicional é uma mulher (rainha), as mulheres raramente a abordam para outros assuntos que não as cerimónias da chuva. Reconhece-se todavia que o afastamento das mulheres dos órgãos de tomada de decisões é mais motivado por normas sócio-culturais de género do que pela inacessibilidade dos líderes *per se*.

Uma característica notável nas relações entre os membros da comunidade e os líderes a todos os níveis é a deficiente comunicação e o escasso retorno prestado pelos representantes da autoridade às comunidades. Isto deve-se em grande parte à desigualdade sócio-política entre as pessoas e os seus líderes. Os líderes vêem-se a si mesmos como responsáveis perante os seus superiores hierárquicos e não perante os cidadãos comuns. A hierarquia sócio-política é aprendida através da socialização e está profundamente enraizada – e só mudará se as pessoas começarem a questionar as autoridades dominantes. Actualmente esses indivíduos são frequentemente estigmatizados como fazendo parte da oposição.

Apesar das pessoas de apoio disponíveis, a maioria das pessoas ainda procura conselho e apoio, particularmente em relação aos seus problemas pessoais, junto da sua família alargada, amigos ou vizinhos. Mais uma vez, os mais pobres têm problemas para estabelecer relações sociais de apoio com a sua família alargada. Esta é uma consequência do facto de a pobreza tender a ser endémica dentro das famílias. A maioria tem muito poucos recursos para partilhar e quer evitar o risco de emprestar a pessoas que podem não estar em posição de fazer o reembolso quando elas mesmas estiverem necessitadas.

Acesso aos serviços. Os três locais de estudo diferem consideravelmente em termos de disponibilidade de serviços (ver a Tabela 4). Em Cuamba há muitas instituições públicas (e privadas) e provedores de serviços disponíveis, enquanto no Lago e em Majune até os serviços mais básicos (como o ensino secundário) são escassos e de difícil acesso. Nos três distritos os serviços de educação e saúde são os que as pessoas mais usam, enquanto as instituições públicas defensavelmente mais influentes, como a Administração Distrital e o Posto Administrativo, são muito menos usadas.

Tabela 4: Agregados Familiares que Usaram Serviços Públicos nos Últimos Seis Meses (em percentagem)

SERVIÇO PÚBLICO	2011				2015			
	Cuamba	Lago	Majune	Total	Cuamba	Lago	Majune	Total
Escola primária	59	67	76	67	72	76	71	73
Escola secundária	19	5	24	16	28	25	34	29
Formação profissional	0	0	0	0	1	2	1	1
Universidade	2	0	1	1	2	2	1	1
Madrassa	1	29	11	14	2	4	3	3
Posto de saúde	44	47	38	43	42	82	21	48
Centro de saúde	57	2	76	45	49	3	59	37
Hospital	40	1	4	15	61	2	2	21
Maternidade	15	13	33	20	17	11	23	17
Mercado - para comprar	89	95	81	88	91	95	98	94
Mercado - para vender	19	25	64	37	33	42	26	34
Transporte público	27	58	41	42	33	86	26	48
Água	76	68	99	81	87	66	70	74
Governo local	6	8	14	9	5	8	8	7
Registo/Notariado	30	0	18	16	11	3	9	8
Polícia	4	0	11	5	5	3	6	4
Tribunal	5	5	9	6	0	0	1	0

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Em cada ano, desde o início do projecto de Constatação da Realidade, as entrevistas com membros da comunidade em todos os locais de estudo provaram que o acesso a água potável é considerado um dos principais problemas, afectando particularmente as mulheres e raparigas que são tradicionalmente responsáveis por assegurar água para o agregado familiar. O acesso a água potável melhorou até certo ponto em Cuamba, mas mesmo aqui a água potável continua a ser um privilégio da minoria. No Lago o lago é ainda a principal fonte de água para uso doméstico, bem como para beber, enquanto em Majune a situação deteriorou-se nos últimos cinco anos. Aqui, o governo reparou algumas fontes de água existentes mas não fez quaisquer novos furos de água nos últimos cinco anos.

Nos três locais as autoridades concentraram-se noutros investimentos, priorizando frequentemente a reparação ou construção de edifícios públicos e habitações para funcionários públicos. De um modo geral, a prestação de serviços nos organismos públicos é muitas vezes lenta e ineficiente, não tanto por terem muito trabalho para fazer, mas antes devido à cultura institucional, práticas burocráticas, fraca motivação e falta de supervisão eficaz. Há também uma noção básica, especialmente na Cuamba mais urbanizada, de que os funcionários públicos são rudes e desinteressados das pessoas que devem servir, em parte como uma estratégia consciente para fazer com que as pessoas desembolsem um extra para serem tratadas mais decentemente. Há numerosas histórias nos três locais de estudo de respostas demoradas ou de não haver resposta a pedidos e candidaturas, e mesmo de instituições públicas (incluindo organismos públicos, escolas e unidades

sanitárias) que simplesmente estavam fechadas em dias úteis normais devido à ausência fortuita dos funcionários públicos.

Dito isto, deve reconhecer-se que há também muitos organismos públicos onde as pessoas trabalham duramente e fazem o seu melhor apesar das dificuldades. No Lago, o novo Chefe do Posto Administrativo admitido em 2013 introduziu novas dinâmicas na relação com a comunidade e assegurou alguns investimentos públicos na comunidade. E em Cuamba o INAS melhorou consideravelmente os seus serviços, tendo aumentado o número de beneficiários entre 2011 e 2015 de 3.187 para 4.457. Aqui prevaleceu também a percepção de que, através dos seus representantes da comunidade, o INAS foi bem sucedido na identificação dos beneficiários em situação de maior necessidade. No entanto, também em Cuamba as pessoas queixavam-se do oportunismo político do INAS: “Às vezes deixam de pagar durante meses e depois, quando estão próximas as eleições, pagam tudo numa vez.”

Em suma, o sector público não parece muito preocupado com a qualidade dos seus serviços. A população local usa apenas os serviços mais essenciais – educação, saúde, estradas, água – mas as suas necessidades raramente são satisfeitas adequadamente. Claramente, o aparelho do Estado precisaria de pessoal bem qualificado na “periferia”, onde está em contacto directo com a população que deve servir.

Participação política. As eleições democráticas são fundamentais para a transparência, responsabilização e boa governação, mas ainda não desempenham um papel significativo nas três áreas em estudo. Nos distritos, o Administrador Distrital e os Chefes de Posto Administrativo e de Localidades são ainda directamente nomeados pelo governo. Nos municípios há eleições directas para o Presidente e a Assembleia Municipal, mas a participação dos eleitores foi até agora muito baixa (38,6% na eleição municipal de 2013 em Cuamba e 24,9% nas eleições suplementares em 2014).

Isto faz com que as eleições nacionais sejam a principal via de participação política popular. As eleições nacionais são ainda grandes acontecimentos nas três áreas em estudo, com várias visitas políticas e distribuição de brindes do partido, embora sob o completo domínio da Frelimo. Contudo, também no caso de eleições gerais, a participação dos eleitores tem sido bastante baixa. Nas eleições de 2014 a participação foi de 32,1% em Cuamba, 54,3% no Lago e 53,1% em Majune.⁴ Isto está provavelmente relacionado com a limitada relevância do Estado na vida das pessoas. Em contraste, as pessoas obtêm benefícios directos quando se registam como eleitores, dado que o cartão de registo é aceite em muitos lugares como cartão de identidade,⁵ o que explica a razão de o número de eleitores registados exceder de longe o número real de eleitores. A irrelevância da eleição em si foi ilustrada por algumas mulheres que encontramos durante o nosso trabalho de campo em Majune. Tinham-se registado como eleitores mas nem sequer sabiam o resultado final das

⁴ Fonte: Eleições Nacionais 2014 – Boletim sobre o processo político em Moçambique. Resultados distritais. 28 de Outubro de 2014. Em: http://www.cip.org.mz/election2013/ndoc/258_Resultados%20distritais%20-%20District%20Results%20-%20presidencias%20-%2028%20de%20outubro%20de%202014.pdf

Por uma questão de comparação, pode ser útil referir que nas eleições presidenciais de 2014 a participação dos eleitores na província do Niassa foi de 44,47% e em todo o país 45,84%.

⁵ O cartão de registo de eleitor é gratuito e de acesso relativamente fácil. Em contraste, o bilhete de identidade custa dinheiro e requer muito mais papelada e um maior período de espera.

eleições. No Lago, onde a oposição tem provavelmente mais seguidores, as pessoas queixavam-se de que não tinham sido informadas sobre os resultados

Com base no trabalho realizado com as Famílias Focais, parecia que os agregados familiares mais abastados e os homens em geral são politicamente mais activos do que as mulheres ou as pessoas mais pobres. Muitos dos mais ricos – embora nem todos – são simpatizantes da Frelimo e foram capazes de alargar a sua rede social precisamente por isso. Consequentemente, estão motivados para garantir que o poder político se mantém onde sempre esteve. Os agregados familiares mais pobres podem ter simpatias políticas por um ou outro partido, mas muito deles estão claramente menos motivados para fazerem o esforço de ir votar. Para os *mazikines*, i.e. os mais pobres dos pobres, que muitas vezes são também incapacitados, a participação nas eleições pode por vezes ser fisicamente impossível.

As mulheres, especialmente as mulheres pobres, estão mais afastadas da vida política, embora possam tomar parte em comícios políticos antes das eleições. Como não podem livremente deixar o espaço doméstico, abordar as autoridades, procurar serviços públicos ou tomar decisões independentes, estão muito menos envolvidas como membros da parte pública da comunidade do que os homens. A falta de informação é outro aspecto que limita a participação política das mulheres. Encontrámos um notável exemplo disso mesmo em 2012, em Majune:

Caso: Dona Rosa¹¹, a chefe solteira de um agregado familiar wakulaga n'nope (pobre), diz com firmeza que sempre votou – até ter perdido o seu cartão eleitoral no ano anterior quando a sua casa ruiu. Perguntamos-lhe em quem votou nas últimas eleições. Olha-nos surpreendida e responde prontamente "Guebuza, claro. Há outros candidatos?" É a nossa vez de ficarmos surpreendidos e perguntamos-lhe se não viu os cartazes dos outros candidatos. Não presta atenção aos outros, disse ela, só procura o Guebuza. – Porque é que vai votar, continuamos a perguntar. "Para cumprir com a minha obrigação", responde. Evidentemente, a campanha eleitoral do partido Frelimo é de longe a mais ruidosa e a mais visível. Um cidadão comum que não tenha uma consciencialização política forte mas que está exposto a comícios eleitorais, com facilidade interpretará erradamente que o seu dever cívico é não apenas votar, mas votar na Frelimo.

3.2. Agricultura/Pesca⁶

Os três distritos mostram variações em termos de perfil e importância relativa da agricultura e pesca – sendo Cuamba o mais complexo com um sector comercial relativamente forte, o Lago caracterizado pela pesca como sector fundamental que torna a agricultura menos importante, e Majune o mais dependente da agricultura tanto para subsistência como para rendimento.

⁶ Para mais informação ver Orgut 2013a-d.

Condições estruturais

A maioria dos agregados familiares nos três locais do projecto considera-se como sendo principalmente agricultores (Tabela 5) e cultivam essencialmente para consumo próprio. Todavia, 38% dos agregados familiares venderam parte da sua produção em 2015, sendo 47% a percentagem equivalente em 2011 (a redução está provavelmente relacionada com a má época agrícola de 2014/2015 devido às chuvas excessivas). Geralmente, a receita proveniente da agricultura destina-se a acudir às necessidades imediatas de dinheiro para a educação, saúde e bens de consumo básico. Os preços dos produtos variam consideravelmente, logo após a colheita e mais tarde durante a “época da fome”, e os que estão em situação de esperar para vender as culturas ficam em muito melhor posição para negociar.

Tabela 5: Ocupação do Chefe do Agregado Familiar 2011-2015 (em percentagem)

OCUPAÇÃO	2011				2015			
	Cuamba	Lago	Majune	Total	Cuamba	Lago	Majune	Total
Emprego no sector público	8	1	13	7	10	0	19	10
Emprego no sector privado	9	1	6	5	9	1	3	4
Agricultor	58	49	61	56	54	49	71	58
Pescador	0	26	3	10	0	31	2	11
Empregado por conta própria / com empregados	3	6	1	3	2	3	2	2
Empregado por conta própria / sem empregados	15	15	6	12	13	13	3	10
Estudante	1	0	0	0	1	0	1	1
Trabalho ocasional / sazonal	1	0	0	1	4	1	0	2
Reformado	2	1	9	4	2	2	0	1
Desempregado	3	1	0	1	5	0	0	2
Trabalhador doméstico	2	1	0	1	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Os agregados familiares nos três distritos plantaram uma grande variedade de culturas, mas há uma concentração no milho, mandioca, arroz e sorgo. A limitada proporção de agregados familiares que plantam outras variedades tem como base práticas agrícolas tradicionais e localizadas, mas está também relacionada com as condições naturais e os métodos rudimentares usados. Embora a agricultura extensiva dependente da chuva seja mais comum nos três distritos, o Lago e Majune têm também áreas baixas inundadas perto dos rios, com potencial para até três colheitas por ano com métodos de irrigação apropriados. O acesso a terra dependente da chuva não é um problema nos três locais, mas o acesso a boa terra inundada é.

Um denominador comum dos três distritos é também a inadequação dos serviços de extensão agrícola. O Lago recebeu os seus primeiros seis extensionistas em 2012 e em 2015 o número era o mesmo. Em Majune, os cinco extensionistas iniciais aumentaram para

nove, enquanto em Cuamba o número de extensionistas subiu de cinco para treze. O investimento em extensionistas é uma boa indicação do retorno da agricultura num dado distrito. Todavia, os extensionistas trabalham sob consideráveis constrangimentos como o acesso limitado a transporte e os insumos tecnológicos inadequados. Há um entendimento geral entre as autoridades agrícolas e a população de que os serviços de extensão são fundamentais para o desenvolvimento do sector.

Ao mesmo tempo as associações de agricultores são relativamente raras, com a excepção parcial de Cuamba. As associações seriam uma via para a introdução de novas tecnologias junto de um número máximo de agricultores. As uniões de associações de agricultores, como a União de Agricultores (UCA), estão cada vez mais focadas em questões políticas e nas unidades agrícolas de maior dimensão (como o ProSavana), e são vistas pelas associações de agricultores locais como tendo perdido grande parte das suas raízes de trabalho directo com os agricultores nos campos.

Grandes produtores agrícolas, associações de pequenos agricultores, bem como promotores agrícolas como a Universidade Católica de Moçambique (UCM), o promotor de tabaco Mozambique Leaf Tobacco (MLT) e o promotor de algodão Sociedade Algodoeira do Niassa João Ferreira dos Santos (SAN-JFS), acreditam todos que a tecnologia mecanizada melhoraria consideravelmente a produtividade e, conseqüentemente, as condições de vida dos agricultores de pequena escala. Os técnicos da UCM vão mais longe, insistindo que outros factores devem estar presentes, i.e. a receptividade a novos métodos de produção. No entanto, isso não acontecerá enquanto os produtores não tiverem bom acesso aos mercados e não obtiverem maior rendimento da sua produção – o que, mais uma vez, requer infraestruturas como estradas melhoradas. Por outras palavras, existe um ciclo vicioso que só pode ser quebrado se os diferentes constrangimentos forem tratados simultaneamente.

A agricultura comercial é mais comum em Cuamba, de importância limitada mas crescente em Majune, e quase inexistente no Lago. As principais culturas de rendimento são o algodão e o tabaco, apoiadas respectivamente pela JFS e MLT. Ambas as empresas têm o monopólio dos direitos de compra no Niassa e fornecem sementes, insumos e aconselhamento aos agricultores, que os pagam na altura da colheita. A MLT e a SAN-JFS orientam-se tipicamente para os agricultores mais ricos e mais “avançados” – embora os pequenos agricultores possam investir esforço e tempo na produção de tabaco e algodão quando os preços estão em alta. Este foi recentemente o caso do tabaco Virginia. O algodão, por outro lado, viu os preços deteriorarem-se devido aos desenvolvimentos no mercado mundial. Além disso, a entrada da grande empresa mineira Brasileira, a Vale, e a competição pelo acesso à linha de caminho de ferro que se seguiu, aumentou consideravelmente os custos de transporte.

As sementes de gergelim e a soja são produzidas principalmente por cooperativas, que são apoiadas por cooperativas intermediárias que juntam o produto de vários agricultores e tentam negociar o melhor preço. A produção de soja tem sido estimulada por aviários de Nampula. Alguns produtores têm também tentado a produção de mandioca para fornecer uma fábrica de cerveja em Nampula, que lançou em 2013 uma cerveja de mandioca. Essencialmente, à parte o algodão e o tabaco que têm compradores estáveis, a escolha de novas culturas de rendimento depende da procura do mercado. Em Majune havia uma nova

operação agrícola de jatropha estabelecida em 2012, mas virou-se para a soja, milho e feijão, quando a jatropha mostrou não ser comercialmente viável.

A **Silvicultura** é mais importante no Lago do que nos outros dois distritos em estudo. As autoridades afirmavam em 2013 que havia uma mudança na atitude e na abordagem das empresas florestais que as podia tornar mais úteis do ponto de vista do desenvolvimento. Reportámos então que a empresa florestal Chikweti era fraca em comunicação (operando com conceitos como “10.000 hectares” que as pessoas não podiam entender) e relacionava-se principalmente com os líderes tradicionais. De facto em 2014 a empresa faliu e foi vendida à empresa Norueguesa Green Resources. Em particular, a Chikwete é vista como tendo subestimado a importância e a complexidade das relações com as comunidades e os custos de fazer negócio numa província com um fraco ambiente de negócios e fraca infraestrutura.

Outras empresas conseguiram comunicar melhor e ter ideias mais claras sobre como compensar pela terra. Tentaram evitar plantar próximo das aldeias e quando as pessoas tinham de ser mudadas ofereciam-lhes ajuda para abrir novas machambas da mesma dimensão, dando-lhes acesso a tractores, mão-de-obra e sementes. Ao mesmo tempo, porém, todas as grandes decisões sobre as plantações são tomadas ao nível da Província e das empresas. O papel do Distrito é realmente apenas “comunicar com as comunidades locais afectadas”, como declarado pela Administração Distrital do Lago.

A **Pesca** é também mais fundamental para a economia do Lago do que para os outros dois distritos. A pesca no Distrito do Lago é de pequena escala. Incluindo os patrões, os donos de barcos/canoas e material de pesca, bem como os marinheiros, a estimativa em 2011 era de 2.500 pescadores. Para cada unidade de pesca há uma estimativa de 1-2 pessoas adicionais envolvidas na produção e manutenção do equipamento, processamento e comercialização. Os principais métodos de pesca usados são o barco com rede de arrasto (*cercos/chillimila*), o *emalhe de superfície*, o *arrasto para a praia* e a *pesca com palangre*.

A construção da estrada entre Meluluca e Metangula em 2008 teve implicações particularmente fortes para o desenvolvimento do sector da pesca. A abertura aos mercados de peixe (particularmente da sardinha pelágica *uusipa*) no Distrito/Província incentivou a pesca artesanal, o que fez com que, só em Meluluca, os barcos motorizados aumentassem de 8 em 2006 para 35 em 2011 e 93 em 2015. Cada barco emprega entre 8 e 10 pescadores.

Ilustração 8: Agricultura



Foto: Kajsa Johansson

O Instituto de Investigação Pesqueira argumenta que o Lago, no lado de Moçambique, está em estado saudável. A captura potencial sustentável é de 16.000 toneladas, enquanto que o baixo nível da tecnologia usada permite actualmente apenas uma produção entre 6.000 e 8.000 toneladas. A introdução da pesca semi-industrial, como no Malawi, poria severamente em perigo a sustentabilidade

do Lago como fonte de emprego, rendimento e proteínas.

No entanto, entre as pessoas da Administração Distrital, bem como da população que depende da pesca, há preocupações acerca da sustentabilidade da pesca a longo prazo. O padrão migratório da *ussipa* (que é responsável por 80% da produção total no lado de Moçambique) e as espécies mais comuns que se alimentam no fundo ou demersais (*chambo*, *nkhomo*, *kampang*, *utaka*) não são suficientemente conhecidas para haver uma gestão eficaz.

Agência local

A maioria dos agregados familiares nas três comunidades usa tecnologias agrícolas muito rudimentares e tem terrenos pequenos (1 a 1,5 hectares) com uma produção muito limitada. Os terrenos têm o tamanho à justa para produzir o suficiente para alimentar uma família sendo suficientemente pequenos para serem tratados por dois adultos – mas não suficiente para produzir excedentes. Praticamente toda a gente usa catanas e machados para limpar os campos e enxadas como sua principal ferramenta agrícola. Só uma pequena minoria usa a tracção animal ou pode dispor de tractores. A maioria dos agregados familiares pratica a agricultura dependente da chuva e alguns usam o cultivo itinerante produzindo no mesmo terreno durante um período de aproximadamente 10 anos antes de o considerarem “exausto”, com períodos de pousio de até 10 anos. Exceptuando a recolha de folhas secas para serem usadas nos sulcos da machamba para preservar a humidade, dificilmente são usados outros fertilizantes, naturais ou artificiais.

Tal como no resto de Moçambique, o direito consuetudinário no que respeita à posse de terra ainda é praticado nos três locais do projecto – embora haja exemplos de pessoas que têm de comprar “títulos de terra informais” aos líderes tradicionais, vizinhos, etc. em áreas onde há pressão sobre o recurso terra. Tanto a noção de que a terra é abundante como o título de terra consuetudinária significam que as comunidades assumem que não há necessidade de registar a sua terra porque ela lhes pertence, e os nossos dados mostram que a terra é transferida para a esposa ou para o filho mais velho. Em Cuamba, a Iniciativa para Terras Comunitárias (ITC) está a implementar um projecto de segurança melhorada da terra, para apoiar a posse de terra e o desenvolvimento comunitário. A iniciativa é particularmente relevante em Cuamba devido ao início do projecto de agricultura comercial ProSavana. As uniões de agricultores, como a UCA e a União Nacional de Camponeses (UNAC), são sonantes na sua oposição ao projecto e pedem que, mais do que aceder a programas de desenvolvimento agro-industrial, o governo Moçambicano favoreça e proteja a produção do sector familiar (a ITC e a UNAC são apoiadas pela Suécia).

Há também um segundo tipo de agricultura nas áreas baixas junto dos rios, usando para rega a inundaçãõ natural ou irrigaçãõ manual a partir de poços para rega. No Lago e em Majune estas são mais comuns do que em Cuamba, devido a haver mais rios perenes. No Lago as pessoas fazem a separaçãõ entre *mbwelas* que são férteis entre Maio e Agosto e *nyatas* que são férteis entre Agosto e Novembro/Dezembro. As boas *baixas* são muito menos comuns do que as terras alimentadas pela chuva. Embora formalmente parte das áreas comuns, esta terra é sempre transferida de uma geraçãõ para a seguinte e, de acordo com os informadores, “nunca está à venda”. As pessoas dos nossos grupos focais argumentavam também que a agricultura de sequeiro está a tornar-se cada vez mais difícil com as chuvas imprevisíveis e as temperaturas mais altas.

As hortas requerem muito mais trabalho e investimento do que uma vulgar machamba. Precisam de fertilização, é necessário comprar a maioria das sementes e a rega requer muito trabalho. Historicamente grandes áreas no Lago e em Majune eram naturalmente inundadas pelos rios que transbordam, mas a erosão e as chuvas irregulares tornaram necessário cavar poços e canais e regar com baldes. A horticultura tem tornado a dieta local mais saudável, conduzindo também a maiores rendimentos – actualmente em especial no que respeita ao tomate, couve e cebola. O mesmo se aplica aos poucos agregados familiares que praticam horticultura em Cuamba.

Essencialmente, os pequenos agricultores de subsistência nos três locais de estudo cultivam a terra para alimentar a sua família. Escolhem as culturas pensando na sua própria dieta. Muitas vezes vendem os produtos no mercado local imediatamente após a colheita, sem tentativas concertadas de negociar o preço. Dado que o vendedor procura satisfazer uma necessidade aguda, os agricultores não podem esperar até mais tarde no ano quando os preços sobem.

Os agentes comerciais, que geralmente são intermediários entre os produtores e as grandes empresas, tiram vantagem da agonia dos pobres e compram os seus produtos logo a seguir à colheita quando os preços são mais baixos. Os produtos são depois armazenados até ao fim do ano quando os preços de mercado começam a subir. Num ano agrícola fraco os pequenos agricultores podem esgotar os seus stocks de alimentos num par de meses e depois têm de começar a comprar comida (Tabela 6). Quando tal acontece os preços do mercado começam a subir; às vezes o agricultor paga três vezes mais por uma lata de milho em Dezembro do que o que ganhou quando a vendeu em Junho.

Tabela 6: *Número de Meses no Ano Anterior com Apenas Uma Refeição por Dia 2011-2015 (em percentagem)*

MESES	2011				2015			
	Cuamba	Lago	Majune	Total	Cuamba	Lago	Majune	Total
0	74	71	53	66	57	74	66	66
1-2	22	28	43	31	9	14	3	9
3-5	3	2	4	3	3	2	4	3
6 ou mais	2	0	0	1	8	9	2	6
Não sabe	0	0	0	0	24	1	26	17
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Entre 10 e 15% das famílias em Majune e Cuamba cultivam culturas de rendimento com o único propósito de vender toda a colheita. Este tipo de produção não tem lugar no Lago, onde falhou em 2013 uma tentativa de introduzir o algodão e onde as pessoas não ganham o suficiente para pagar os seus investimentos. As culturas de rendimento mais comuns em Majune são o tabaco promovido pela MLT e, mais recentemente, o gergelim promovido por uma ONG Espanhola, Mundukide. A MLT opera também em Cuamba. Em Cuamba está também o promotor de algodão SAN-JFS.

A MLT e a SAN-JFS oferecem no início da época todos os insumos requeridos aos agricultores e descontam o valor dos insumos no pagamento final quando compram o

tabaco na altura da colheita. A MLT define a qualidade e conseqüentemente o preço do tabaco que compra, o que constitui uma questão de frequente revolta e insatisfação entre os agricultores. A SAN-JFS também determina a qualidade no final da colheita. Os preços do algodão são altamente voláteis e, em conseqüência, o preço estimado e esperado pelo agricultor no início da produção é frequentemente diferente do que é pago na altura da colheita. Isto também é a causa de muitos conflitos entre o promotor e os agricultores, exigindo muitas vezes a intervenção e mediação das autoridades locais.

A ONG Espanhola Mundukide segue uma filosofia diferente. O principal objectivo da organização é preparar os agricultores locais para uma economia de mercado e treiná-los para venderem os seus produtos com lucro. A organização não oferece nada gratuitamente, excepto o conhecimento. Com o fim de promover novas culturas, como o gergelim, a Mundukide vende as sementes aos agricultores a um preço baixo. Na altura da colheita, a Mundukide ajuda os agricultores a identificar os comerciantes a quem devem vender os seus produtos. O preço é negociado entre o comerciante e os agricultores. A Mundukide mantém os agricultores informados sobre os preços de mercado a fim de os ajudar nas suas negociações.

A posição de negociação dos agricultores é frequentemente fraca, particularmente quando negociam um por um com os comerciantes. Ao mesmo tempo, a grande maioria dos agricultores nos três distritos não está organizada em associações de agricultores. Há uma longa história de tentar promover associações, mas assim que o financiamento pára os grupos tendem a desfazer-se. Cuamba parece ser a excepção, principalmente devido ao facto de a produção de culturas de rendimento ser ali mais importante. De acordo com os nossos informantes, as vantagens de ser membro incluem receber insumos agrícolas como sementes e produtos agro-químicos, o acesso a armazéns para venda colectiva dos produtos e um melhor poder de negociação dos preços perante as empresas de algodão e de tabaco.

Caso: Apesar de ter um portefólio de negócios diversificado, uma família rica em Cuamba (Okhalano, ver abaixo) ainda considera a agricultura como a sua principal actividade e fonte de rendimento. A agricultura de facto subsidia o resto dos negócios. As culturas que a família produz são parcialmente mantidas para consumo e o resto é reservado para vender durante os meses de fome. Dependendo do ano e da procura do mercado esperada, a família varia entre plantar tabaco, algodão, gergelim, feijão, soja e arroz. O milho é a única cultura que a família tem a certeza de ter procura, dado ser o alimento básico na região. As chuvas fortes de 2014/15 afectaram fortemente a produção da família Okhalano e o seu rendimento foi consideravelmente mais baixo do que o normal, conseguindo produzir apenas uma pequena quantidade de milho. Recorreram à compra de milho e feijão de Lichinga, onde os preços são mais baixos do que em Cuamba, e venderam-nos na sua banca de modo a assegurar que não perdem os clientes que habitualmente lhes compram produtos agrícolas.

No que respeita à pesca a nossa pesquisa revelou que, embora muito importante no Lago, é também praticada em Majune e Cuamba. De acordo com o nosso Estudo de Base, em Majune a pesca é praticada por 26% dos agregados familiares. Esta é uma proporção consideravelmente maior do que a mostrada no Censo Nacional de 2007 (13%) e provavelmente reflecte uma subestimativa geral da importância da pesca em águas

interiores. Em Cuamba os rios são mais secos e o peixe menos acessível e só 8,3% dos agregados familiares estão envolvidos no sector – mas 59% ainda afirmaram ter comido peixe na semana antes do Estudo de Base de 2011 – frequentemente comprado noutros distritos.

No Lago, os três principais tipos de pesca são as redes de cerco usadas para capturar a *uusipa*; redes paradas ou de emalhe usadas para capturar grandes peixes que se alimentam no fundo; e as menos comuns redes de arrasto para a praia usadas para capturar uma variedade de peixe. Além disso, muitas pessoas pescarão na – ou próximo da – margem com linhas e anzóis, mas apenas para consumo. Só os homens estão envolvidos na pesca, mas as mulheres participam activamente no processamento e comercialização do peixe capturado.

Dos métodos mencionados, a rede de cerco (*chillimila*) usada na pesca da *uusipa* é o mais comum e economicamente o mais importante. O método envolve uma tripulação de 8 a 10 pessoas em três barcos: o barco principal, ou *boti*, com motor fora de borda, uma pequena canoa de madeira (*bwato*) e um barco intermédio (*boti-bwato*). A produção e o rendimento dependem da qualidade da tripulação, do barco e do equipamento de pesca. Numa mesma noite um barco pode capturar até 200 baldes de 20 litros de *uusipa*, enquanto outro pode conseguir praticamente nada.

Os preços do peixe variam consideravelmente. Em certas alturas do ano em que o peixe não abunda, um balde de *uusipa* pode ser vendido por 300 meticais, enquanto que em tempos de abundância o mesmo balde pode ser vendido por 80 meticais. Os outros tipos de pesca são mais individuais (habitualmente com o dono da canoa e da rede a pescar com mais um ou dois ajudantes), mas com um potencial de produção e rendimento muito mais baixos. Toda a pesca é sazonal, dependendo das temperaturas, correntes, vento e (no caso da *uusipa*) da posição da lua, dado que o peixe é atraído para a superfície do lago pela luz à noite.

Quando o peixe é trazido para terra, o processamento é ainda feito da forma mais simples, secando e salgando ou só secando em grandes cavaletes de madeira cobertos com redes finas. Geralmente não são os pescadores que fazem este trabalho, deixando-o a cargo de membros da família (frequentemente uma das suas esposas) ou outras pessoas locais. Embora o peixe seja rapidamente consumido pela comunidade local ou comprado pelos comerciantes, o acesso a gelo tornaria possível vender grandes quantidades de peixe fresco em Metangula ou em Lichinga onde há um mercado.

Há um mercado aparentemente insaciável para o peixe. Há comerciantes baseados localmente (normalmente mulheres) que vendem peixe em mercados exteriores em Metangula e Lichinga, mas a maior parte é vendida a comerciantes (geralmente homens jovens) que chegam a Meluluca em pequenas camionetas ou mini-autocarros e partem no mesmo dia. Em períodos de boa pesca podem chegar diariamente entre 8 a 10 mini-autocarros daí resultando uma frenética competição e uma boa posição de negociação para os pescadores/processadores em Meluluca. Em períodos de pesca fraca, dificilmente chegam quaisquer viaturas. O peixe mais fácil de vender é a *uusipa*, que é básica para a maioria da população, enquanto o peixe maior é mais difícil de vender devido à maior dificuldade de o conservar e também porque o mercado é muito mais pequeno.

3.3. Sector Privado/Empreendedorismo⁷

Num contexto onde a maioria das pessoas depende da agricultura, com opções limitadas de produção/comercialização de excedentes, e em que o emprego formal é praticamente inacessível para a grande maioria das populações locais, o sector privado/empreendedorismo apresenta-se como a fonte de rendimento alternativa mais importante. A nossa definição de um “empresário” (Orgut 2014d: 9) é “alguém que gere, organiza e assume o risco de um negócio ou empresa através de investimentos em capital físico”. Isto cobre um grande número de diferentes adaptações económicas, incluindo micro, pequenas, médias e grandes empresas formalmente registadas, bem como empresas informais de comércio, serviços e construção.

Condições Estruturais

No Niassa há actualmente mudanças em curso relacionadas com investimentos recentes em silvicultura, mineração, culturas de rendimento, corredores de desenvolvimento e ligações às economias em crescimento de Cabo Delgado e Nampula. No entanto, as economias de escala desta natureza têm a tendência de não “chegarem” até ao tipo de comunidades locais e empresários locais que são o foco das Constatações da Realidade. Ao mesmo tempo, os distritos/município mostram variações em termos do perfil e importância relativa das actividades do sector privado/empresariais. Cuamba é um centro urbano com um sector comercial/industrial relativamente grande, Majune tem muito poucos estabelecimentos que preenchem os critérios formais dos negócios/empreendedorismo e o Lago situa-se algures entre estes dois, sendo as empresas de pesca artesanal as mais importantes.

O principal constrangimento que os agentes económicos enfrentam no Niassa é a fraca infraestrutura de transportes (estradas em particular), o que leva a custos de transporte extremamente elevados. Um segundo factor é o valor da moeda Moçambicana (Metical) face às moedas do Malawi e da Tanzânia, que torna mais vantajoso fazer compras nesses países do que em Moçambique. De facto, os camiões tendem a deixar Moçambique para estes dois países completamente vazios e a regressar com carga completa. Além disso, há também taxas regulares (e.g., anuais e/ou mensais) para as licenças para realizar a maioria das actividades de negócio e pagamentos às autoridades fiscais que as pessoas vêem como injustas, dado receberem pouco em troca.

Os custos que um operador de uma barraca tem de enfrentar no primeiro ano de operação, por exemplo, incluem gastos com uma licença comercial (1.500 Mt), aprovação do projecto de comércio (400 Mt), taxa anual (550 Mt), taxa mensal (100 Mt x 12), e 3% de imposto sobre vendas mensais de 1.000 Mt. Assumindo um volume de vendas mensal de exactamente 1.000 Mt, estes custos – que são tirados da estrutura de taxas em Metangula – montam a cerca de 20% do total das vendas anuais (no primeiro ano). Se o volume de vendas mensal fosse de 10.000 Mt, a parte correspondente seria de 5% sobre as vendas. Desta forma, as várias taxas/custos fixos de fazer negócio são regressivas, no sentido de que são mais onerosas para os negócios mais pequenos.

Há também uma consciencialização limitada das actividades que visam apoiar/promover os negócios locais de pequena e média dimensão. Além das simplificações regulamentares

⁷ Para informação/análise mais detalhada, ver Orgut 2014a-d.

através do Balcão Único (BAU) e do Fundo de Desenvolvimento Distrital, nenhum dos entrevistados do governo ou do sector privado foi capaz de apontar outras actividades adicionais realizadas para apoiar os negócios locais. As entrevistas com funcionários relevantes das administrações Distritais e Municipal em Cuamba, no Lago e em Majune mostram que não vêem como seu papel apoiar e desenvolver o sector privado e os empresários, excepto através de infraestruturas. Em vez disso, vêem como seu papel principal emitir licenças, cobrar impostos e contribuir para a obediência fiscal.

A principal fonte de financiamento para negócios/empresários nos três locais de estudo da Constatação da Realidade continua a ser o Fundo de Desenvolvimento Distrital, iniciado nos distritos em 2006 e alargado em 2012 para incluir também os municípios. As alocações anuais do Fundo por distrito/município aumentaram para cerca de oito milhões de Meticais (ou USD 260.000), o que é uma soma considerável em áreas políticas/administrativas que têm recursos muito limitados para investimentos públicos de iniciativa própria. As alocações variam entre 20.000 Mt e 200.000 Mt, com exigência formal de reembolso num período de três anos.

O objectivo original do Fundo de Desenvolvimento Distrital era contribuir para a geração de rendimento e criação de emprego, e o fundo atingiu um grande número de pessoas em Cuamba, no Lago e em Majune. Ao mesmo tempo, é cada vez mais reconhecido pelas partes interessadas do sector público que o programa tem diversas falhas graves. A proporção de projectos que podem ser caracterizados como “bem sucedidos” é relativamente limitada, o processo de selecção tem sido baseado mais no favoritismo e nepotismo do que nas qualificações para o negócio e a taxa de reembolso tem sido muito baixa.

Das Constatações da Realidade emergiram algumas características fundamentais do empreendedorismo nos distritos do Lago e Majune e no município de Cuamba, incluindo: i) a forte concentração à volta do comércio, à custa da manufactura; ii) a falta de cooperação entre empresários, seja ela formal no sentido de associações de negócios ou informal na forma de grupos;

iii) a forma lenta ou incremental como a maioria dos empresários desenvolve os seus negócios; iv) a preferência pela distribuição de bens e esforços por vários domínios de negócio, em vez de focar um único; v) o domínio de actores externos com experiência vindos de fora entre os maiores empresários; e vi) a discrepância entre o sistema formal de licenciamento e tributação – que está no geral em vigor – e a actual forma “informal” em que o sistema funciona e em que os negócios estão sujeitos a um sistema de tributação que poucos entendem e que se presta ao abuso.

Ilustração 9: Empreendedorismo



Foto: Kajsa Johansson

Agência local

A grande maioria das pessoas nas comunidades focais em Cuamba, Lago e Majune que estão envolvidas em permutas económicas comercializam recursos naturais na forma de produtos agrícolas, lenha, bambu, capim, barro para a construção de blocos, etc. que não requerem investimentos iniciais de capital físico e com riscos relacionados com o fraco retorno do seu próprio trabalho. No idioma local, ser um “agente económico” ou *aziene gueni* envolve algo mais – embora o investimento a ser feito possa ser pequeno. As pessoas argumentam que começar um negócio, ou *gueni*, requer iniciativa e ambição. “*Não é toda a gente que tem essa iniciativa*”, dizem.

À partida, as pessoas têm uma atitude positiva para com os membros da comunidade que são bem sucedidos a estabelecer negócios e se tornam empresários. De facto, no nosso exercício de classificação da riqueza feito em 2011 (Orgut 2011b) um dos principais critérios definidos para pertencer à categoria dos agregados familiares em melhor situação (*opata e olemela*, ver abaixo) era estar em posição de dar emprego a outros. As pessoas enfatizam também que os empresários são importantes porque “trazem desenvolvimento” e acesso a bens e serviços na comunidade local. Todavia, é igualmente claro que investir em empresas e “melhorar” em relação aos outros na comunidade traz consigo bastantes desafios e perigos (ver abaixo).

Investir num negócio requer acesso a dinheiro para criar o primeiro empreendimento. Estudos de caso de empresários nas três comunidades mostram que a maioria das pessoas começa de muito baixo, com dinheiro ganho nas poucas actividades locais que envolvem permutas económicas e opções de excedentes, como a pesca no Lago e a produção de tabaco em Majune e algodão em Cuamba. Muitos empresários realçam também como obtêm apoio da sua própria família. Cuamba destaca-se como tendo empresários que baseiam as suas actividades no rendimento obtido de emprego formal ou pensões, o que é

muito raro em Malila (Majune) e em Meluluca (Lago) onde dificilmente existem pessoas nessa situação.

Nas comunidades locais, as formas mais comuns de investimento são em pequenas lojas ou barracas, moageiras, carpintaria, pesca, produção de tijolos e olaria; e serviços, como pensões, barbeiros, cabeleireiros e medicina tradicional (*curandeiros*). A pesca (no Lago) e a produção de tijolos (em todas as comunidades) parecem estar entre as melhores opções de crescimento e de criação de emprego. Os *Patrões* que investem num barco, redes e motor precisam de empregar 8 a 10 pessoas por barco a fim de terem uma unidade de produção viável. No que respeita à produção de tijolos, construir fornos, recolher lenha e queimar e vender tijolos requer um número relativamente grande de trabalhadores – dependendo do tamanho da empresa.

No entanto, entre os que estabelecem negócios de pequena escala nas comunidades locais, muito poucos conseguem expandir significativamente os seus negócios. Os maiores

Caso: O Sr. Saide é um dos três “grandes empresários” (Gueni Zazikuluzikulo, ou buana) em Meluluca. Nasceu em 1969 e as suas quatro esposas, doze filhos e netos são um claro sinal do seu sucesso. O entrevistado começou por trabalhar no barco de pesca dos patrões. Durante um período de excepcionalmente boa pesca, na altura da guerra, conseguia comprar peixe que transportava a pé pelas montanhas até Lichinga. Mais tarde começou a vender frangos em Lichinga e no Malawi e trazia de volta capulanas, roupas usadas, sapatos e outras coisas que não estavam disponíveis em Meluluca. Começou também a comercializar farinha de milho, que lhe proporcionou receita suficiente para abrir uma barraca em Metangula – em parte para acomodar a sua segunda esposa que vivia ali. Em 2004 abriu uma loja em Meluluca, e depois uma outra em Metangula em 2009. O seu problema principal em ambos os locais são as pessoas (familiares, vizinhos, amigos e outros na comunidade) que insistem em levar coisas sem pagar. (“Não sabemos o que fazer”). Ao mesmo tempo reconhece a importância das relações com a comunidade local e sempre apoia e está presente nos eventos importantes. Para além das três lojas, o seu negócio inclui agora três mini-autocarros e um camião adquirido em 2011 e um barco de pesca comprado em 2009. Começou também a envolver-se na construção, construindo casas em Metangula que aluga. Em todos os seus negócios, confia principalmente na sua própria família (esposas, filhos e irmãos) e os únicos trabalhadores que emprega e não são membros da família são pescadores e motoristas.¹ O Sr. Saide insiste que nunca pediu dinheiro emprestado e que só investe em novas actividades quando tiver poupado para esse fim.

empresários nas três comunidades cresceram lentamente durante um longo período de tempo ou cresceram com a ajuda do Fundo de Desenvolvimento Distrital. Os maiores e mais “bem sucedidos” empresários locais que encontramos parecem partilhar um conjunto de características: uma é tenderem a investir em diferentes tipos de actividades económicas; a segunda é levarem as suas actividades económicas para fora da sua comunidade local e a terceira é concentrarem-se nas suas próprias actividades em vez de cooperarem com os outros – como exemplificado no caso abaixo.

Num contexto em que a posição e o papel de homens e mulheres geralmente estão claramente definidos tanto no espaço privado como no público (ver abaixo), as relações com

o sector privado/de negócio não estão igualmente bem definidas. Em Majune encontram-se mulheres na maioria dos tipos de actividades empresariais. Embora a grande maioria se dedique a negócios de pequena escala, vendendo produtos agrícolas, lenha, bolos e pão, há também exemplos de mulheres que estão envolvidas em negócios de maior escala como *barracas*, moinhos e pensões. Em Cuamba, que é uma cidade, as barreiras sócio-culturais ao tipo de actividades económicas a que os homens e mulheres se podem dedicar são ainda menos pronunciadas – ou mais difíceis de controlar pelos homens. É ainda mais comum que as mulheres realizem as suas actividades económicas próximo de casa do que em áreas comerciais/mercados, para serem capazes de cumprir as suas responsabilidades domésticas.

No Lago/Meluluca, as regras e expectativas sócio-culturais sobre qual o tipo de actividades económicas que homens e mulheres podem exercer são mais estritas. Isto reflecte provavelmente uma comunidade que tem estado mais isolada e onde a tradição e a religião ainda exercem um forte domínio sobre as pessoas. Discutindo os tipos de actividades económicas e negócios que homens e mulheres podem exercer, com um grupo focal de rapazes e raparigas no Lago/Meluluca, houve um amplo acordo em que a maioria dos tipos de actividades empresariais é para homens e que as mulheres não podem possuir e gerir empresas maiores.

Em termos quantitativos, a proporção de agregados familiares com rendimentos de outras fontes que não a agricultura aumentou de 2011 para 2015. Em 2015 esta era a situação de 64% dos agregados familiares em Cuamba (68% em 2011), 78% no Lago (72% em 2011) e 73% em Majune (70% em 2011). A maioria destes preenche a nossa definição alargada de “empresário” como alguém que “gere, organiza e assume o risco de um negócio ou empresa através de investimentos em capital físico” (ver acima). Estes envolvem cerca de 30 fontes de rendimento diferentes, incluindo a pesca, actividades artesanais, lojas e barracas, carpintaria, pedreiro, alfaiataria, trabalho ocasional e medicina tradicional. Nos três locais de estudo, a proporção de agregados familiares que ganham mais de 2.000 Meticais por mês com essas actividades aumentou entre 2011 e 2015, enquanto a proporção dos que ganham 1.000 Meticais por mês ou menos diminuiu (Tabela 7). Os agregados familiares chefiados por mulheres ainda ganham menos do que os chefiados por homens, mas há também uma tendência ascendente para os primeiros.

Tabela 7: Rendimento Mensal de Outras Fontes Que Não a Agricultura 2011-2015 (em percentagem)

RECEITA	2011				2015			
	Cuamba	Lago	Majune	Total	Cuamba	Lago	Majune	Total
Menos de 50	27	23	21	24	2	3	3	3
50 – 500	14	20	24	19	22	8	20	16
501 – 1.000	15	17	15	16	17	12	6	12
1.001 – 1.500	8	7	9	8	6	5	8	6
1.501 – 2.000	3	8	5	5	11	6	9	9
2.001 – 5.000	24	11	23	19	31	27	25	28
5.001 – 10.000	8	9	3	6	7	17	14	13
10.001 – 15.000	2	2	1	1	2	6	4	4
15.001 – 20.000	0	2	0	1	1	5	3	3
20.001 ou mais	0	3	0	1	0	11	7	6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Resumindo, as duas condições fundamentais para alguém se tornar num empresário bem sucedido em Cuamba, no Lago e em Majune são as *relações sociais* e a *diversificação*. Ambas estão bastante ausentes da literatura económica sobre empreendedorismo, vindo a principal unidade social como um “homem económico” com o objectivo de acumular capital e crescer como agente económico. Isto reflecte em parte diferenças epistemológicas mais profundas entre a economia e a antropologia, mas também as diferenças na compreensão de contextos sócio-culturais como o Niassa.

Uma pessoa nas comunidades que não mantenha relações e redes sociais, não é “ninguém”. Por esta razão, os excedentes são investidos em relações, como ter mais esposas e mais filhos, em vez de em bens materiais de consumo conspícuo. Pela mesma razão, é quase impossível que os empresários bem sucedidos não partilhem parte do seu rendimento com a família alargada e outros membros da comunidade. O que muitos empresários bem sucedidos fazem é *combinar* relações fortes contínuas com a comunidade e alargar os seus negócios em contextos externos onde podem ser “homens económicos”.

A importância da diversificação no espaço geográfico e dos tipos de negócios está em parte relacionada com a precariedade dos negócios de pequena escala em locais como Cuamba, Lago e Majune. O contexto para fazer negócio é imprevisível e vulnerável no contexto financeiro e com o regime fiscal existentes – e a rentabilidade é geralmente limitada devido à alta competição nos sectores chave e ao baixo poder de compra. Pondo “todos os ovos no mesmo cesto”, mudanças súbitas nas condições de enquadramento podem conduzir a uma derrocada. Diversificando, o empresário não só reduz esses riscos como também torna mais fácil cumprir as responsabilidades sociais através da expansão das redes sociais.

3.4. Conclusões

A análise acima revelou os tipos de constrangimentos estruturais e oportunidades sob as quais as pessoas em Cuamba, no Lago e em Majune vivem e trabalham. Embora muitos temas sejam os mesmos para as três formações sociais, há também características locais

importantes que têm impacto sobre a pobreza e bem-estar em cada distrito/comunidade individual. Cuamba é antes de tudo caracterizada por ser uma área urbana. Isto implica uma sociedade/comunidade mais complexa, com melhores serviços, mais pessoas e mais oportunidades – mas também uma maior confiança no emprego e rendimento para a sobrevivência. No caso do Lago, a característica marcante mais importante parece ser a de o Lago Niassa ter definido economicamente, bem como socialmente, uma afinidade com o Malawi e com as suas oportunidades de pesca como fonte alternativa viável de emprego e rendimento. No que respeita a Majune, o relativo isolamento dos centros populacionais maiores tem em grande medida definido o Distrito como estruturalmente pobre e com opções mais limitadas para explorar os investimentos em infraestruturas para as actividades económicas/empreendimento.

4. DINÂMICAS LOCAIS DA POBREZA E BEM-ESTAR

De acordo com a abordagem analítica e metodológica escolhida para as Constatações da Realidade em Moçambique, as dinâmicas da pobreza e bem-estar entre as pessoas em Cuamba, no Lago e em Majune foram analisadas com um enfoque na interface entre os constrangimentos estruturais descritos acima, as relações na comunidade e a agência dos agregados familiares e indivíduos.

A seguir apresentaremos primeiro as percepções das pessoas sobre as características das suas comunidades e as mudanças entre 2011 e 2015, principalmente com referência a uma série de discussões qualitativas/participativas em Grupos Focais. A comunidade representa o mundo social mais imediato da população em estudo, e o tipo de relações sociais que têm/conseguem estabelecer tem um impacto considerável na sua posição e espaço para mobilidade social.

Seguir-se-á uma análise das estratégias de sobrevivência dos agregados familiares e indivíduos em Cuamba, no Lago e em Majune. O agregado familiar é a unidade central social e económica das pessoas nas comunidades e a agência das pessoas é grandemente determinada pela sua posição económica, composição e género. O nosso ponto de partida será aqui os Agregados Familiares Focais, inicialmente seleccionados através de um Exercício de Classificação da Riqueza feito em 2011, que seguimos de perto ao longo do processo de Constatação da Realidade (ver Orgut 2011f).

Importância e Relevância

A importância atribuída às instituições da comunidade identificadas mudou durante o período de cinco anos dos estudos de Constatação da Realidade. Em Cuamba, a mudança no sentido de uma influência mais forte do governo parece ser o resultado da crescente relevância do governo Municipal na vida das pessoas. No Lago, a presença (desde 2012) de um Chefe do Posto Administrativo proactivo tornou o impacto do governo mais forte, tanto na forma de influência política como de infraestruturas e outras intervenções. E em Majune a presença e os serviços públicos aumentaram mas o impacto foi mais fraco do que em Cuamba e no Lago, principalmente devido a uma incidência mais alta da pobreza. Nas três comunidades, as autoridades tradicionais viram um relativo declínio do seu impacto, enquanto o Partido (i.e. a Frelimo) é visto como tendo-se tornado mais importante para a vida da comunidade.

Num dos exercícios do Diagrama de Venn realizado em 2015 pediu-se às pessoas para i) listarem as instituições mais importantes (organizações e indivíduos) da comunidade, ii) atribuírem a cada uma delas três pontos (muito importante), dois pontos (importância média) ou um ponto (menos importante) e iii) colocarem cada uma delas (na forma de pedaços papel redondos com o nome das instituições, em três tamanhos relacionados com a importância) num flipchart, com base na facilidade com que se pode chegar a elas. O mesmo exercício foi feito em 2011, tornando possível registar as possíveis mudanças na importância atribuída a cada instituição entre 2011 e 2015. Os resultados podem ser visualizados acima na Ilustração 11.

A mudança mais significativa desde 2011 é que os partidos políticos são vistos como tendo-se tornado mais importantes, a par com os níveis mais altos de líderes tradicionais baseados na comunidade (*rainha*). Os membros do grupo focal argumentaram que “o país e a comunidade necessitam de uma oposição para serem democráticos”, mas isso reflecte também até que ponto as comunidades se estão a tornar “politizadas”. Relativamente ao chefe do Posto Administrativo, que também recebeu pontuação máxima, as pessoas chegaram à conclusão de que ele é importante para “trazer desenvolvimento” à comunidade. Quanto à Organização da Mulher Moçambicana (OMM), é vista como estando reduzida à organização de “eventos sociais”. A importância (embora limitada a uma estrela) de “grupos de interesse” relacionados com a pesca como fonte principal de rendimento, dos grupos de poupança para investimentos de pequena escala e do futebol para as crianças, diz também alguma coisa sobre a complexidade do panorama institucional, mesmo nas pequenas aldeias do Niassa.

Ilustração 11: Diagrama de Venn

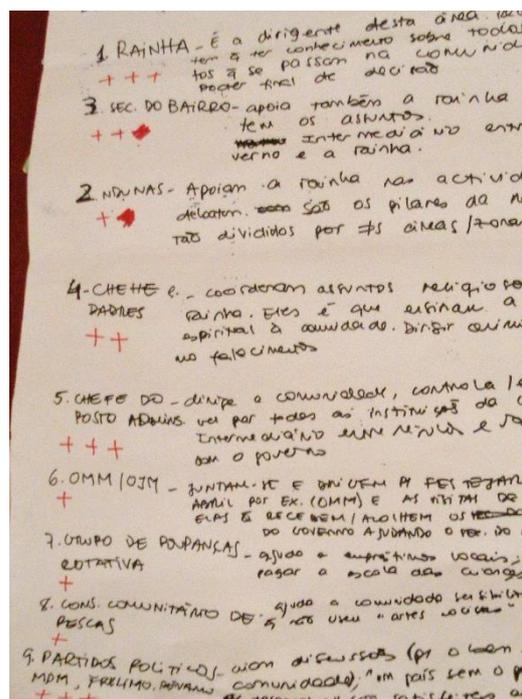


Foto: Nair Noronha

um direito (“Cahora Bassa é nossa”). O Lago rural (dependente de painéis solares) e Majune (onde a rede só chegou recentemente e muito poucas pessoas estão em posição de fazer a ligação) destacam-se como tendo o acesso mais fraco, tendo Cuamba o melhor acesso.

No exemplo aqui incluído (Ilustração 13), os problemas mais importantes listados – com colunas para a gravidade do problema/número de pessoas afectadas – os votos atribuídos a cada problema e a razão por trás da decisão foram:

Ilustração 13: *Matriz de Problema da Comunidade*

PRINCIPAIS PROBLEMAS	SERIEDADE DO PROBLEMA	PESSOAS AFECTADAS
FALTA DE LUZ	35	40
FALTA DE POÇOS / FONTEJANA	28	28
NÃO HÁ + DE 7ª CLASSE	17	21
Nº DE ENFERMEIROS REDUZIDO	6	7
HOSPITAL PEQUENO	2	0
FALTA DE RESIDÊNCIA PARA O DIRECTOR DA ESCOLA (ENR)	1	0
MAU ESTADO DA PONTE MARIWELA	13	9

Foto: Nair Noronha

- i) *Falta de electricidade/luz (35/40)*. “Sem electricidade as pessoas não podem ter sistemas de som e vídeos que trazem alegria à casa. Com electricidade as pessoas podem estar melhor informadas sobre as notícias do mundo pela televisão. Com um frigorífico, pode-se conservar e vender produtos frescos como o peixe. Sem luz nas ruas estas tornam-se mais perigosas. Se houver electricidade, tanto os adultos como as crianças podem estudar à noite. Todo o desenvolvimento depende da energia eléctrica”.
- ii) *Falta de pontos de água (28/28)*. [É um grande problema] as pessoas da comunidade beberem água de poços abertos “e muitas ficam doentes. As pessoas usam a água do Lago para tomar banho e para beber – o que é perigoso e faz adoecer as pessoas, particularmente no início da época das chuvas [quando há menos movimento da água]. A cólera pode voltar.”
- iii) *Falta de escolas acima da 7ª Classe (17/21)*. “A maioria das famílias não tem possibilidade de mandar os filhos para fora para estudarem e pagar pela habitação, comida, uniformes e materiais escolares. Para concluir a 12ª classe, estes pagamentos manter-se-ão durante cinco anos. Se pudéssemos ter uma escola pelo menos até à 10ª classe, muitas mais crianças concluiriam a escola secundária”.
- iv) *O mau estado da ponte (13/9)*. “Toda a comunidade depende da estrada como meio de comunicação. A ponte está perigosa [16 pessoas morreram no último ano] e as pessoas têm medo de a atravessar.”

Futuros Planos e Expectativas

As pessoas em Cuamba, no Lago e em Majune exprimiram os seus próprios planos e ideias sobre como melhorar as condições nas suas comunidades, através de conjuntos de *Análises de Campo de Forças*, com o objectivo de captar as percepções sobre que condições podem inibir ou acelerar o tipo de mudança e desenvolvimento preferido pela comunidade. As mudanças preferidas de desenvolvimento estão geralmente relacionadas com intervenções externas muito concretas na infraestrutura física, nos investimentos privados, etc. em vez de, por exemplo, nas condições da agricultura e termos de troca. Isto reflecte grandemente as percepções de que a mudança tem de vir de fora – embora os Grupos Focais enfatizem também que a população local pode “contribuir com o seu trabalho e conhecimento local”.

Ilustração 14: Análise de Campo de Forças

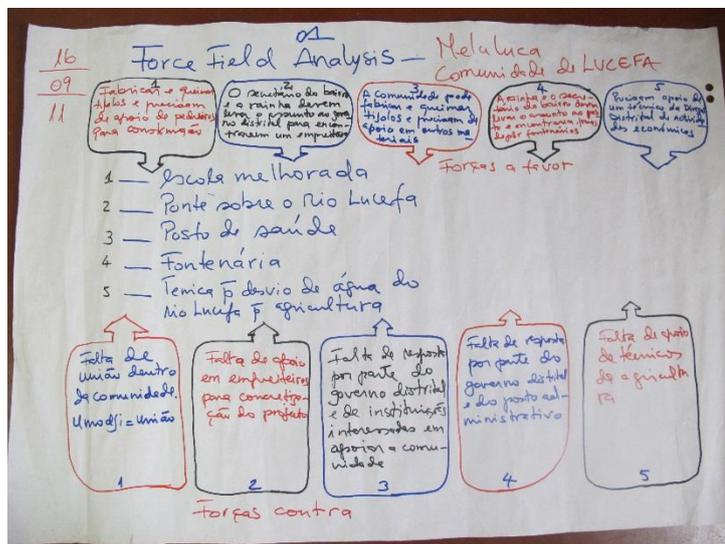


Foto: Inge Tvedten

No exemplo junto (Ilustração 14), as cinco questões mais importantes a resolver na comunidade eram vistas como sendo 1) melhoria das instalações educacionais; 2) melhoria do sistema de transportes (incluindo pontes); 3) melhoria das unidades sanitárias; 4) melhoria do acesso a água potável; e 5) melhoria das tecnologias agrícolas (incluindo sistemas de irrigação). A comunidade listou também as forças a favor e contra a realização destes objectivos.

As primeiras incluíam: i) A comunidade pode fazer e queimar [construir] blocos; ii) O Secretário de Bairro e a Rainha devem contactar o Governo Distrital para encontrar um construtor que possa construir uma ponte com qualidade; iii) A Rainha e o Secretário de Bairro devem abordar o Posto Administrativo para aumentar o número de poços; e iv) A comunidade precisa da ajuda de um técnico que ensine como construir [sistemas de] irrigação.

E as forças contra incluíam: i) Há falta de unidade (*umodji*) na comunidade; ii) Há falta de apoio das empresas de construção para implementar o projecto; iii) Há falta de resposta do Governo Distrital e de outras instituições que podem ajudar a comunidade; iv) Há falta de resposta do Governo Distrital para construir postos; v) O governo não envia técnicos agrícolas.

Revedo o exercício de 2015, concluiu-se que apenas os dois primeiros pontos registaram melhorias reais, principalmente devido ao apoio do Chefe do Posto Administrativo e aos esforços da própria comunidade, enquanto os últimos três pontos continuam ainda

pendentes – com o argumento de que o governo não tinha dado seguimento às suas promessas.

Vistos em conjunto, os exercícios qualitativos/participativos revelam que as comunidades estão bem conscientes dos desafios/problemas que enfrentam e são capazes de formular expectativas em relação ao governo/instituições públicas. A melhoria das comunicações (estradas, telecomunicações) alargou o alcance/espço das estratégias de sobrevivência das pessoas, mas também possibilitou que comparassem a situação nas suas comunidades com a de outras comunidades. No entanto, as discussões em grupo focal demonstraram também que as pessoas estão muito mais inseguras acerca de *como* podem acompanhar as questões ligadas a uma instituição pública/do estado, que frequentemente vêem como distante e não receptiva.

4.2. Organização e Estratégias do Agregado Familiar

Ao dedicarmo-nos à principal questão de investigação na série de Constatações da Realidade, de compreender as “estratégias de luta/sobrevivência adoptadas por mulheres e homens a viver na pobreza” (Embaixada da Suécia 2010/TdR), o nosso ponto de partida foi as percepções das próprias pessoas (*emic*) sobre o que significa ser pobre. As perspectivas antropológica/qualitativa sobre a pobreza priorizam a pobreza, não como uma condição absoluta mensurável mas sim como uma relação social qualitativa, examinando como o grupo categorizado como pobre foi assim classificado e por quem. As noções de pobreza próprias das pessoas importam porque são a base das suas estratégias e acções – em vez de definições externas ou “etic” que revelam principalmente a distribuição da pobreza e bem-estar no espaço e no tempo.

No exercício de *Classificação da Prosperidade* originalmente feito em 2011, solicitou-se aos Grupos Focais que definissem o que para eles significa pobreza e bem-estar e como são diferenciados os tipos e níveis de pobreza, usando as suas próprias conceptualizações/idioma. O resultado apontou para uma dupla noção do que significa ser pobre: por um lado está em causa a carência material e a falta do que é considerado bens/necessidades básicos, mas por outro lado – e igualmente importante – assenta no número e natureza das relações sociais em que as pessoas estão envolvidas e que podem activar em tempos de dificuldade.

Nas três áreas de estudo há uma surpreendente consistência nas categorizações de pobreza e bem-estar das pessoas – embora com variações locais mais pequenas reflectindo as idiosincrasias ao nível local, muitas vezes relacionadas com a organização sócio-cultural. Em termos gerais, são feitas distinções entre i) os “destituídos” ou extremamente pobres, que estão de facto “presos” à pobreza material e falta de relações sociais; ii) o “pobre”, incluindo o “crónicamente pobre”, que sobrevive numa base diária principalmente através do seu próprio trabalho e da produção de subsistência, e o “transitoriamente pobre” que tem recursos e relações sociais que tornam possível a mobilidade social com trabalho árduo; e iii) os que estão em melhor situação, que têm recursos e relações sociais suficientes para investir numa vida melhor, melhorar a sua própria situação e apoiar/empregar outras pessoas. A Tabela abaixo constitui um resumo do vocabulário local para estes três níveis.

Tabela 8: Definições Locais dos Níveis de Pobreza

Nível de pobreza	Cuamba (Macua)	Lago (Nyanja)	Majune (Yao)
O destituído	<i>Vanchipali</i>	<i>Usuwedwa</i>	<i>Mazikine</i>
O pobre	<i>Ovelavela, Vakanene</i>	<i>Chilecua, Maciquine Ukalama</i>	<i>Wakulaga</i>
O que está em melhor situação	<i>Opunha Okhalano</i>	<i>Odjifunila, Opata Olemela</i>	<i>Wakupatha</i>

Na segunda parte do exercício de Classificação da Prosperidade, pediu-se aos Grupos Focais para identificarem agregados familiares pertencentes a cada categoria, para fins de imersão e entrevistas aprofundadas. Seguindo os 22 agregados familiares seleccionados durante um período de cinco anos, conseguimos determinar quais os factores que influenciam mais directamente as suas vidas e até que ponto as pessoas experimentam/gerem a mobilidade social. Abaixo, usaremos estes agregados familiares como ponto de partida para a nossa análise – revelando a relevância combinada de: i) organização do agregado familiar, ii) adaptações económicas e iii) relações sociais com a família, vizinhos e instituições sociais/do estado. Neste Relatório Final seleccionámos nove destes agregados familiares como estudos de caso alargados e recorreremos aos Relatórios anteriores de Constatação da Realidade para uma visão geral completa dos desenvolvimentos nos 22 Agregados Familiares Focais entre 2011 e 2015. Como introdução, a Tabela 9 mostra o estado civil dos agregados familiares em Cuamba, no Lago e em Majune.

Tabela 9: Estado Civil dos Agregados Familiares em Cuamba, no Lago e em Majune 2011-2015 (em percentagem).

ESTADO CIVIL	2011				2015			
	Cuamba	Lago	Majune	Total	Cuamba	Lago	Majune	Total
Solteiro	2	1	3	2	5	6	4	5
Casado	34	83	29	49	28	66	35	43
Companheiro	41	6	48	32	49	18	42	36
Em coabitação	11	7	9	9	8	4	5	6
Viúvo	13	4	11	9	10	6	14	10
AFCM	23	11	30	21	24	15	27	22
AF polígamos	3	34	18	18	8	33	18	19

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Os Destituídos

Olupwana ohawa vanchipali (Cuamba). Em Cuamba entrevistámos três famílias destituídas. Destas, um homem era o mais destituído de todos. Veio de Nampula. Em 2011, quando o encontrámos, vivia no quintal da sua ex-esposa graças à sua filha que teve pena dele. É idoso, tem problemas com a sua visão, está fraco e é incapaz de produzir a sua

própria comida ou de se envolver em qualquer outra actividade geradora de rendimento. Tem filhos de um casamento anterior que vivem em Nampula, mas que não vão levá-lo para lá. Em 2013 a tensão aumentou entre ele e a sua ex-esposa, a seguir à morte da sua filha. Ela pediu-lhe para abandonar o quintal. Depois de uma operação por uma equipa médica itinerante, o homem recuperou a sua visão mas continua a depender de ajuda externa. Quando saiu do quintal da sua ex-esposa recebeu a ajuda de membros da sua mesquita, muitos dos quais também nasceram em Nampula. Continua a depender da ajuda dos vizinhos e amigos da comunidade, bem como do subsídio para idosos do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Usuwedwa II (Lago). Em 2011 o agregado familiar consistia numa mãe solteira, no mais novo dos seus dois filhos e no filho de uma irmã mais velha. A casa tinha quatro quartos e um quintal vedado. No entanto, a casa pertencia a um irmão mais novo e a verdadeira habitação dos *Usuwedwa's* era uma pequena cabana com dois quartos no quintal. Ela nunca tinha ido à escola e os seus filhos deixaram de estudar na 3ª Classe “porque não havia dinheiro”. Tinha uma pequena *machamba*, mas sobrevivia com a venda de pequenos bolinhos, criando galinhas e patos e alugando a pequena cabana. Mais tarde a *Usuwedwa* teve de sair de casa do seu irmão quando ele voltou e de regressar à pequena casa no quintal. Deixou também de vender bolinhos porque o preço do trigo subiu e as galinhas que costumava vender morreram. A *Osowedwa II* tem estado muito doente. Devido à fraca saúde não tem geralmente força para trabalhar na sua pequena *machamba*. Em 2015, a sua carga aumentou quando a sua filha mais velha se divorciou e regressou para casa da sua mãe com dois filhos pequenos. A *Osowedwa II* dependia totalmente da ajuda do seu irmão e dos vizinhos.

Mazikine I (Majune). O agregado familiar é composto por um homem divorciado que vive sozinho num casebre muito pequeno feito de tijolos de barro e coberto com palha. Na sua infância ficou incapacitado pela poliomielite e em resultado tem sempre de procurar alternativas à agricultura para se sustentar. Foi casado e tem um filho adulto que vive em

Ilustração 15: (Os ultra-pobres)



Foto: Minna Tuominen

Malila. Há dez anos, *Mazikine I* perdeu também a sua visão (possivelmente devido a cataratas) e foi quando a sua esposa o deixou. Mesmo quando mais tarde recuperou a visão, através de uma operação com a ajuda da igreja Católica, não voltou a casar. Em 2011 o *Mazikine I* sustentava-se trabalhando como lateiro, uma espécie de serralheiro que repara tachos e panelas estragados pelo uso. Nos dias maus, quando não tinha nada para comer, costumava pedir ajuda aos seus vizinhos. Em 2015 não houve quaisquer mudanças substanciais no agregado familiar ou no nível de bem-estar do *Mazikine I*. O único contacto que tem tido com os serviços públicos é com o INAS, que recentemente começou a pagar-lhe

um subsídio mensal. De acordo com o *Mazikine I*, ele teve de pagar duas vezes por baixo da mesa para ser inscrito.

Os muito pobres/destituídos entre os agregados familiares em Cuamba, no Lago e em Majune são muitas vezes caracterizados por serem constituídos por uma só pessoa e/ou por terem uma deficiência que torna difícil exercerem até as actividades económicas mais rudimentares. Particularmente para as mulheres, ser solteira viola as expectativas culturais básicas relacionadas com relações de parentesco e casamento e são facilmente marginalizadas e vistas como “prostitutas”. Ao mesmo tempo, particularmente os agregados familiares chefiados por mulheres idosas, são frequentemente sobrecarregados com netos, sobrinhas e sobrinhos, etc. – uma ironia num contexto em que os mais velhos eram tradicionalmente honrados e bem cuidados pela sua família alargada. Os próprios idosos referem-se frequentemente aos seus filhos como sendo “demasiado pobres para tomar contra deles”, o que mostra a importância da pobreza material para a organização social e indica que a extrema pobreza tende a ser transferida de uma geração para a outra.

Ser solteiro e/ou deficiente também implica desvantagens em termos de produção e rendimento. Os Agregados Familiares Focais relevantes ou não têm acesso a trabalho suficiente para o agregado familiar (incluindo homens que têm poucas mas importantes tarefas na agricultura) ou estão impedidos por deficiências de desempenhar as tarefas necessárias ou estão longe da sua habitação. Sem ou com pouca produção de subsistência, dependem do dinheiro que muitas vezes não possuem para iniciar actividades geradoras de rendimento de pequena escala. Além disso os investimentos feitos, como comprar pequenas quantidades de farinha para começar a fazer pãezinhos (*Osowedwa II*), são quase sempre tão pequenos que as actividades são excessivamente vulneráveis a até mesmo pequenas mudanças da sorte.

A implicação da extrema pobreza e vulnerabilidade é que os muito pobres dependem da ajuda externa – de membros da família, vizinhos, amigos, etc. Entre os Agregados Familiares Focais mais pobres vemos que essa ajuda muitas vezes não está acessível. De acordo com as mesmas Famílias Focais a ajuda é particularmente escassa em tempos de crise geral na comunidade – como o aumento de preços dos produtos agrícolas/fome a seguir às más colheitas no final de 2015. Na maioria das comunidades no Niassa, a responsabilidade final pelo bem-estar das mulheres e crianças é da família matrilinear (como o irmão mais velho ou o tio materno). Tradicionalmente (durante o sistema de matrilocidade quando um casal casado ficava com a família da esposa) esta vivia perto, mas esta tradição está a mudar rapidamente para um sistema em que o marido e a sua família têm mais influência.

Para os ultra-pobres, as relações sociais com as instituições do Estado e com a sociedade são também muitas vezes problemáticas. Isto é em parte uma questão de acessibilidade, por exemplo à educação e à saúde onde até os custos mais pequenos com material escolar e com as taxas de consultas podem ser demasiado. Mas há também barreiras mais subtis a inibir as referidas relações: vimos ao longo da série de Constatações da Realidade como as relações sociais e o dinheiro determinam o tipo de contacto que os agregados familiares são capazes de estabelecer. Isto é talvez mais evidente no acesso aos fundos do Fundo de Desenvolvimento Distrital e no acesso à segurança social através do Instituto Nacional de Acção Social (INAS). De facto, para as pessoas pobres em crise nas três comunidades, as

instituições mais relevantes são ainda os líderes tradicionais (que são conhecidos por terem recolhido dinheiro para pessoas em extrema necessidade) e as sociedades religiosas (seguindo alguns Muçulmanos a prescrição do Corão de distribuir às Sextas Feiras comida pelos necessitados).

Os Pobres

Ohawa ovelavela (Cuamba). Quando em 2011 visitámos esta família, o chefe era uma mulher idosa que vivia com a sua filha e com os cinco filhos desta. A neta mais velha vivia no mesmo quintal com o seu marido e um filho. No ano seguinte a chefe do agregado familiar faleceu e a sua filha assumiu a chefia. O filho mais novo e neto da nova chefe também faleceram no mesmo ano, muito provavelmente devido à cólera. A nova chefe sustenta o agregado familiar vendendo farinha de milho no mercado. Isso é suficiente para sobreviverem mas não é suficiente para ascenderem socialmente. Na família alargada os problemas de saúde estão a reduzir cada vez mais as opções de ajuda externa. O seu rendimento chega apenas para comprar comida e parecem ter desistido de melhorar as suas vidas. As crianças são demasiado jovens para ajudar em tarefas mais pesadas como restaurar a casa, como era necessário depois das chuvas no princípio do ano. A filha mais velha separou-se e voltou a casar, mas o seu novo marido só está a ajudar a restaurar a casa do casal, que também foi destruída pela chuva.

Usuwedwa I/Maciquine. Em 2011 o agregado familiar vivia numa pequena casa precária com apenas um quarto. O casal tinha seis filhos, com idades entre os 2 meses e os 16 anos, e duas *machambas* que mal produziam o suficiente para consumo. Além disso, o marido fazia e reparava ferramentas agrícolas e portas. Afirmava que a sua família sempre foi pobre. A única pessoa em quem confiavam em tempos de crise era o tio da esposa, que vivia perto. O agregado familiar continuou a trabalhar duramente, embora os preços dos produtos artesanais do chefe tenham permanecido muito baixos. Conseguiram matricular o filho mais velho na 8ª Classe em Meluluca, mas tiveram de desistir poucos meses depois porque os custos se tornaram muito elevados. O agregado familiar continuou a trabalhar arduamente, apesar dos muitos factores em seu desfavor. A saúde do chefe deteriorou-se mas a sua família ainda consegue produzir milho e mandioca e uma gama de produtos artesanais (ferramentas agrícolas, galinheiros, portas de caniço e esteiras, etc.), embora ainda com preços que tornam quase impossível poupar. O seu estigma de gente pobre foi realçado em 2015, quando outra família da aldeia se recusou a aceitar o pedido

Ilustração 16: (Os pobres)



Foto: Kajsa Johansson

do filho mais velho para casar com a sua filha, devido à sua pobreza.

Wakulaga panandi (Majune). O agregado familiar compreendia um marido (à volta dos 45 anos), a sua esposa (nos seus trinta anos) e os seus quatro filhos (entre um e seis anos de idade). Este agregado familiar só foi envolvido nas Constatações da Realidade em 2013, para ganhar uma maior compreensão da categoria sócio-económica dos pobres (*wakulagas*). Na altura, a família vivia numa habitação de três quartos e cultivava uma *machamba* de 3 hectares. Criavam também 10 cabritos, recebidos de uma ONG (Mundukide) para reprodução. Na *machamba*, os *Wakulaga panandi* cultivavam milho, sorgo, feijão, mandioca, amendoim, arroz e gergelim, a única cultura de rendimento introduzida também pela ONG. Quando a esposa do *Wakulaga panandi* era mais nova, viveu com uma tia no Malawi durante cinco anos, onde obteve conhecimentos sobre agricultura. O chefe do agregado familiar nunca tinha deixado a aldeia. Nenhum dos dois tinha frequentado a escola, o mesmo sucedendo com o seu filho de 6 anos que, todas as vezes que os visitámos, estava no campo com o seu pai. Os *Wakulaga panandi* diziam que, quando o seu celeiro ficava vazio, se envolviam no *ganho* (trabalho ocasional) nos terrenos de outras pessoas. Em 2014 a esposa faleceu subitamente vítima de doença não identificada. O marido mudou-se para outra aldeia próxima e os seus filhos foram levados por uma tia (materna) para viver no Malawi. A sua casa e todos os seus pertences foram ocupados pelos parentes da falecida esposa. Ao marido apenas foi permitido levar de sua casa dois pratos e um balde de metal, e mesmo isto foi dito ser mais do que estabelecem as práticas costumeiras.

Os Agregados Familiares Focais caracterizados como pobres tendem a ser agregados familiares “completos”, compreendendo pais, filhos e outros membros da família alargada como netos, sobrinhos e sobrinhas. Embora o casamento formal/tradicional ainda seja a norma, uma crescente proporção vive em comum sem quaisquer acordos de casamento (ver a Tabela 9). Isto tende a tornar as uniões menos estáveis e enfraquece o envolvimento da família alargada – embora o divórcio seja de um modo geral relativamente simples na sociedade matrilinear, onde não há pagamento à família da noiva/dote e a esposa e os filhos são vistos como pertencendo à família dela. Tanto os Agregados Familiares Focais como os estudos de Base/Final mostram que os agregados familiares em Cuamba, no Lago e em Majune são permeáveis, quer na forma quer na estrutura, respondendo às pressões interna e externa.

Com uma chefia masculina, o agregado familiar está mais bem posicionado para exercer actividades agrícolas, bem como actividades económicas adicionais incluindo a pesca, que é estritamente para homens e particularmente importante no Lago. Como se pode ver na Tabela 5, a proporção de agregados familiares que têm a agricultura e a pesca como sua ocupação principal manteve-se relativamente estável entre 2011 e 2015, mas mais agregados familiares estão envolvidos em actividades secundárias (ver também a Tabela 7). Todavia os agregados familiares sem experiência/ideias de outros lugares e com acesso limitado a capital trabalham principalmente em produção e serviços de pequena escala, que exigem pequenos investimentos – como barracas de mercado para produtos primários ou produção artesanal – e que dão retornos muito limitados.

Para os pobres, satisfazer as expectativas culturais de relações conjugais e estar em posição de participar nas várias arenas sociais, as suas relações com instituições da

sociedade e do estado são mais predominantes. A proporção de crianças que frequentam a escola aumentou nas comunidades, excepto em Majune – embora tenhamos visto algumas famílias desistirem da educação, dado dependerem do trabalho dos seus filhos e terem perdido a fé na educação como forma de sair da pobreza. Muitas estão também activas em instituições de nível local como a mesquita, conselhos consultivos e associações. No entanto, sendo essencialmente produtores primários com tempo e rendimento limitados, ficam frequentemente inibidos de estabelecer redes políticas e económicas fora das suas comunidades imediatas, redes essas que são vitais para o crescimento económico de/expansão para novas actividades.

Os Que Estão Em Melhor Situação

Okhalano (Cuamba). O chefe do agregado familiar tem duas esposas, cada qual a viver na sua própria casa com os respectivos filhos. Tem dois armazéns, um que vende produtos alimentares básicos e outro que está alugado a Nigorianos que vendem peças para automóveis. A família também vende os excedentes das suas *machambas*. A primeira esposa gere a produção agrícola, mas contratam trabalhadores de ‘*ganho-ganho*’ para cultivar, plantar, capinar e colher. A família possui também um moinho e um camião de transporte para alugar que viaja regularmente para Lichinga. Presentemente estão a construir uma pensão. Em 2013, o chefe do agregado familiar recebeu gado do município, como parte de um Plano de Desenvolvimento Distrital, que mantém em Mecanhelas. Candidatou-se várias vezes, sem sucesso, aos Fundos de Desenvolvimento Distrital. Consequentemente, todos os seus investimentos são o resultado do seu próprio esforço. Apesar de ao longo dos anos alguns dos membros do agregado familiar terem ficado doentes ou incapacitados – alguns até foram ao Malawi para tratamento – a estabilidade da economia do agregado familiar não foi afectada. No último ano a produção não foi tão boa como nos anos anteriores devido às chuvas excessivas. Mesmo assim, devido à variedade de fontes de rendimento que possui, o agregado familiar está a ir bem e é provável que continue a sair-se bem.

Opata (Lago). No tempo da guerra o ‘*Opata*’ ia para o Malawi a intervalos longos e regulares. Regressando em 1995, começou a produzir tabaco que lhe deu rendimento suficiente para iniciar outros pequenos negócios. Um deles era a venda de peixe seco e o outro era vender *capulanas* – em ambos os casos usando os seus contactos no Malawi. Os negócios correram bem e o *Opata* conseguiu investir numa *barraca*, em barcos de pesca e gado. O seu sucesso económico teve também implicações sociais: alargou a sua família e tem agora quatro esposas e 20 filhos entre os vinte e três anos e um mês de idade. O agregado familiar continuou a sair-se bem durante o período de Constatação da Realidade. Com dinheiro do Fundo de Desenvolvimento Distrital abriu uma nova barraca em Metangula, encontrando um “nicho” no novo mercado de aparelhos eléctricos. Cada uma das suas esposas controla uma actividade económica e o *Opata* tem planos de se mudar para Metangula, principalmente para ampliar o seu negócio com um armazém mas também para evitar a pressão para partilhar a “inveja” (outra palavra para “feitiçaria”) da comunidade da aldeia onde muitas pessoas trabalham para ele e dele dependem. O *Opata* manda todos os seus filhos à escola e lida com a doença mandando os seus filhos para bons hospitais no Malawi ou em Nampula. Em 2015, realizou finalmente o seu sonho de comprar através da Internet um camião originário do Japão para entrar no negócio dos transportes – embora não estivesse seguro de como o trazer do porto em Dar es Salaam até Metangula.

Wakupatha (Majune): O *Wakupatha* é um homem de 55 anos que tem duas esposas: a primeira vive em Lichinga e a segunda em Majune. Tem 16 filhos. Durante a guerra civil lutou integrado no exército da Frelimo e quando a guerra terminou usou o subsídio de desmobilização para iniciar um negócio de pequena escala de produtos alimentares básicos que comprava no Malawi. Em 2011 já o *Wakupatha* desenvolvia vários negócios diferentes, incluindo uma pequena loja, uma pensão e uma empresa de construção. Ambas as esposas tomavam parte activa na gestão dos negócios. O *Wakupatha* não cultivava terra, comprava tudo o que a família consumia. Todas as crianças do agregado familiar iam à escola, excepto os mais novos que ainda não tinham atingido a idade escolar; os mais velhos frequentavam a universidade. O *Wakupatha* conhecia pessoalmente vários membros da administração distrital e alguns anos antes tinha sido membro do conselho consultivo ao nível distrital. Deixou essa posição quando a composição do conselho foi renovada. Em 2015 o *Wakupatha* continuava a sair-se muito bem. Parou com o trabalho na área da construção civil, mas alargou o negócio dos transportes (comprando novas viaturas) e construiu mais quartos na pensão. Duas das suas filhas adultas estavam agora empregadas no sector público. O seu agregado familiar cresceu em número, dado que a sua esposa mais nova tinha acabado de lhe dar mais um filho e ele tinha recebido uma das suas sogras para viver em casa dele. Fisicamente o *Wakupatha* parecia mais forte e saudável do que nunca.

Como se vê dos Agregados Familiares Focais apresentados – e se verificou nos dados dos estudos de Base/Final que mostram que a proporção de agregados familiares com mais de 10 membros aumentou – os agregados familiares em melhor situação/ricos tendem a ser maiores em tamanho e composição. De facto, uma estratégia muito comum de expansão social e económica é a poligamia. Todos os agregados familiares em melhor situação usaram a sua posição de bem-estar económico para ter mais esposas, o que expande tanto a sua rede social (através das famílias alargadas) como a sua flexibilidade económica.

Em termos de emprego e rendimento, a maioria destes agregados familiares também partilha outras características. Uma delas é que eles têm uma história passada/pessoal de experiência adquirida fora das suas comunidades locais – no Malawi como refugiados, no serviço militar, etc. A segunda é que procuram sistematicamente diversificar a economia do seu agregado familiar, tanto localmente como fora da comunidade local. Num contexto onde

Ilustração 17: *(Os que estão em melhor situação)*



Foto: Margareta Paulo

a confiança é um bem escasso e as pessoas são relutantes em empregar quem não é membro da família, por terem pouco controlo sobre eles, uma família grande é vista como um pré-requisito do crescimento / expansão económica. O agregado familiar *Oyata* do Lago é talvez o melhor exemplo dessa estratégia e do que ela pode realizar. Os agregados familiares em melhor situação têm de estabelecer um

equilíbrio cuidadoso entre o envolvimento local e a expansão externa. Localmente as opções de rendimento são limitadas e a pressão sócio-cultural para partilhar é considerável. Ao mesmo tempo, as melhores opções de crescimento encontram-se na expansão dos negócios ou no estabelecimento de novos negócios em centros populacionais maiores fora das suas comunidades.

Por último, os agregados familiares em melhor situação têm muito boas relações com as instituições do estado e a sociedade. Podem, depois da escola primária, mandar os seus filhos estudar fora da sua comunidade e podem também levar os membros doentes do agregado familiar para boas unidades sanitárias, nas capitais distrital ou provincial ou no estrangeiro. Com a sua comprovada capacidade, meios próprios e relações sociais, são *de facto* favorecidos na alocação do Fundo de Desenvolvimento Distrital. Muitos estão também activos nas principais instituições sócio-culturais (desde associações de pesca a sociedades funerárias) a fim de demonstrarem a sua pertença à comunidade.

4.3. Relações de Género

O género tem implicações consideráveis na posição de mulheres e homens no espaço doméstico, bem como no público, em Cuamba, no Lago e em Majune. As pessoas fazem tradicionalmente parte de um sistema em que a família matrilinear e a religião desempenham um papel decisivo na regulação das suas vidas. Em termos muito gerais, a matrilinearidade não dá *per se* poder e influência a uma mulher mas *define* a sua própria família como mais importante do que a do seu marido – o que tem implicações nas suas opções de fazer escolhas. O Islão, pelo seu lado, atribui aos homens a responsabilidade de alimentar e cuidar das suas famílias e define também um conjunto de obrigações das mulheres na sua relação com os homens – incluindo a responsabilidade de serem obedientes. Estes valores são incutidos nas crianças durante a sua formação, incluindo a sua participação na escola Islâmica (*madrassa*) e nos ritos de iniciação. A tradição e o Islão são menos predominantes em Cuamba e em Majune, onde o Cristianismo domina, conforme vimos reflectido por exemplo na organização do agregado familiar (Tabela 9).

Com o tempo, o “sistema cultural” ficou sob pressão – desempenhando a pobreza, o bem-estar e a “modernidade” um papel cada vez mais importante nas relações entre homens e mulheres. Nos agregados familiares, a posição dos homens baseia-se numa combinação de religião/tradição e no seu papel económico como provedores. As discussões em Grupo Focal mostraram que os homens, bem como as mulheres, vêem claras distribuições da mão-de-obra e emprego que são também partilhadas pela geração dos mais novos (ver a Ilustração 18).

As mulheres têm a principal responsabilidade das tarefas domésticas do dia-a-dia (cozinhar, limpar, lavar, ir buscar água) e de cuidar das crianças. Os deveres dos homens implicam uma ocupação menos regular mas consistem de tarefas fisicamente mais pesadas (construção da casa, erguer uma cerca). A divisão de responsabilidades baseada no género é menos pronunciada na machamba. Tanto os homens como as mulheres estão frequentemente envolvidos em capinar, serrar e colher; só a limpeza da terra é tradicionalmente vista como tarefa mais apropriada aos homens. As culturas de rendimento são também mais frequentemente feitas por homens.

No entanto parece que este padrão está em processo de mudança. Os jovens nos três distritos revelaram um grande interesse em encontrar áreas alternativas de rendimento não agrícola. As mulheres jovens, em contraste, parecem mais resignadas a executar os trabalhos agrícolas como antes. Este padrão sugere que a agricultura pode tornar-se ainda mais feminizada no futuro. Excepto em relação à agricultura, as mulheres tendem a exercer os seus negócios em casa. Os seus maridos concordam que as suas mulheres podem sair de casa sem a sua explícita autorização, mas só para distâncias curtas.

Os agregados familiares chefiados por mulheres – que são estranhos como “ideologia” tanto para a matrilinearidade como para o Islão – estão numa situação particularmente difícil. Para as mulheres, chefiar um agregado familiar implica vários custos. Um é o estigma de não terem marido, o que tende a definir as mulheres como “perdidas” ou “não casáveis”. O segundo é a implicação de não ter um homem que possa ajudar nas principais tarefas “masculinas”, particularmente na agricultura. E o terceiro é o conjunto de constrangimentos à liberdade de movimento, por terem a inteira responsabilidade de cuidar das crianças. Em conformidade, a maioria das chefes femininas de agregados familiares viu-se forçada a essa posição quando o pai dos seus filhos faleceu ou abandonou a família.

No entanto, durante o período de Constatação da Realidade houve sinais de mudança – reflectidos por exemplo nos estudos de Base/Final onde mais tarefas domésticas e produtivas foram mais consideradas da responsabilidade de homens e mulheres em 2015 do que em 2011. Os nossos estudos de caso mostraram também que há uma divisão mais equitativa de trabalho e responsabilidades nos agregados familiares mais prósperos, onde as mulheres têm frequentemente actividades económicas separadas. Constatámos também que as mulheres deixam-se entrevistar mais livremente sem a presença dos maridos – e parecem estar mais bem informadas sobre a economia do agregado familiar. Por último, há exemplos individuais de mulheres casadas que são consideradas chefes do agregado familiar se são as principais provedoras e/ou o marido está por qualquer razão afastado.

No espaço público, as mulheres ainda são marginalizadas. Geralmente, as esposas têm primeiro de pedir licença aos maridos antes de procurarem quaisquer serviços públicos. Muitas vezes vão juntos contactar esses serviços. Em suma, é culturalmente mais

Ilustração 18: Percepção da Distribuição do Emprego por Género

ACTIVIDADES ECONÓMICAS EM MELULUCA		
	Homens	Mulheres
12 28 14 Gueni Zingonzingono	<ul style="list-style-type: none"> *Vende peixe em Meluluca *Venda de hortícolas no povoado + Venda de feijão no povoado 	<ul style="list-style-type: none"> *Vendem peixe, mandioca, milho, batata doce, tomate no povoado. *Fabrica e venda de balinhos de banana e de trigo *Venda de galinhas
Gueni Yapakati	<ul style="list-style-type: none"> *Vende peixe em Lichinga *Compra combustível em Melungu e revende em Meluluca *Compra milho no planalto e revende em Meluluca 	<ul style="list-style-type: none"> *Compra de capulanas, sabão, sal em Melungu/Lichinga e revende em Meluluca *Vendem peixe no planalto *Compram pratos em Melungu, trocam com galinhas em Meluluca e vendem em Melungu e vendem as galinhas e compram produtos q necessitam
Gueni Zazikulozikulo	<ul style="list-style-type: none"> *moageiras *bancas *Vende peixe em Malawi, Cuamba e Gurue *transporte Meluluc/Melungu *peixe com bancos motorizados 	<ul style="list-style-type: none"> *Compra de roupas usadas em Malawi, Tanzania, Namipulo e revende em Meluluca *Alugua de quantos e restaurantes *Pesca com barco não motorizado *Vende de peixe fresco em Malawi e Tanzania

apropriado que os homens lidem com as autoridades e os detentores de poder. Do lado das autoridades, não há nada que as impeça de atender uma cidadã e de responder às suas necessidades, mas a cultura e os papéis de género consuetudinários põem limites à capacidade da mulher de procurar a assistência de uma autoridade. As mulheres ficam assim praticamente confinadas à parte doméstica e informal da sociedade. Também aqui há pequenos sinais de mudança. Particularmente na urbana Cuamba, mas também nos rurais Lago e Majune, as mulheres estão mais presentes/visíveis do que antes como actores/comerciantes nas comunidades e casos individuais mostram que as mulheres *podem* ter posições e influência. Estas tendem a ser mulheres com uma certa independência económica, por vezes – ironicamente – por serem mulheres que fazem parte de agregados familiares polígamos em melhor situação. Os dois casos que se seguem demonstram a variação da situação das mulheres nas comunidades:

***Caso:** Em 2011, um agregado familiar destituído, Usewedwa, consistia numa viúva idosa como chefe do agregado familiar, na sua filha com três filhos e na sua neta com aproximadamente 15 anos, que tinha um filho de 3 meses e um marido que estava “em viagem”. As três mulheres viviam separadamente em pequenas habitações, mas afirmavam pertencer ao mesmo agregado familiar porque “comiam da mesma panela”. Tinham uma machamba que não produzia nada (“não temos maridos que nos possam ajudar”) e mal ganhavam o seu sustento com o ganho-ganho – trabalhando nos campos ou ajudando os vizinhos em pequenas tarefas contra pagamento em dinheiro ou em espécie. Embora o agregado familiar seja muito pobre, não recebeu ainda ajuda da comunidade que parece vê-las como um grupo de mulheres “banidas”. Cinco anos depois o agregado familiar aumentou com mais um bebé, implicando seis pessoas para alimentar. A sua única dieta é farinha de mandioca e folhas verdes – às vezes com peixe que conseguem obter como esmola na praia. A sua principal preocupação é não terem dinheiro para construir uma cerca à volta do seu quintal – o que significa que as pessoas passam constantemente por ali no caminho para a praia e vêem o estado em que elas estão.*

***Caso:** O Wakupatha, chefe de um agregado familiar em melhor situação, tem uma esposa em Lichinga e outra em Malanga (Majune). De acordo com os princípios da poligamia, Wakupatha procura tratar as duas esposas de forma igual. Cada mulher tem uma casa bem construída onde vive com os seus muitos filhos. Ao todo, o Wakupatha é pai de 16 filhos. Como homem de negócios, entregou a cada esposa a gestão de um tipo de actividade comercial. Em Lichinga, uma esposa gere o negócio de transportes do Wakupatha; em Malanga, a outra esposa toma conta da sua loja/bar e da pensão. “Eu sou o comandante e as minhas esposas são as chefes do pessoal” diz o Wakupatha alegoricamente. Na prática, isto quer dizer que as esposas podem tomar conta livremente dos assuntos rotineiros do negócio mas todas as despesas não habituais ou questões ligadas a investimento são decididas pelo marido. Ele torna-as também responsáveis pelos resultados financeiros. No final de cada mês, as esposas apresentam-lhe as contas. O previdente Wakupatha criou deliberadamente condições para que ambas as esposas se sustentem a si próprias e aos seus descendentes, de maneira que se ele morrer as suas duas famílias não sejam atingidas pela pobreza.*

4.4. Mobilidade Social

Para os mais pobres e mais destituídos, torna-se quase impossível melhorar as suas condições. A combinação de agregados familiares pequenos/formados por uma só pessoa, pobreza material e marginalização social, é muito difícil de quebrar. Os principais factores que alimentam a extrema pobreza são viver sozinho, liderança feminina do agregado familiar, idade avançada e/ou incapacidade física. Qualquer destes factores reduz a capacidade do agregado familiar de produzir comida e, sentindo a fome, as pessoas nessas situações não têm tempo ou energia para criar fontes alternativas de rendimento. Uma combinação de dois ou mais factores numa família multiplica a sua vulnerabilidade.

Em comunidades como Cuamba, Lago e Majune, onde o sector público apenas oferece ajuda limitada, a família alargada constitui geralmente uma fonte importante de assistência. Todavia, as pessoas que são muito pobres esgotaram muitas vezes os mecanismos de apoio que tradicionalmente podem esperar da família alargada. As suas necessidades ultrapassam excessivamente os recursos disponíveis. Têm portanto de se virar para os vizinhos e outros membros da comunidade, os quais, conforme vimos, nem sempre estão em posição – ou têm vontade – de ajudar.

Ao mesmo tempo, algumas pessoas conseguem encontrar uma forma de sair da pobreza. Todos os chefes dos Agregados Familiares mais prósperos nasceram em famílias pobres, mas pouco a pouco, acumularam riqueza e gradualmente subiram na hierarquia sócio-económica. Uma característica que é comum a todas as nossas famílias mais prósperas é o comparativamente alto nível de educação formal (5^a-6^a classes) alcançado pelos chefes dos agregados familiares. Além disso, todos viajaram consideravelmente e experimentaram outros países vizinhos e/ou outras zonas de Moçambique.

Tanto a educação formal como as experiências de viagem tendem a alargar as suas redes sociais e ajudam a construir um certo nível de autoconfiança e coragem para se libertarem das práticas económicas localmente dominantes e tentarem estratégias alternativas para gerar rendimento. Quanto mais diversificam as suas fontes de rendimento, mais longe ficam da pobreza. Todos os chefes de agregados familiares mais prósperos começaram, ainda jovens adultos, a fazer negócio por contrapartida à agricultura. Desse modo, tiveram muitos anos para criar prosperidade. E todos eles desenvolveram os seus negócios através da prestação de serviços em áreas onde havia uma considerável procura local.

O principal grupo de pobres parece ser constituído por uma mistura de pessoas que são “cronicamente” e “transitoriamente” pobres. A primeira categoria de agregados familiares trabalha arduamente para subsistir, mas com baixa produtividade/rendimento tendem a conseguir apenas o suficiente para cobrir as despesas necessárias de cada dia, restando pouco ou nada para investir no crescimento futuro. A parte dos pobres que consegue manter um certo nível de vida ou melhorar as suas condições dentro dos actuais constrangimentos estruturais (políticos, económicos e sócio-culturais) depende de uma combinação de educação e experiência com outras formas de vida e factores mais pessoais ou coincidência. Um destes é as relações construtivas com os membros da família alargada que os ajudam. Outro, períodos mais longos sem infortúnios na produção agrícola/produção pesqueira ou a ausência de despesas inesperadas (como as da saúde).

Na ilustração 20 abaixo, pessoas pobres em Cuamba tiraram fotografias ilustrando o que para elas são as diferenças entre pobreza e bem-estar. Os dois casos ilustram quão pouco é necessário para os pobres melhorarem a sua situação e terem uma vida melhor – mas também quão vulneráveis são até mesmo os que estão em melhor situação, em contextos e comunidades como Cuamba, Lago e Majune.

Ilustração 19: ‘Pobreza’ e ‘Bem-Estar’ tal como são vistos pelos pobres em Cuamba



Seleção das fotos: Famílias Focais

Caso: O agregado familiar Ohawa vanchipali, de Cuamba, é chefiado por uma curandeira idosa, que vive com a sua filha. A filha é uma agricultora pobre. A chefe do agregado familiar ensinou a sua filha para se tornar também uma curandeira, ajudando-a a colher ervas e assistindo à sua preparação. Dada a sua franqueza, a velha senhora foi abordada em 2013 pelo partido da oposição MDM, mas como antiga apoiante da Frelimo ela não mudou de partido. Em 2013 a mulher continuava a estar confiante, apesar da sua pobreza e do facto de o namorado da sua filha a ter deixado e voltado para a sua esposa anterior. Em 2015 a Ohawa vanchipali viu a sua vida melhorar e construiu uma nova casa onde vive e trabalha como curandeira. Conseguia também trabalhar na sua machamba, embora a produção fosse pequena. A experiência mais negativa foi quando a casa foi assaltada, o que ela atribui ao crescente número de pessoas de outras áreas que vêm para Cuamba e ao facto de já não haver grupos de vigilância para manter as pessoas em segurança.

Caso: O agregado familiar Wakupatha panandi, de Majune, é chefiado por um homem viúvo à volta dos 40 anos. Tem seis filhos do seu primeiro casamento. Tem agora dois filhos (um filho e uma filha) da nova esposa com quem vive em Malila. Durante muitos anos o Wakupatha panandi sustentava-se com o seu mini-autocarro, no qual transportava passageiros entre Majune e Lichinga. Entre 2012 e 2013 a família construiu também uma barraca no seu quintal com o objectivo de obter rendimento adicional, e em 2013 o chefe do agregado familiar criou uma empresa de construção no distrito. O negócio da barraca foi deixado nas mãos de um conhecido, que a geriu mal e não conseguiu produzir qualquer excedente. Simultaneamente a empresa de construção foi à

falência devido à inexperiência do Wakupatha panandi I nessa área. Finalmente o mini-autocarro do Wakupatha panandi I avariou e ele usou todas as suas poupanças para comprar um novo mini-autocarro, que importou do Japão através de uma agência na Internet. Todavia, as taxas de importação revelaram-se demasiado elevadas para que o Wakupatha panandi I as pudesse pagar e, depois de um longo período de espera, as alfândegas venderam o veículo. Tudo o que o Wakupatha panandi I recebeu foram 15.000 Meticais (aproximadamente USD 350). Em consequência, as condições de vida do Wakupatha panandi I pioraram drasticamente. Em 2014 a família decidiu mudar-se para Lichinga, em parte porque tinham esperança de aí encontrar novas oportunidades de negócio e em parte por causa da vergonha resultante da sua decadência social. Em Lichinga o Wakupatha panandi I vive numa pequena habitação construída num pedaço de terra que pertence à família da sua primeira mulher. Tentou em vão obter um empréstimo através de uma instituição de micro-crédito. Em 2015 o Wakupatha panandi I fazia uns ganhos ocasionais ajudando um amigo a vender roupa em segunda mão no mercado em Lichinga, ou acompanhando um outro amigo a comprar trigo nos distritos para o vender em Nampula. Em dois anos, o Wakupatha panandi I tornou-se um homem pobre.

5. EM RESUMO ⁹

Introdução

Os estudos de ‘Constatação da Realidade em Moçambique’ têm dado, durante o período 2011-2015, uma imagem composta das condições da pobreza e bem-estar em mudança em Cuamba, no Lago e em Majune. Retratando as dinâmicas da pobreza através de metodologias qualitativas e das suas expressões quantitativas, as constatações globais são que i) o estado/sector público está omnipresente nos distritos e comunidades em estudo, mas só parcialmente cumpre as suas responsabilidades; ii) as populações locais experimentaram na generalidade desenvolvimentos sócio-económicos positivos, tendo alguns sido capazes de melhorar consideravelmente a sua situação; e iii) as secções mais pobres das populações – incluindo muitas mulheres – são deixadas para trás e marginalizadas destes desenvolvimentos e efectivamente capturadas pela extrema pobreza.

A abordagem/análise foi orientada por um quadro analítico onde a pobreza e o bem-estar são vistos como o resultado de forças históricas e estruturais complexas, bem como da agência humana na forma de construções culturais complexas e relações sociais. A relativa importância da estrutura e agência tem implicações importantes para as políticas e intervenções de desenvolvimento: a estrutura pede que se coloque a ênfase principal na mitigação/remoção dos constrangimentos económicos e políticos estruturais, enquanto a agência pede que a ênfase principal seja no empoderamento individual e nos incentivos. A nossa análise revelou a proeminência dos constrangimentos estruturais/opressão – tornando muito difícil, senão impossível, que os pobres saiam da pobreza por sua própria iniciativa.

Governança

O Estado tem uma forte presença na vida das pessoas em comunidades locais como Cuamba, Lago e Majune, através das suas próprias instituições e da cooperação/cooptação das instituições baseadas na comunidade, incluindo as autoridades tradicionais. A Frelimo, enquanto partido político no poder, continua a sua influência sobre o Estado através do requisito *de facto* de o pessoal da função pública ser membro do partido. Ao mesmo tempo há sinais de aumento do espaço da oposição em processos eleitorais (nacional/municipal).

As instituições públicas aos níveis de Distrito/Município e Posto Administrativo que prestam serviços básicos como educação, saúde, água, electricidade e comunicações tornaram-se mais presentes nas comunidades – mas geralmente não conseguiram melhorar a qualidade dos serviços. Há também ainda problemas com a acessibilidade, particularmente ao nível de Distrito e para os pobres/mulheres. De um modo geral, os serviços melhoraram mais na urbana Cuamba do que nos rurais Lago e Majune.

⁹ O actual Relatório Final pretende ser um resumo dos cinco Relatórios Anuais (2011-2015) e 15 Sub-Relatórios (2011-2015) anteriores (Embaixada da Suécia 2010/TdR), e a secção que o encerra é por isso curta. Para resumos e conclusões das Constatações da Realidade como abordagem ao estudo da pobreza e mudança social, aconselhamos o Relatório de Reflexão no Anexo 2.

As autoridades tradicionais (*régulos, rainhas*) viram uma deterioração na sua posição e influência, excepto em relação aos seus papéis costumeiros na mediação de conflitos, cerimónias, etc., particularmente quando comparadas com os secretários de bairro e outros representantes locais na interface entre o estado e a comunidade. O seu papel é mais forte no rural/tradicional Lago e mais fraco na urbana Cuamba. As instituições religiosas (mesquitas/chehes e igrejas/padres) mantêm a sua presença e importância na vida diária das pessoas.

Os Conselhos Consultivos foram criados para serem uma arena para a comunicação entre as comunidades locais e o Estado. Embora funcionem como tal, por exemplo no Lago, o seu poder real de tomada de decisões é limitado, incluindo sobre questões como as alocações do Fundo de Desenvolvimento Distrital. Também as ONGs/OBCs variam quanto à sua presença e influência, sendo mais importantes na urbana Cuamba e menos importantes no Lago. As associações têm uma longa história nas três comunidades, mas parecem ter perdido muita da sua relevância como unidades de produção, excepto em actividades comerciais como a produção de tabaco e a pesca.

O acesso aos serviços públicos depende efectivamente de uma combinação da posição sócio-económica e da competência sócio-cultural. A educação e a saúde são em princípio gratuitas, mas para os muito pobres até os custos mais pequenos (legais, bem como ilícitos) podem ser demasiado, as crianças são frequentemente necessárias para trabalhar e muitos perderam a fé na educação como forma de sair da pobreza. Outros serviços, como a água potável e a electricidade/energia solar, são dispendiosos – e ainda não estão disponíveis em muitas comunidades pequenas. O acesso ao vital Fundo de Desenvolvimento Distrital é talvez o melhor exemplo de um serviço público que efectivamente requer redes sociais, recursos económicos e nível de educação/competências para ser acessível.

Adaptações económicas

Economicamente, a agricultura/pesca e o negócio/comércio de pequena escala continuam a ser a espinha dorsal das três comunidades. Cuamba tem as melhores opções de emprego formal e comércio; no Lago a pesca artesanal tem sido particularmente importante para os desenvolvimentos sócio-económicos positivos; e a agricultura de subsistência continua a dominar a economia de Majune. A adaptação económica local mais subutilizada é a da agricultura e horticultura baseada em inundação, que tem um considerável potencial, particularmente no Lago e em Majune.

Embora a maioria dos agregados familiares continue a ser produtora de subsistência, com mais de 50% dos agregados familiares a não venderem nenhum dos seus produtos agrícolas, tem havido um aumento da agricultura/pesca comercial, bem como na proporção de agregados familiares que se dedicam a “outras actividades económicas” como o negócio/comércio, serviços e produção artesanal. Estes sectores são geralmente a base das crescentes desigualdades sócio-económicas entre os mais pobres, que não têm recursos nem redes para se lhes dedicarem, e os que estão em melhor situação e que os possuem.

A base/espço para o empreendedorismo ou pessoas que “gerem, organizam e assumem o risco de um negócio ou empresa através de investimentos em capital físico” é mais limitada, em grande parte devido ao contexto político/administrativo e económico não favorável. No entanto, para aqueles que são capazes de ultrapassar esses entraves e estabelecer um

equilíbrio entre agir como “homem económico” e manter relações sociais com as suas famílias alargadas/comunidades, há opções de rendimentos consideráveis e de mobilidade social ascendente.

O factor talvez mais importante que contribuiu para os desenvolvimentos económicos no período 2011-2015 é a rede de estradas. No Lago a melhoria das estradas foi fundamental para o crescimento económico que se tem verificado, em Majune novas estradas e pontes abriram a comunidade a mercados e relações externas, enquanto a longa demora para finalizar a estrada para Lichinga representa uma oportunidade perdida de maior desenvolvimento económico em Cuamba. O factor com impacto mais negativo nos desenvolvimentos económicos é a continuação de investimentos públicos/privados limitados em melhoramentos do sector agrícola, do qual depende a maioria dos agregados familiares.

Mobilidade social

Dentro do contexto estrutural político e económico, as pessoas em Cuamba, no Lago e em Majune têm geralmente visto desenvolvimentos positivos nas suas comunidades, medidas através do rendimento e bens – incluindo a habitação. Muitas pessoas conseguem controlar a sua pobreza, embora ainda com opções limitadas de mobilidade social ascendente. As pessoas atribuem este facto a uma combinação de comunicação melhorada com as capitais distritais/outras comunidades; melhores opções de rendimento em sectores comerciais como a produção de tabaco e algodão, a pesca e o comércio; e melhor acesso a bens e serviços nas comunidades. A agricultura (devido à baixa produtividade) e a educação (devido à falta de oportunidades de emprego formal) *não* são geralmente vistas como estratégias viáveis de mobilidade social.

Uma excepção a esta imagem geral são os muito pobres, que não têm sido capazes de beneficiar dos desenvolvimentos na economia política local e continuam pobres e marginalizados. Para os mais pobres, a sua muita pobreza compele-os a trabalhar “ad hoc” numa base diária – muitas vezes como trabalhadores ocasionais – sem serem capazes de investir em relações sociais, terra ou outras condições básicas para mobilidade social. Sendo a extrema pobreza muitas vezes endémica nas famílias, recebem pouca ou nenhuma ajuda dos membros da família. O acesso à segurança social pública continua a ser difícil e raro. E em tempos de particular adversidade (como secas ou chuvas excessivas), os vizinhos e amigos estarão geralmente nas mesmas posições difíceis e incapazes de ajudar.

Uma segunda excepção são as pessoas que já estavam em relativamente melhor situação e em posição de explorar as oportunidades que os desenvolvimentos políticos e económicos lhes abriram. Isto baseia-se normalmente numa estratégia de diversificação económica – combinando produção primária na comunidade (pesca, agricultura comercial) com investimentos, principalmente no comércio e serviços – e requer um conjunto de relações sociais (com actores políticos e comerciais) que os pobres geralmente não têm. Embora com opções para uma acumulação de capital considerável, os mais ricos, no entanto, são também vulneráveis a mudanças no contexto político e económico.

Terceira e última excepção, os agregados familiares chefiados por mulheres/mulheres solteiras são geralmente mais pobres e mais vulneráveis do que os agregados familiares chefiados por homens. Tendem a possuir menos terra, têm acesso a menos trabalho (masculino) e, à parte a agricultura e o comércio, a ser efectivamente excluídas das opções

de obtenção de rendimento. Há exemplos de agregados familiares chefiados por mulheres/mulheres individuais que melhoraram a sua situação/se tornaram economicamente independentes, mas frequentemente com a ajuda activa de homens (como nos agregados familiares polígamos) e em áreas urbanas onde as restrições sócio-culturais são menos pronunciadas.

Recomendações¹⁰

De acordo com os TdR o objectivo das Constatações da Realidade em Moçambique foi contribuir para a discussão sobre redução da pobreza entre os principais actores do desenvolvimento, incluindo a Suécia – em vez de fazer recomendações sobre programas e projectos específicos. Podem contudo tirar-se algumas lições mais gerais para as intervenções de desenvolvimento para redução da pobreza em Moçambique/Niassa.

Constatações da Realidade. Acreditamos que a abordagem da Constatação da Realidade – onde o desenvolvimento é visto “a partir de baixo” e através dos olhos de pessoas pobres e outras partes interessadas locais – tornou possível compreender as subtilezas das dinâmicas da pobreza e bem-estar de uma forma que não teria sido possível através de metodologias mais clássicas limitadas no tempo/quantitativas. A abordagem deve ser considerada útil também para intervenções mais pequenas/ baseadas em projectos restritos.

Níveis de Intervenção. Uma política de desenvolvimento/ajuda que leve a sério a redução da pobreza deve centrar-se nos sectores que afectam mais imediatamente a vida das pessoas pobres. Através das Constatações da Realidade, dificilmente se encontra qualquer evidência de que as intervenções a nível mais elevado no desenvolvimento económico/governança cheguem até ao nível das aldeias e dos mais pobres. Em contextos como o do Niassa, isto significa essencialmente melhorar as condições da agricultura, comércio de pequena escala/empreendedorismo e pesca artesanal.

Governança. As Constatações da Realidade realçaram a importância das instituições públicas na vida das pessoas, mesmo que a sua crescente presença não seja geralmente vista como combinada com a melhor qualidade dos seus serviços. Para as pessoas pobres das comunidades locais, o estado é os seus representantes locais nas administrações públicas, nas escolas, nos hospitais e na prestação de serviços. É vital que o governo/doadores contribuam para uma situação em que seja atractivo para os funcionários bem qualificados do sector público trabalhar a este nível.

Produção primária. O apoio à produção primária – da qual depende a grande maioria dos pobres rurais – deve ter uma base ampla. Há desafios no processo de produção (acesso a terra e a mão-de-obra, nível de tecnologia, variação das culturas), bem como no processamento e na comercialização/venda da produção. Na agricultura, a preocupação mais imediata é ter mais extensionistas bem qualificados e disponibilizar tecnologias melhoradas de irrigação/horticultura. Na pesca artesanal, devem ser disponibilizados localmente barcos e devem ser introduzidos métodos alternativos de processamento e comercialização do peixe.

¹⁰ Para mais informação, ver os Relatórios Anuais individuais de Constatação da Realidade (Orgut 2012d, 2013d e 2014d).

Empreendedorismo. Com a escassez de emprego formal, o comércio de pequena escala/empreendedorismo continua a ser a fonte alternativa mais relevante de emprego e rendimento, principalmente para os jovens. Um dos principais desafios é a aglomeração à volta de um número limitado de actividades/tecnologias onde a competição é feroz e o espaço para inovação é limitado. Deve ser recolhida informação sobre alternativas disponíveis na vizinhança e estudado o estabelecimento de “Bancos de Ideias”, onde as pessoas com ideias e iniciativas podem vir para obter apoio e identificar possíveis colaboradores.

Ajuda Inteligente. Os recentes desenvolvimentos em Moçambique realçaram o desafio da má governação e corrupção e conduziram a uma crise com os doadores e à suspensão dos pagamentos. Há fortes argumentos para a contínua presença de doadores num dos países mais pobres de África, mas a ajuda deve ser inteligente: os pobres devem ser visados mais directamente, devem encetar-se alianças com um espectro mais amplo de partes interessadas aos níveis provincial e local, onde as alocações da ajuda podem ser acompanhadas mais directamente. Uma forma de o fazer é focar a ajuda numa província ou num número limitado de províncias onde o conhecimento e a confiança podem ser construídos, em vez de a canalizar através dos ministérios centrais.

LISTA DE LITERATURA

Documentos do Governo

- GdM (2003): Lei nº. 8/2003 de 19 de Maio. Estabelece o Quadro Legal dos Órgãos do Estado. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- GdM (2006). Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril. Estabelece O Estatuto Orgânico Do Governo Distrital. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique
- GdM (2011). Poverty Reduction Action Plan (PARP) 2011-2014. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- INE (2009a). Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2008. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009b). Recenseamento Geral da População e Habitação 2007. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009c). Trabalhos de Inquéritos Agrícolas (TIA). Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2010). Inquérito sobre Orçamento Familiar 2008/09. Quadros Básicos. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013). Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde. Maputo: Instituto National de Estatística.
- INE (2011). Agenda Estatística 2011. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2015). Inquérito aos Orçamentos Familiares 2014/15. Principais Resultados. Maputo: Instituto National de Estatística.
- MISAU (2012). Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Relatório Preliminar. Maputo: Ministério da Saúde.
- MPD (2010a). Report on the Millennium Development Goals. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- MPD (2010b). Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento (Direcção Nacional de Estudos e Análise Política).
- RdM (2010a). Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento e outros.
- RdM (2010b). Resolução n.º 02/AM/2009 sobre o PESOM, Investimentos e Orçamentos do Conselho Municipal referente ao ano económico de 2009. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento e outros.
- RdM (2013). Final Assessment of the Government of Mozambique of the Performance of Programme Aid Partners (PAPs) in 2012. Maputo: República de Moçambique.

RdM (2015). Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Maputo: República de Moçambique.

Ajuda Sueca

MFA, Suécia (2008). Strategy for Development Cooperation with Mozambique 2008-2012. Estocolmo: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MFA, Suécia (2015). Strategi för Sveriges utvecklingssamarbete med Moçambique 2015-2020. Estocolmo: Utrikesdepartementet.

SADEV (2009). Mainstreaming the Environment. Does Sida Conceptualize Poverty-Environment Linkages in Accordance with the Global Norm? Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (n.d.). Sida's Support to Niassa Province. Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2002). Perspectives on Poverty. Estocolmo: Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2004). Looking Back, Moving Forward. Sida Evaluation Manual. Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2006). Current Thinking – The Two Perspectives of the PGD. Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2009). Women's Economic Empowerment: Scope for Sida's Engagement. Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2009). Mid-Term Review of Sweden's Development Cooperation with Mozambique. Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2010). Ett utvecklingssamarbete i förändring. Sidas resultat och prioriteringar. Estocolmo: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional.

Sida (2009) Civil Society Support Programme-Annual Report-2009. Centro de Cooperação Sueco, Niassa.

Sida (2010) Civil Society Support Programme–Midterm Report-2010. Centro de Cooperação Sueco, Niassa.

Embaixada da Suécia (2010). Terms of Reference. Implementation of Reality Checks in the Niassa Province, Mozambique. Maputo: Embaixada da Suécia.

Niassa

Åkesson, Gunilla e V. Nhate (2005). Rapid Poverty Assessment, Niassa, Mozambique. Is the Swedish Support to the Niassa Province on Track? Maputo: Embaixada da Suécia.

Åkesson, Gunilla e A. Nilsson (2006). National Governance and Local Chieftancy. A multi-level power assessment of Mozambique from a Niassa perspective. Maputo: Embaixada da Suécia e Sida.

- Åkesson, Gunilla, A. Calengo e C. Tanner (2008). Study on Community Land Rights in Niassa Province, Mozambique. Report 6/2009. Uppsala: SLU.
- AustralCowi (2009). Socio-Economic Baseline Studies on Rural Electrification Projects in Niassa, Cabo Delgado, Nampula and Zambezia Provinces, Mozambique. Maputo: EDM, República de Moçambique e Sida.
- CAFOD (2011). Plano Orçamental dos Parceiros Apoiados pela CAFOD – 2011, Niassa, 2011.
- Chipeta, Sanne, J.F. Olsen, G.F. Junior, M. Rucki (2010). SCC-Vi Agroforestry Collaboration and Possible Expansion around Lake Nyasa-Niassa-Malawi. Feasibility Study. Final Report. Copenhaga: Serviços Dinamarqueses de Aconselhamento Agrícola.
- CIP (2011). Rastreado a despesa de 2010-Distrito de Cuamba, Niassa. Edição 01/2011. Estamos.
- CMdCdCuamba (2010). Balanço das Actividades Desenvolvidas Durante o Ano de 2009 pelo Conselho Municipal da Cidade de Cuamba. Cuamba: Conselho Municipal da Cidade de Cuamba.
- CMdCdCuamba (N.D). Dados Principais do Município de Cuamba. Gabinete de Estudos, Cooperação, Assessoria e Planificação. Cuamba: Conselho Municipal da Cidade de Cuamba.
- Concern (2011). Relatório Anual de Actividades 2010. Lichinga: Concern Universal Moçambique.
- Fredrikson, Malin e A. Grimaldi (2010). The Sustainable Development for Chikweti in the Forest Industry in Mozambique. How can improved management structure facilitate Chikweti's business performance? MA-Thesis. Mälardalen: Universidade de Mälardalen.
- Gatu, Karin e S. Rodman (2007). A Green Revolution in Southern Niassa? A field study from a small [scale] farmer perspective about possibilities and obstacles for a Green Revolution. Wäxjö: Universidade de Wäxjö.
- GdN (2005). Estudo sobre o Desenvolvimento Sócio-Económico da Província do Niassa (1997-2005). Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2007). Plano Estratégico Provincial 2007-2017. Niassa. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2008). Documento Orientador do Gabinete de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento (GED). Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2011a). Plano Económico e Social de 2011. Niassa. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2011b). Plano Económico e Social de 2010. Relatório Balanço Anual 2010. Niassa. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2011c). Relatório sobre a Situação Global das ONG's Estrangeiras na Província do Niassa e a sua Contribuição para o Desenvolvimento do País Referente ao Ano 2010. Lichinga: Governo do Niassa.

- GdN (2015a). Avaliação do Meio-Termo do Plano Estratégico Provincial Niassa 2017. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2015b). Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2015. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2015c). Relatório Balanço Anual do Plano Económico e Social 2014. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN/Lago (2015). Informe por Ocasão da Visita de S. Exia. Arlindo da Costa Chilundo, Governador da Província ao Distrito do Lago. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/Lago (2015). Plano Económico e Social 2015. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/Lago (2015). Relatório Balanço Anual 2014. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/DdMajune (2010). Relatório-balanço do ano de 2010. Majune: Governo do Niassa (Distrito de Majune).
- GdN/DdMajune(2011). Plano Económico e Social para 2011. Majune: Governo do Niassa (Distrito de Majune).
- GdN/DdMajune (2011). Relatório Balanço referente ao Primeiro Trimestre de 2011. Majune: Governo do Niassa (Distrito de Majune).
- Irish Aid (2010). Relatório do Progresso Anual do PES 2009. Programa do Desenvolvimento Local do Niassa. Lichinga: Irish Aid.
- MAE (2005). Perfil do distrito de Cuamba 2005. Maputo. Metier Consultoria & Desenvolvimento, Lda.
- MAE (2005). Perfil do distrito do Lago 2005. Maputo. Metier Consultoria & Desenvolvimento, Lda.
- MAE (2005). Perfil do distrito de Majune 2005. Maputo. Metier Consultoria & Desenvolvimento, Lda.
- Medeiros, Eduardo da Conceição (1997). História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1920). Maputo: Cooperação Suiça.
- P.A. Meluluca (2011). Breve Informe do Posto Administrativo de Meluluca. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- P.A. Meluluca (2011). Relatório das Actividades Desenvolvidas Durante o Primeiro Semestre de 2011. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- ROADS (2010). Plano Estratégico – 2010, Niassa, 2010.
- Tew, Mary (1950). Peoples of the Nyasa Region. Londres: International African Institute.
- Weigher, I.M.C. Padre Luis (1995). Um olhar sobre o Niassa. Traços históricos-etnológicos. Maputo: Paulinas.

Publicações das Constatações da Realidade em Moçambique

- ORGUT (2011a). Reality Checks in Mozambique. Inception Report. Maputo: Embaixada da Suécia.

- ORGUT (2011b). 1st Reality Check Mozambique. Sub-report District of Lago. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011c). 1st Reality Check Mozambique. Sub-report District of Majune. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011d). 1st Reality Check Mozambique. Sub-report Municipality of Cuamba. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011e). 1st Reality Check Mozambique. Annual Report - Baseline. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011f). Reality Checks Mozambique. Approach and Methodologies. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012a). 2nd Reality Check Mozambique. Sub-report District of Lago. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012b). 2nd Reality Check Mozambique. Sub-report District of Majune. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012c). 2nd Reality Check Mozambique. Sub-report Municipality of Cuamba. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012d). 2nd Reality Check Mozambique. Annual Report - Governance. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013a). 3rd Reality Check Mozambique. Sub-report District of Lago. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013b). 3rd Reality Check Mozambique. Sub-report District of Majune. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013c). 3rd Reality Check Mozambique. Sub-report Municipality of Cuamba. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013d). 3rd Reality Check Mozambique. Annual Report – Agriculture and Rural Employment. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014a). 4th Reality Check Mozambique. Sub-report District of Lago. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014b). 4th Reality Check Mozambique. Sub-report District of Majune. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014c). 4th Reality Check Mozambique. Sub-report Municipality of Cuamba. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014d). 4th Reality Check Mozambique. Annual Report - Entrepreneurship. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2015a). 5th Reality Check Mozambique. Sub-report District of Lago. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2015b). 5th Reality Check Mozambique. Sub-report District of Majune. Maputo: Embaixada da Suécia.

ORGUT (2015c). 5th Reality Check Mozambique. Sub-report Municipality of Cuamba. Maputo: Embaixada da Suécia.

ORGUT (2015d) 5th Reality Check Mozambique. Annual Report - Endline. Maputo: Embaixada da Suécia.

Outros Documentos

Addison, Tony, David Hulme e Ravi Kanbur (eds.) (2009). *Poverty Dynamics. Interdisciplinary Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

Cunguara, Benedito e Joseph Hanlon (2010). *Poverty is Not being Reduced in Mozambique*. Crisis States Working Papers No. 2. Londres: London School of Economics.

Huhn, Arianna (2013). *Sustenance and Sociability: Foodways in a Mozambican Town*. PhD Dissertation. Boston University, Graduate School of Arts and Sciences. Boston: Universidade de Boston.

Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. Indiana: Indiana University Press.

PAP (2013). *Final PAPs Assessment of the Government of Mozambique Performance in 2012*. Maputo: Programme Aid Partners.

UNAC (2011). *Os Senhores da Terra. Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de Terras em Moçambique*. Maputo: União Nacional de Camponeses.

UNICEF (2011). *Child Poverty and Disparities in Mozambique 2010*. Maputo: UNICEF.

UNICEF (2014). *Situation Analysis of Children in Mozambique 2014*. Maputo: UNICEF.

UNDP (2009). *2008 Mozambique Report on the Millennium Development Goals*. Maputo: PNUD.

Van den Boom (2011). *Poverty Analysis in Mozambique. Desk Review for the G19*. Amesterdão e Maputo: Centre for World Food Studies e Embaixada Real dos Países Baixos.

World Bank (2007). *Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment*. Washington D.C: Banco Mundial.

Metodologias

Addison, Tony, D. Hulme, R. Kanbur (2009). *Poverty Dynamics. Interdisciplinary Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

Chambers, Robert (2008). *Revolutions in Development Inquiry*. Londres: Earthscan.

Hesse-Biber, Sharleen e R. Burke Johnson (2015). *The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry*. Oxford: Oxford University Press.

Jackson, Cecile (2002). "Disciplining Gender." In: *World Development* Vol. 30(3) pp.497-509.

Mikkelsen, Britha (2005). *Methods for Development Work and Research. a New Guide for Practitioners*. Londres: Sage Publications.

Yin, R.K. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (Third Edition). Londres: Sage Publications.

ANEXO 1: RELATÓRIO DE REFLEXÃO

1. INTRODUÇÃO

Os objectivos dos estudos de “Constatação da Realidade em Moçambique” implementados entre 2011 e 2015 são (Embaixada da Suécia 2010/TdR): i) disponibilizar informação para a discussão pública entre os principais actores do desenvolvimento sobre redução da pobreza, especialmente na província do Niassa; ii) contribuir para uma melhor compreensão dos métodos qualitativos de monitoria da pobreza em Moçambique; e iii) proporcionar à Suécia dados qualitativos relevantes sobre os desenvolvimentos e resultados do seu envolvimento em Moçambique e apoiar a ulterior implementação do seu programa no Niassa.

Ainda de acordo com os Termos de Referência das Constatações da Realidade em Moçambique, o objectivo deste Relatório de Reflexão é fazer uma «avaliação da metodologia e processo, lições aprendidas e recomendações para o futuro» (Ibid). O plano original do processo e metodologia foi delineado no Relatório Inicial do projecto (ORGUT 2011a) e no documento posterior «Constatações da Realidade em Moçambique. Abordagem e Metodologias» (ORGUT 2011f).

Estes dois documentos serão os nossos pontos de referência no resumo que se segue. Daremos primeiro uma avaliação do processo de planeamento e implementação desde o início do projecto em 2011 até ao seu final em 2015 (Secção 2). Seguir-se-á uma visão geral e avaliação das metodologias qualitativas e quantitativas usadas (Secção 3). A estratégia de disseminação do projecto será resumida e avaliada na Secção 4. A Secção 5 conclui e indica um possível caminho a seguir por outras Constatações da Realidade.

2. DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO

2.1. Concurso/TdR.

A base de Constatação da Realidade em Moçambique foi a noção de que, embora os dados quantitativos forneçam informação valiosa sobre o mapeamento e perfil da pobreza no espaço e no tempo, os dados qualitativos são necessários para melhor compreender as dinâmicas da pobreza e as estratégias de sobrevivência dos pobres.

Neste contexto, a Embaixada da Suécia em Moçambique “decidiu que há necessidade de avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento de redução da pobreza .”“a partir de baixo.”, e de consultar regularmente as populações locais a fim de compreender os processos e relações locais (Embaixada da Suécia 2010/TdR).

O convite para apresentação de propostas para o projecto foi lançado em Dezembro de 2010. Nos TdR foram feitas referências a anteriores Constatações da Realidade encomendadas pela Sida, com ênfase nas metodologias qualitativas em geral e na ideia de “imersão” em agregados familiares e indivíduos em particular (Ibid). Foi também sugerido

que fosse organizado um grupo de Referência pela Embaixada, em colaboração com o Governo Provincial do Niassa.

Durante a elaboração da proposta, a ORGUT e as instituições associadas COWI e CMI decidiram sugerir um alargamento do âmbito das Constatações da Realidade anteriores propondo também i) um amplo conjunto de metodologias qualitativas, ii) estudos quantitativos de Base e Final com o objectivo de relacionar a pesquisa qualitativa com dados quantitativos e iii) temas anuais (governança, agricultura, sector privado/empreendedorismo) que facilitariam/tornariam mais fácil focar as análises.

Em termos de pessoal, a proposta da ORGUT procurou um equilíbrio entre pesquisadores internacionais/nacionais e pesquisadores júnior/assistentes da província do Niassa. O envolvimento do pessoal local era importante para integração local, língua e como pontos de contacto.

2.2. Fase Inicial

Depois de adjudicar o projecto à ORGUT e associados (Junho de 2011), a Embaixada da Suécia criou espaço para uma fase inicial – incluindo trabalho de campo no Niassa – a fim de i) fundamentar o projecto junto das autoridades e instituições relevantes aos níveis provincial e distrital/municipal e ii) seleccionar locais para a implementação do projecto (para mais detalhes, ver ORGUT 2011a).

A fase inicial era importante para preparar a implementação do projecto e a equipa conseguiu encontrar-se com a maioria das partes interessadas relevantes – embora o trabalho fosse complicado pela decisão da Suécia de reduzir/cortar as transferências de ajuda ao orçamento provincial, devido a suspeitas de corrupção, justamente antes do trabalho de campo da fase inicial.

Foram inicialmente realizadas entrevistas com um grande número de partes interessadas do governo, da sociedade civil e do sector privado (Ibid, Anexo 2). O maior desafio era embarcar/interessar os funcionários do governo. A aceitação formal do projecto, com as necessárias assinaturas, etc., correu bem, mas havia um certo cepticismo em relação aos motivos do exercício que podiam estar relacionados com a posição da Suécia na altura.

A decisão sobre os locais para o trabalho de campo foi tomada em estreita cooperação com as partes interessadas do governo provincial, as quais se verificou serem importantes para o sentimento de propriedade. Foi dada ênfase a uma combinação de distribuição geográfica e características sócio-económicas – o que levou à escolha de Cuamba, Lago e Majune (ver o Mapa 1 no Relatório Principal).

O mesmo processo de selecção foi repetido aos níveis de distrito/município, sendo os Postos Administrativos/bairros e comunidades identificados em colaboração com o Administrador Distrital e as Direcções Distritais mais relevantes. Isto também se revelou importante para o sentimento de propriedade.

Durante a fase inicial foram definidos e estabelecidos os principais elementos da implementação do projecto, incluindo i) Antecedentes Empíricos, ii) Estrutura Metodológica,

iii) Coordenação com as Partes Interessadas, iv) Calendário e Planos de Trabalho e v) Comunicação e Disseminação Estratégicas (Ibid).

2.3. Fase de Implementação

O primeiro trabalho de campo no Niassa foi implementado em Setembro de 2011 e incluía i) pesquisa qualitativa com o fim de obter uma ampla visão geral sobre questões de pobreza e bem-estar e ii) formar para o Estudo de Base de Constatação da Realidade de 2011 e implementá-lo (a ser complementado por um Estudo Final em 2015).

Em termos práticos, o trabalho de campo nas comunidades seleccionadas, Cuamba, Lago e Majune, correu bem – não obstante os desafios, particularmente em Majune, para encontrar acomodação decente. Todas as equipas acabaram por ficar na Capital Distrital/Municipal (i.e. Cidade de Cuamba, em Metangula e em Malanga), deslocando-se diariamente para as comunidades relevantes.

O trabalho foi iniciado com entrevistas e as autorizações necessárias das autoridades locais (i.e. autoridades Distritais/Municipais e instituições públicas relacionadas), enquanto que as introduções nas comunidades locais foram feitas com as autoridades do governo e tradicionais e, se relevante, com as ONGs e OBCs.

As discussões iniciais em Grupos Focais (ver abaixo) mostraram ser espaços importantes para explicar o papel e objectivo do nosso trabalho. Realçámos que estávamos a fazer pesquisa (aplicada), tentando captar as experiências e opiniões das próprias pessoas sobre a sua situação. O único produto, sublinhámos, seriam os relatórios para as partes interessadas no governo e para os doadores.

É nossa experiência que as pessoas ficavam contentes por nos ver em cada ano que voltávamos às capitais distritais. O interesse geral tornou-se mais limitado à medida que o tempo ia passando, mas nos três locais do projecto algumas pessoas chave (como o Administrador Distrital em Majune, o Secretário Permanente Distrital no Lago e o Presidente do Município em Cuamba) mantiveram o interesse e liam e referiam os produtos do projecto.

Também nas comunidades, as pessoas continuaram a mostrar um interesse positivo. Algumas tornaram-se pessoas fundamentais para a efectiva implementação do projecto (contribuindo para organizar entrevistas, Grupos Focais, os Estudos de Base e Final, etc.) e outras tornaram-se entrevistados importantes. A ênfase posta nos estudos e nos diferentes temas (ver acima) foi importante para o interesse/atenção das pessoas. Entre a população em geral, as equipas desenvolveram relações particularmente estreitas com alguns dos indivíduos mais activos e com os Agregados Familiares Focais seleccionados.

2.4. Avaliação Geral

Os Termos de Referência do projecto reflectem uma abordagem original e (para a equipa) bem-vinda à monitoria e análise da pobreza, realçando as dinâmicas qualitativas numa altura em que os dados económicos/quantitativos dominavam a área do desenvolvimento e da monitoria e avaliação da pobreza. Os TdR eram claros e detalhados, mas também davam espaço para sugestões alternativas.

No nosso ponto de vista, a decisão de combinar o enfoque qualitativo com os estudos de Base/Final (primeiro e quinto anos) e com ‘temas’ diferentes (segundo, terceiro e quarto anos) revelou-se importante. Combinar análises de processos/dinâmicas da pobreza e bem-estar com dados quantitativos contribuiu para as análises e tornou os estudos mais credíveis/relevantes para as partes interessadas e os leitores que não estão habituados às abordagens qualitativas.

Além disso, um enfoque mais restrito sobre um número limitado de Agregados Familiares Focais através de “imersão” – como no anterior modelo de Constatações da Realidade – teria tornado difícil reportar as variações em contextos rurais, onde as mudanças de ano para ano são frequentemente pequenas e subtis. Escolher “temas” (governança, agricultura, sector privado/empreendedorismo) fez com que os relatórios de cada ano fossem diferentes e mais focados do que teriam sido sem essa abordagem.

Por último, um ponto menor: a afirmação nos Termos de Referência de que os membros da equipa local deviam falar Inglês, num contexto em que o Português e as línguas nacionais (Macua, Yao, Nyanja) dominam, era indiscutivelmente desnecessária – e complicou o processo de identificar bom pessoal local em instituições de pesquisa locais, como também previsto nos TdR.

A Fase Inicial e o seu trabalho de campo foram, do nosso ponto de vista, muito importantes para o futuro desenvolvimento do projecto. Tornou possível identificar as partes interessadas relevantes, seleccionar cuidadosamente os locais no terreno mais relevantes/úteis e fazer contactos com partes interessadas/pessoas que facilitariam grandemente o início do projecto. Tornou também possível escrever um Relatório Inicial fundamentado e relevante, que se tornou um ponto de referência útil ao longo da série de relatórios, tendo havido muito poucos desvios dos planos originais durante o período de cinco anos.

A Fase de Implementação foi interessante e recompensadora mas também desafiadora – antes de tudo devido ao tempo limitado ao dispor da Equipa. Anualmente, cada um dos principais pesquisadores teve aproximadamente i) três dias para preparação; ii) 10 dias para trabalho de campo, incluindo o tempo para a apresentação do trabalho de campo anterior, entrevistas em Lichinga e na capital de distrito relevante, aplicação das metodologias qualitativas nas comunidades e implementação da Linha de Base e da Linha Final; e iii) 18 dias para a produção de um sub-relatório e de contribuições para o Relatório Anual de resumo – tendo o chefe da equipa, como principal autor, sete dias extra para a produção do relatório anual.

Dito isto, o trabalho tornou-se mais fácil e mais eficiente à medida que gradualmente conseguimos conhecer melhor o contexto e as pessoas fundamentais. A mesma limitação de tempo influenciou o processo da escrita dos relatórios, tornando necessário ficar pelo “suficientemente bom” em vez do “tão perfeito quanto conseguimos” – sendo uma característica geral do trabalho de pesquisa aplicada.

O Apoio da Embaixada da Suécia. Em termos gerais, ficámos muito satisfeitos com o apoio da Embaixada da Suécia. Durante o período do projecto houve três funcionários responsáveis, o que podia ter comprometido a memória institucional. No entanto, cada um dos funcionários mostrou grande interesse nos estudos, fez comentários diligentes aos

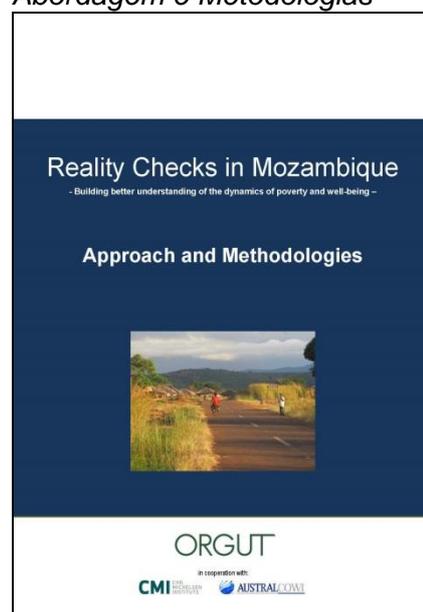
rascunhos dos relatórios e mostrou a flexibilidade necessária em termos de entregas e prazos de um projecto com um período tão longo e envolvendo tantas pessoas.

Todavia, duas questões merecem ser mencionadas: uma é a ideia original de um Grupo de Referência do governo e doadores (ver Embaixada da Suécia 2010/TdR), o qual, excepto no primeiro ano, nunca funcionou realmente (a Irlanda, como membro central, seguiu individualmente o estudo das Constatações da Realidade). A segunda é a ênfase original em relações contínuas com a Sida Estocolmo, com o objectivo de disseminar mais/no terreno a abordagem da Constatação da Realidade. Na realidade isto não aconteceu – embora a série de Constatações da Realidade seja apresentada numa reunião em Estocolmo quando da conclusão do projecto (Abril de 2016). Com um envolvimento mais forte do Grupo de Referência e da Sida/Estocolmo, a abordagem das Constatações da Realidade podia ter sido mais institucionalizada e usada noutros contextos/para outros programas.

3. METODOLOGIA

Essencialmente, o projecto de Constatação da Realidade visava avaliar “o que significa a pobreza enquanto condição de vida e tal como é sentida por pessoas que se identificam a elas próprias como pobres” (Embaixada da Suécia 2010/TdR). O estudo contou principalmente com métodos qualitativos, apoiados por uma componente quantitativa desenvolvida especificamente para a Constatação da Realidade. Nesta secção apresentamos as duas componentes separadamente, começando com a abordagem qualitativa e apresentando depois a quantitativa. Fazemos uma breve apresentação dos principais métodos que empregámos por cada componente e uma avaliação das principais forças e fraquezas de cada um – encaminhando o leitor para o relatório “Constatações da Realidade em Moçambique. Abordagem e Metodologias” (ORGUT 2011f) para mais detalhes.

Ilustração: *Capa do Relatório de Abordagem e Metodologias*



3.1. Componente qualitativa

A componente qualitativa consistiu em três métodos principais de recolha de informação: (i) entrevistas semi-estruturadas com actores do desenvolvimento formais; (ii) discussões em grupos focais com membros da comunidade, e (iii) envolvimento com agregados familiares focais (imersão). Discutiremos abaixo cada um deles separadamente.

Entrevistas semi-estruturadas. Foram realizadas anualmente entrevistas semi-estruturadas com informantes chave seleccionados baseados no respectivo distrito. Estes informantes chave incluíam membros do governo distrital, representantes das direcções

distritais, membros da assembleia municipal (Cuamba), funcionários públicos na administração distrital, representantes de postos administrativos e mais outros administradores ao nível local. Além dos funcionários públicos, foram entrevistados também representantes do sector privado, sociedade civil, órgãos de comunicação social locais, líderes ao nível comunitário, membros da oposição política e outros actores do desenvolvimento locais.

As entrevistas semi-estruturadas implicavam uma conversa estruturada com um enfoque temático. As entrevistas eram até certo ponto preparadas antecipadamente e seguiam um guião de entrevista estruturado com certa liberdade. Os pontos de discussão permanentes incluíam as principais mudanças no distrito desde o ano anterior, bem como as principais realizações e desafios relacionados com o desenvolvimento do distrito. Além disso, os informantes chave eram interrogados sobre os temas focais (governança, agricultura e empreendedorismo) que foram seleccionados como tópicos específicos para cada Constatação da Realidade anual (ver acima).

As entrevistas semi-estruturadas eram conduzidas no escritório dos informantes chave ou noutro lugar fechado que proporcionasse alguma privacidade à conversa. A maioria das entrevistas foi feita em Português e demorava entre 1 e 2 horas. A equipa de estudo tomava notas mas não gravava as discussões (excepto no primeiro ano, após o que esta prática foi abandonada como medida desnecessária). Mais tarde, o material da entrevista era sistematizado e usado como parte da análise de conteúdo qualitativa.

Pontos fortes do método. As entrevistas semi-estruturadas mostraram ser o método mais adequado para o envolvimento com profissionais que têm muitas responsabilidades e calendários apertados. No seu melhor, o método das entrevistas semi-estruturadas oferecia à equipa de estudo uma perspectiva crítica e análise acutilante da situação nos distritos. Alguns informantes chave com laços estreitos com grupos étnicos locais contribuíram com uma análise mais etnográfica do padrão de comportamento da população local.

Dado o seu nível de educação e papel central no distrito, muitos dos informantes chave conseguiam produzir uma análise elaborada dos principais desafios e apresentar ideias de potenciais soluções. Frequentemente, a informação obtida nas entrevistas servia para alargar o âmbito da observação da equipa de estudo e ajudava a equipa a compreender algumas das limitações críticas de desenvolvimento local.

De um ponto de vista prático, as entrevistas semi-estruturadas eram fáceis de realizar, dado que o método em si mesmo não requer muito da logística. O protocolo para programar reuniões com representantes do governo local era fácil e geralmente não requeria muito tempo, especialmente nos contextos rurais do Lago e Majune. Na cidade de Cuamba, a etiqueta era mais rigorosa e fazer marcações prévias era uma obrigação.

Ao nível distrital, os contactos com a sociedade civil, órgãos de comunicação e representantes dos líderes locais eram simples. Não era incomum a equipa ter, ao primeiro contacto, acesso directo aos informantes principais. Em geral, só os representantes do sector privado eram mais difíceis de contactar porque se deslocavam frequentemente e pareciam ter uma agenda mais stressante do que muitos outros. Com poucas excepções, porém, os representantes do sector privado também se disponibilizavam para uma reunião programada, e muitas delas provaram ser entrevistas analíticas e francas.

Desafios. O principal desafio relacionado com as entrevistas semi-estruturadas era o facto de o entrevistador obter inevitavelmente uma parte da informação, a parte que o informante chave queria fornecer. Obviamente que este é um desafio geral que afecta todas as técnicas de entrevista social. Há sempre um grau de censura social e/ou política envolvido. No contexto da Constatação da Realidade, isto era particularmente evidente entre alguns funcionários públicos que pesavam cautelosamente as suas palavras, assumidamente para seguir o discurso oficial. Estas entrevistas eram marcadas pela ausência de crítica e de análise mais profunda e tipicamente resultavam em nova informação muito limitada.

Um outro desafio enfrentado pela equipa no contexto das entrevistas semi-estruturadas era o acesso limitado a alguns dos mais controversos informantes chave, especialmente representantes da oposição política. Estas pessoas tendem a viver em isolamento social e são contactadas principalmente por outras pessoas com as mesmas ideias. Alguns dos membros da equipa de Constatação da Realidade foram explicitamente aconselhados a evitar contactos com essas figuras controversas, a fim de não serem identificados como simpatizantes do “lado errado”. Isso complicaria a recolha de informações suplementares junto do resto da população. Assim, e a fim de poder entrevistar essas pessoas, a equipa teve de actuar o mais discretamente possível, por exemplo, passando por lá quando já ia de volta para Lichinga.

Discussões em grupos focais. O método dos grupos focais é um tipo de técnica de entrevista em grupo onde o objectivo é estimular a interacção dentro do grupo de forma a obter informação e ideias sobre um dado tema. No contexto de Constatação da Realidade, os grupos focais procuravam esclarecer diferentes aspectos das dinâmicas da comunidade, e incluíam temas como as relações das pessoas com os líderes locais, necessidades de desenvolvimento da comunidade, identificação das mudanças mais significativas na comunidade, papéis e responsabilidades de homens e mulheres, etc. As discussões dos grupos focais foram também usadas para definir as categorias sócio-económicas que existem nas comunidades alvo.

Para fins de Constatação da Realidade, a qual visa principalmente pessoas analfabetas, a equipa desenvolveu várias ferramentas participativas que promoviam a expressão visual de forma a estimular a interacção. Algumas das ferramentas convidavam os participantes a desenhar diferentes elementos da sua realidade (e.g. o mapa da sua comunidade), enquanto outras envolviam uma sistematização visual da informação recolhida pelo facilitador do grupo focal (e.g. principais problemas da comunidade). Alguns dos métodos foram aplicados só uma vez, enquanto outros foram repetidos anualmente, ou no princípio e no fim do período de cinco anos, dependendo da relevância.

Todas as discussões de grupo eram facilitadas por um membro da equipa de estudo da Constatação da Realidade, que trabalhava lado a lado com um assistente/tradutor local. Praticamente, todas as discussões em grupo (com excepção de alguns grupos masculinos) requeriam tradução; os participantes interagiam numa língua local enquanto o facilitador falava Português.

Os grupos focais eram sempre organizados antecipadamente, com a ajuda dos líderes locais que mobilizavam os participantes. Todas as discussões em grupo tinham lugar ao ar livre, num local geralmente usado para reuniões comunitárias ou próximo dele. A maior

parte das vezes as discussões em grupo duravam entre 2 e 3 horas. Para temas em que se previa pontos de vista divididos conforme o género, eram organizados grupos separados de homens e mulheres. Alguns grupos eram também organizados com base na idade, principalmente pessoas mais velhas e adolescentes. Senão, os grupos eram mistos.

Por razões éticas de pesquisa, os participantes não eram pagos pela sua contribuição na discussão. No entanto, em consideração do tempo por eles gasto no grupo focal, no fim de cada sessão recebiam uma refeição ligeira (biscoitos e refrigerantes).

Pontos fortes do método. Embora a logística requerida para uma discussão em grupo focal fosse um pouco mais exigente do que a envolvida numa entrevista semi-estruturada, os resultados globais excediam os insumos necessários. Em geral, os membros da comunidade pareciam ter vontade de participar nas discussões em grupo; havia normalmente mais pessoas curiosas em tomar parte do que as necessárias (no máximo 15). Na maioria das vezes, a refeição ligeira no final das sessões parecia ser uma recompensa apreciada, e frequentemente atraía mais pessoas que se juntavam ao evento. Às vezes, porém, particularmente as mulheres queixavam-se que as tarefas caseiras e o trabalho no campo ficavam por fazer devido ao longo tempo gasto nas discussões em grupo. Reconhece-se que, devido à quantidade de responsabilidades atribuídas às mulheres, a sua participação em actividades para além das do agregado familiar lhes traz maiores consequências do que para os homens.

De um modo geral, as ferramentas participativas foram bem sucedidas a envolver os participantes nos temas seleccionados para discussão. Os homens eram geralmente mais abertos e envolviam-se facilmente numa discussão, enquanto as mulheres, especialmente em áreas rurais como Majune, se mostravam muitas vezes tímidas, principalmente no início da sessão. Todavia a coragem geralmente vencida a timidez, mesmo entre as mulheres, assim que o gelo fosse quebrado pelos primeiros participantes. Nos grupos mistos, porém, a participação masculina dominava claramente as discussões. Muitas vezes a modalidade de participação gerava no grupo ataques de riso e comentários animados. Sentia-se que a apresentação visual das actividades, mesmo quando feita por escrito em frente dos participantes, ajudava as pessoas a seguir o raciocínio e transmitia uma mensagem de importância da discussão.

À parte algumas excepções, as discussões em grupo focal geravam uma riqueza de informação, e o uso de (gráficos ou outros tipos de) ilustrações facilitava consideravelmente a posterior sistematização da informação. O método funcionou particularmente bem em relação aos tópicos que recolhiam amplo consenso na comunidade. O que no entanto se notou foi a raridade com que eram levantados pontos de vista fortemente contraditórios. Isto foi entendido como uma expressão de um código social que inibe os membros da comunidade de se desafiarem uns aos outros publicamente.

Desafios. A inevitável consequência de envolver líderes locais na mobilização dos participantes dos grupos focais foi a presença dos líderes nas discussões dos próprios grupos. Não houve forma de dar a volta a isto, dado ser a única maneira de envolver as pessoas. A presença dos líderes no grupo estabelecia um controlo social efectivo sobre os participantes e provavelmente explica em parte porque não eram levantadas opiniões contraditórias. Houve também alguma indicação de que os líderes tendiam a favorecer a

participação dos membros da sua família e os amigos. Por diversas vezes se notou que em parte as mesmas pessoas eram convidadas para as sessões de discussão ano após ano.

Outro desafio foi o uso de tradução. Traduzir cada intervenção, mesmo se num formato mais conciso, tornou o processo inevitavelmente mais lento e demorado. Um outro aspecto ainda mais crítico foi a perda de valiosos detalhes e comentários à parte das discussões que eram expressos em línguas locais. Não era simplesmente possível traduzir tudo; os facilitadores só obtinham geralmente breves resumos das intervenções. Metodologicamente falando, este aspecto era em si mesmo uma clara limitação da técnica de grupo focal, em que é suposto o facilitador estimular a discussão e observar a interacção entre os participantes. A necessidade de tradução limitou muito a capacidade de observação dos facilitadores.

Talvez que o desafio mais exigente fosse apresentado numa forma de expectativa que o repetido aparecimento da equipa de estudo evocava entre os membros comunitários (ocasionalmente também entre os representantes do sector público). Embora a equipa explicasse repetidamente qual era o objectivo do trabalho de campo, foi difícil para muitos entender o pleno significado de “pesquisa” ou “estudo” e consequentemente construíam uma explicação que, para eles, fazia mais sentido. Muitos interpretaram o interesse mostrado pela equipa de estudo sobre as dificuldades da população local como uma promessa de fazer as coisas melhor. Isto era particularmente evidente em contextos, como Malila (Majune), onde as condições de vida não melhoraram significativamente durante o período de cinco anos. Aqui, as expectativas irreais conduziram a um sentimento de frustração ou fadiga entre alguns dos membros da comunidade, especialmente depois dos primeiros três/quatro anos do estudo. A frustração diminuiu a motivação para participar, visto que as pessoas constataram que não faria necessariamente a diferença. Noutras localidades, por exemplo em Meluluca (Lago), onde pelo menos o espaço público se desenvolveu a um ritmo mais intenso, a população parecia atribuir os melhoramentos, pelo menos em parte, ao estudo de Constatação da Realidade.

Imersão nos agregados familiares focais. O envolvimento de famílias focais como método de estudo era a imagem de marca da abordagem de Constatação da Realidade. O objectivo da imersão era olhar de perto (ou até tornar-se parte de) o *modus vivendi* da população local, através de um estreito contacto com famílias seleccionadas cujas vidas eram seguidas anualmente durante o período de cinco anos.

A identificação das famílias focais foi feita em três fases. Primeiro, no princípio do estudo, a equipa de Constatação da Realidade conduziu um exercício de classificação da riqueza num grupo focal, de forma a identificar e caracterizar as diferentes categorias sócio-económicas que existiam nas respectivas comunidades. Nos três locais de estudo o exercício resultou em 4-6 categorias diferentes cobrindo toda a gente, desde os mais destituídos até aos mais ricos agregados familiares. Na segunda fase foi pedido aos membros da comunidade que identificassem alguns agregados familiares representando cada categoria. Por último, na terceira fase, a equipa de estudo contactou as famílias identificadas, explicou-lhes o projecto de Constatação da Realidade e convidou-as a nele participar. Em 2011 a equipa envolveu um total de 21 agregados familiares nos três distritos como famílias focais.

As famílias focais foram visitadas várias vezes em cada ano durante o trabalho de campo. As visitas tinham lugar em diferentes alturas do dia (de manhã, à tarde, à noite) de forma a

obter uma imagem mais completa da estrutura de um dia comum das famílias. As discussões com as famílias consistiam em entrevistas temáticas (cobrindo a história da família, divisão do trabalho intra-agregado familiar, acesso e uso de serviços públicos, relação com a agricultura, actividades geradoras de rendimento, etc.), bem como em conversas informais. As entrevistas eram conduzidas principalmente com o chefe do agregado familiar e/ou a sua esposa, enquanto os outros membros da família eram envolvidos mais em conversa jovial. Quase sempre, o encontro tinha lugar no quintal da casa da família focal, onde a equipa estava também numa boa posição para observar as dinâmicas entre os diferentes membros da família, bem como as suas relações com os vizinhos. Através de diferentes tipos de interacção, a equipa procurava recolher informação e aprofundar a relação com as famílias.

Usualmente as visitas às famílias eram feitas sem aviso, sem marcação prévia. No entanto, alguns dos chefes de agregados familiares mais ricos, que geriam diversos negócios, ficavam longos períodos fora de casa e nesse caso era necessário marcar a visita com antecedência. Normalmente as visitas duravam entre 1 e 2 horas. Os membros da equipa de estudo tomavam notas das observações e das discussões. Além disso, eram feitas fotografias para visualizar as diferentes realidades das famílias.

Logisticamente, as imersões eram fáceis de realizar, dado que o método não requeria qualquer preparação. As famílias focais não recebiam qualquer pagamento pela sua participação no estudo. Contudo, reconhecendo os longos períodos de tempo que gastavam com a equipa de estudo, longe dos seus campos agrícolas e de outras actividades, aos agregados familiares mais pobres eram dados produtos alimentares (sal, óleo, sabão, arroz, feijão, etc.) todos os anos no fim de cada período de trabalho de campo. Os sacos de alimentos eram sempre recebidos com visível satisfação.

Pontos fortes do método. Como método, a imersão permitia realmente que a equipa de estudo olhasse mais de perto para a vida das famílias focais. As repetidas visitas e entrevistas proporcionavam uma fonte de informação valiosa e permitiam que a equipa compreendesse melhor as formas de vida de cada agregado familiar. A abordagem também reduzia o limiar para colocar questões mais sensíveis sobre pobreza e bem-estar e demonstrava claramente a margem muitas vezes estreita entre desenvolvimentos positivos e negativos para os agregados familiares em questão.

Os membros das famílias focais pareciam a maioria das vezes positivos em relação às visitas recorrentes e às entrevistas. Embora fosse previsto que o envolvimento de um pequeno número de famílias podia provocar inveja entre os vizinhos e membros da sua família, na prática essas manifestações foram raras.

Os chefes dos agregados familiares e as suas esposas falavam abertamente sobre as suas vidas e respondiam voluntariamente às muitas questões colocadas. As pessoas que tinham alguns antecedentes de educação formal (os mais ricos) tendiam a desenvolver bem os seus pensamentos e muitas até falavam Português fluentemente. A expressão das pessoas mais pobres variava mais. Algumas pessoas pobres (homens) eram muito expansivas e falavam abertamente e sem esforço acerca das suas vidas. Outras (sobretudo mulheres) eram mais sucintas e respondiam estritamente ao que lhes tinha sido perguntado. A

linguagem corporal e a expressão não verbal serviam também como uma importante fonte de informação.

A tomada de notas não parecia incomodar as famílias. Antes parecia transmitir um sentimento de importância às pessoas em questão. De um modo geral, as imersões e o contínuo interesse mostrado pelos agregados familiares seleccionados eram frequentemente entendidos como tendo um efeito de empoderamento, particularmente para os agregados familiares mais pobres.

Desafios. No período de cinco anos do projecto verificaram-se mudanças em algumas das famílias focais que significaram a dissolução do agregado familiar. Estas mudanças decisivas foram causadas pela morte do chefe do agregado familiar ou da sua esposa. Em alguns casos ainda continuámos a acompanhar a vida dos restantes membros do agregado familiar (ganhando conhecimentos adicionais dos mecanismos de sobrevivência em circunstâncias tão críticas), mas nos casos em que o falecido chefe do agregado familiar vivia sozinho a recolha de informação era descontinuada. Embora fossem identificados outros agregados familiares para substituírem os descontinuados, perdemos a oportunidade de obter uma cobertura total de cinco anos de vida de um dado agregado familiar.

Tal como as discussões em grupo focal, a imersão evocava também expectativas infundadas de benefícios materiais, pelo menos entre os agregados familiares mais pobres. Algumas pessoas pediam abertamente apoio, enquanto outras revelavam as suas expectativas mais através de gestos e expressões faciais. Depois de alguns anos do estudo, também estas famílias foram ficando mais frustradas dado que não viam acontecer melhorias. Apesar de a equipa de estudo ter explicado repetidamente o objectivo do trabalho de campo, a esperança de receber alguma ajuda nunca morria.

Relacionado com as expectativas, descobriu-se que algumas famílias focais exageravam as suas dificuldades. Por exemplo, um casal idoso apresentou-se como estando totalmente dependente da ajuda dos seus vizinhos para ter comida, enquanto mais tarde se soube que o casal possuía na altura um campo agrícola. Embora seja difícil saber quão frequentemente isto aconteceu, a nossa sensação é que era mais uma excepção do que a regra.

A equipa encontrou também uma outra dimensão menos contemplada de “não contar a verdade”: os relatos de histórias da vida das pessoas, ou de passagens das suas vidas, tendiam até certo ponto a variar cada vez que contavam essas histórias. Muitas vezes eram pequenos detalhes (e.g. o montante de dinheiro que a pessoa tinha disponível quando iniciou o seu primeiro negócio) que eram diferentes do que haviam contado na primeira vez. Claramente, isto não acontecia para despertar empatia entre os membros da equipa de estudo, sendo antes entendido como uma característica da cultura de contar histórias local onde pequenos detalhes, aparentemente não importantes, podiam ser contados de muitas formas diferentes.

3.2. Componente quantitativa

A componente quantitativa consistia de dois métodos principais de recolha de informação: (i) dados do governo existentes e; (ii) estudos de Base e Final.

Dados do governo existentes. Para o mapeamento da pobreza e bem-estar no Niassa, a equipa recolheu activamente os dados quantitativos existentes. Estes dados incluíam o Censo Nacional de 2007 (INE 2009b), os Inquéritos Nacionais à Despesa do Agregado Familiar de 2008/09 e 2014/15 (INE 2010, 2015) e outros estudos sectoriais mais específicos. Além dos conjuntos de dados nacionais, usámos dados de avaliações da situação baseadas localmente, dando particular atenção aos dados produzidos pelos governos provincial, distrital e municipal que formam a base dos seus planos de desenvolvimento – incluindo o Plano de Desenvolvimento Social e Económico Provincial (GdN 2007, 2011, 2013, 2015a) e os Planos de Desenvolvimento Económico e Social Distritais (PESODs) e seus Relatórios Anuais (Balanços de PESODs) para Cuamba, Lago e Majune. Estes relatórios foram solicitados aos governos locais durante cada visita anual.

Pontos fortes. Um aspecto importante relacionado com o uso de dados oficiais do governo é o reconhecimento de que estes são os dados a que têm acesso e com que se relacionam os decisores. Usar estes dados é também uma forma de mostrar que a recolha de dados locais é levada a sério. Outro ponto forte é que permite comparar os resultados dos dados recolhidos pela equipa de pesquisa e com os disponíveis através dos canais oficiais. Os documentos oficiais proporcionam informação importante sobre os indicadores de desenvolvimento relevantes a investigar. Eram usados tanto em questões exploratórias nas entrevistas qualitativas e discussões em grupos focais, como no questionário quantitativo usado nos estudos do agregado familiar. Usar os indicadores de desenvolvimento relevantes assegura também a comparabilidade de dados entre os três locais de estudo.

Desafios. Apesar dos seus pontos fortes, os dados do governo não deixam de apresentar desafios. Dois dos maiores desafios estão relacionados com a disponibilidade e a fiabilidade. Documentos e relatórios nem sempre estavam disponíveis, ou apenas seriam partilhados por pessoas específicas que nem sempre estavam imediatamente disponíveis. Isto era especialmente verdade no caso dos relatórios de sectores como a Agricultura, Educação e Saúde. Os dados nos relatórios e documentos, incluindo o PESOD, nem sempre eram fáceis, e dados básicos não eram reportados consistentemente. Alguns dos indicadores variavam de um ano para o outro, um facto que tornava as comparações sistemáticas um desafio. Alguns dados estavam desactualizados ou, alternativamente, o método de recolha de dados não era claro. Ao mesmo tempo, os funcionários do governo têm interesse em sobrevalorizar as realizações. Isto é particularmente verdade no que respeita aos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O ano mais desafiador foi 2013 quando, devido à altura em que as equipas estiveram no campo – Maio e Junho – o Balanço do PESOD não estava ainda finalizado. Como resultado, os dados usados nesse relatório referiam-se aos produtos planeados, que são geralmente mais altos do que as realizações finais. Além disso, no mesmo ano o formato do relatório mudou e algumas das variáveis que tínhamos monitorado deixaram de ser reportadas.

Os Estudos de Base/Final. Além dos dados do governo, conduzimos um estudo de painel consistindo em dois estudos com um total de 360 agregados familiares (120 em cada local). O primeiro (estudo de Base) teve lugar em 2011 e o segundo, direccionado para as mesmas famílias, foi realizado em 2015 (estudo Final). Os estudos de painel longitudinais rastreiam as mesmas pessoas e controlam as diferenças observadas nessas pessoas para ser menos

provável que sejam o resultado de diferenças culturais entre estudos. A expectativa é que observar as mudanças desta forma tornará os resultados mais exactos e actuais.

Os dois estudos combinavam i) *dados sócio económicos* clássicos sobre a composição dos agregados familiares, rendimento e despesa, níveis de educação, saúde e acesso a serviços públicos; ii) questões relacionadas com as *percepções* das pessoas sobre as *condições* no agregado familiar e na sua comunidade e iii) as *relações sociais* (com instituições públicas, organizações de ajuda, família, amigos, etc.) nas quais estão envolvidas.

A selecção dos agregados familiares seguiu parcialmente uma abordagem não probabilística; as comunidades foram propositadamente seleccionadas com a ajuda da administração local. Porém, ao nível de comunidade os agregados familiares foram seleccionados através de um método aleatório sistemático, depois da listagem de todos os agregados familiares existentes em sub-comunidades mais pequenas seleccionadas (*aldeias, quarteirões*). No contexto do estudo Final, os mesmos agregados familiares foram revisitados e reentrevistados usando praticamente o mesmo questionário que em 2011. Nos casos em que os mesmos agregados familiares não puderam ser detectados, foi seleccionado um agregado familiar substituto com características similares, dentro da mesma sub-comunidade. Esperava-se uma taxa de abandono entre 15% e 20% da amostra original.

As entrevistas nos agregados familiares eram feitas de preferência com o chefe do agregado. A esposa ou um adulto responsável (acima dos 18 anos e conhecedor das dinâmicas do agregado familiar) eram entrevistados nos casos em que o chefe do agregado familiar não estava disponível. As entrevistas foram conduzidas nas línguas locais relevantes: Nyanja no Lago, Yao e Emakwa em Majune e Emakwa em Cuamba. Os entrevistadores foram seleccionados para formação com base na sua fluência em Português e nas línguas locais, bem como na sua experiência na condução de inquéritos. Os que mostraram melhor domínio na condução do questionário foram seleccionados para conduzir entrevistas no terreno. Para o estudo Final, os entrevistadores que tinham feito parte da equipa do estudo de Base foram priorizados. Em média, uma entrevista demorava entre uma hora e meia e duas horas.

Pontos fortes. Os estudos representam dados de painel raros que permitem a observação de mudanças dentro do mesmo agregado familiar ao longo do tempo. Enquanto os dados qualitativos eram recolhidos anualmente, percebendo-se assim a mudança a um ritmo mais lento, a condução dos estudos com um intervalo de tempo mais longo, permitiu uma maior percepção da mudança. Além disso, apesar da grande mobilidade dos agregados familiares e do intervalo de cinco anos, o sucesso na localização dos agregados familiares originais permaneceu dentro de taxas aceitáveis (83%).

O estudo de painel tornou possível triangular a informação obtida de diferentes fontes e obter uma boa perspectiva sobre as experiências/dinâmicas das famílias focais. Através de uma amostra maior, fomos capazes de compreender melhor a frequência com que as suas experiências podem ter ocorrido nas suas comunidades. O conhecimento das experiências de vida das famílias focais também permitiu uma melhor compreensão e análise dos dados quantitativos.

Desafios.

A grande mobilidade dos agregados familiares (permanente ou temporária) e a mortalidade de chefes de agregados familiares foram responsáveis pela maior parte da erosão da amostra entre 2011 e 2015. Parte da mobilidade é devida à natureza agrária das áreas estudadas. A altura do estudo de 2015, i.e. o início de uma nova época agrícola, contribuiu para o facto de alguns agregados familiares não estarem disponíveis para serem entrevistados, dado terem-se mudado para os seus terrenos agrícolas. Cinco anos entre os estudos é um intervalo de tempo relativamente longo, em que podem ocorrer muitas mudanças nos e aos agregados familiares.

Devido ao relativamente pequeno tamanho da amostra, uma análise estatística rigorosa só tem significado quando toda a amostra de 360 agregados familiares é considerada em conjunto. Ao analisar os resultados distrito a distrito, o intervalo de confiança aumenta muito e a precisão dos resultados ressentem-se. No entanto, no contexto das Constatações da Realidade em que o principal objectivo era recolher informação qualitativa sobre a pobreza e bem-estar, os resultados do estudo foram usados principalmente para apoiar a análise qualitativa.

Além disso, os dados relacionados com rendimento e despesa são geralmente pouco fiáveis e devem ser tomados com mais cautela – embora os últimos sejam geralmente mais fiáveis do que os primeiros. A falta de fiabilidade é devida ao facto de os dados se basearem na memória das pessoas e, sendo dados sensíveis, as pessoas nem sempre são francas com estranhos.

Apesar dos desafios identificados e das limitações dos métodos quantitativos usados, eles são um bom suporte da informação recolhida através de métodos qualitativos. Por si só, os dados recolhidos através de métodos quantitativos não proporcionam informação suficiente para uma análise aprofundada das dinâmicas da pobreza. Se combinados com os métodos qualitativos, são fortes e reforçam-se mutuamente.

Avaliação Geral. Estudar a mudança é, em si mesmo, um desafio. Em comunidades agrárias remotas, sem projectos de investimento, a vida das pessoas geralmente muda lentamente. Tipicamente, as mudanças mais significativas estão relacionadas com o nascimento, morte ou casamento de um membro da família. A ausência de grandes eventos na vida das pessoas faz o tempo parecer um continuum, sem pontos de referência claros. Nesse contexto é muito desafiador distinguir entre “sem mudança” e “uma pequena mudança”. É portanto provável que, apesar de todos os diferentes tipos de entrevistas (entre duas pessoas e em grupo) e observações no terreno, algumas mudanças tivessem passado despercebidas à equipa de estudo.

Por último, juntando tudo não podemos deixar de reconhecer o poder de métodos qualitativos simples para trazer à baila uma enorme diversidade de informação. Entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais, interacção recorrente e observações das famílias focais revelaram múltiplas facetas da pobreza e bem-estar, dimensões que estão fora do alcance de qualquer estatística. As aspirações, desejos, receios, desapontamentos, sentimentos de exclusão, injustiças, sonhos, desesperos e muitos outros sentimentos das pessoas e os respectivos estímulos só podiam ser captados por métodos qualitativos. Os métodos quantitativos são importantes para revelar os contornos e esboços da realidade,

mas os métodos qualitativos são necessários para dar cores e sombras à imagem. Não há todavia ponto de comparação entre as duas abordagens; para qualquer fenómeno tão complexo como a pobreza, uma combinação das duas é a única forma de lhe obter uma imagem mais completa.

4. DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS

A Fase Inicial do projecto deu ênfase à disseminação dos resultados a três níveis: i) para as pessoas nos distritos e comunidades locais em estudo; ii) para as principais partes interessadas na província (instituições do governo, sociedade civil e instituições do sector privado); iii) para o governo e doadores ao nível nacional (para mais detalhes ver ORGUT 2011a).

Relatórios. O principal produto dos estudos foi uma série de relatórios (i.e. um relatório anual e três sub-relatórios em cada ano) em Português e Inglês. Foram feitas tentativas para os tornar acessíveis a um vasto público, mantendo-os relativamente curtos, ajustando a linguagem, enfatizando com ilustrações, etc.

Os Relatórios foram distribuídos internamente na Embaixada da Suécia, para outros doadores em Moçambique e ao Escritório Central da Sida em Estocolmo. Têm também estado disponíveis na Página de Entrada na Web da Embaixada (<http://www.swedenabroad.com/en-GB/Embassies/Maputo>), na Página de Entrada da ORGUT (<http://www.ORGUT.se>), na Página de Entrada do Chr. Michelsen Institute (www.cmi.no) e através de uma rede com base na internet de pesquisadores sobre países lusófonos (H-Net Notificações drupaladmin@mail.h-net.msu.edu).

Além disso, os relatórios foram enviados via e-mail para um grande número de pessoas que na Fase Inicial se inscreveram para os receber (ver a lista em ORGUT 2011a) e têm sido distribuídos em cópias impressas durante as apresentações anuais em Lichinga (ver abaixo). As instituições que mais regularmente tomaram parte nos seminários são o Governo Provincial (geralmente a Direcção de Planeamento e Desenvolvimento, mas também direcções sectoriais dependendo do tema em causa), o Instituto Nacional de Estatística, o Centro de Cooperação da Suécia/We Effect, o Concern Universal, o FONAGNI (Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa) e a UCAN (União dos Camponeses e Agricultores do Niassa). Foram também enviadas cópias para o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento em Maputo (Departamento de Estudos Económicos e Sociais, DNEAP).

Apresentações. A seguir a cada Constatação da Realidade deu-se um breve informe à Embaixada da Suécia em Maputo. Estas reuniões eram organizadas como “seminários durante o almoço” e contavam com muitas presenças do pessoal da Embaixada. Eram também convidadas pessoas de fora – incluindo a Embaixada da Irlanda que tem o seu próprio programa no Niassa – mas o seu número/presença variava.

Eram feitas apresentações formais em Lichinga no início do trabalho de campo em cada ano (i.e. um ano depois da publicação), a representantes convidados do governo, da sociedade

civil e do sector privado. Estas apresentações foram bastante concorridas na 1ª e na 2ª Constatações da Realidade (com cerca de 50 pessoas), mas as presenças caíram na 3ª e 4ª Constatações da Realidade (com 10 pessoas no mínimo). Num dos casos a apresentação colidiu com uma conferência realizada pelo governo provincial e no segundo caso tinha aparentemente havido problemas com os convites.

Foram também feitas apresentações formais ao Nível Distrital para a Administração Distrital, Governo e outras partes interessadas. A regularidade e as presenças foram melhores em Majune, onde as apresentações foram efectuadas em cada ano. No Lago foram mais intermitentes, mas houve reuniões com o Administrador Distrital/Secretário Permanente em cada ano. Em Cuamba foram feitas apresentações nos primeiros dois anos, com a presença dos directores distritais, representantes da sociedade civil e líderes tradicionais. Nos anos seguintes houve reuniões separadas com o Administrador e com o Presidente do Conselho Municipal. Nas comunidades/Postos Administrativos, cada trabalho de campo foi introduzido por meio de reuniões com os chefes de Posto Administrativo e Autoridades Tradicionais baseados na comunidade – também com o objectivo de obter luz verde para continuar.

Por último, mas não menos importante, foram realizadas apresentações de retorno da informação nas comunidades em estudo. Estas apresentações foram feitas na forma de reuniões programadas onde as pessoas eram convidadas a ouvir a apresentação, normalmente baseada em fotografias e exercícios na forma de flip-charts feitos pelos Grupos Focais. O retorno da informação foi também feito informalmente através de discussões em grupo e individuais. Este foi particularmente o caso durante o último trabalho de campo, quando os exercícios/flip-charts feitos em 2011 constituíram a base das discussões sobre a mudança.

Outras formas de disseminação de resultados. Os estudos de Constatação da Realidade foram também disseminados através de outros canais: as duas primeiras Constatações da Realidade foram apresentadas no principal canal nacional de televisão (TVM) e no seu noticiário provincial, na forma de relatórios das apresentações em Lichinga (incluindo entrevistas com membros da equipa). As apresentações/resumos das Constatações da Realidade também apareceram no jornal provincial na Web, FAISCA.

No Lago as Constatações da Realidade foram apresentadas em três programas/entrevistas na Rádio Comunitária, que se estima atingir 70% da população. Além disso, foram distribuídos relatórios à única escola secundária do distrito (para serem usados nas ciências sociais) e foram submetidas cópias impressas a um pequeno museu histórico/etnográfico em Metangula que é visitado principalmente por turmas da escola.

Em Cuamba a Rádio Comunitária conduziu entrevistas no primeiro e no segundo ano das Constatações da Realidade e os relatórios foram submetidos e usados nos anos subsequentes. A 4ª Constatação da Realidade (sobre sector privado/empreendedorismo) foi usada pela Escola Secundária de Cuamba nas suas aulas de empreendedorismo.

Além disso, os relatórios de Constatação da Realidade foram usados no ensino ao nível Universitário. Ouvimos (mas não conseguimos confirmar) que são usados em universidades na província do Niassa. Os relatórios têm também sido activamente usados na Liné University em Kalmar, como parte do ensino do programa Estudos de Paz e

Desenvolvimento que inclui trabalho de campo com colaboração entre estudantes Suecos e Moçambicanos.

Por último, a Constatação da Realidade em Moçambique serviu como exemplo/modelo de pelo menos dois outros exercícios similares: um é o projecto de Constatação da Realidade em Angola (2015-2018), financiado pela Embaixada Norueguesa e realizado pela Universidade Católica (UCAN/CEIC) e pelo Chr. Michelsen Institute. Os estudos estão a ser feitos na cidade capital Luanda e na província rural de Malanje e representam uma abordagem rara em Angola. Há também planos para um estudo de Base nos moldes da Constatação da Realidade em Moçambique, para um programa das Nações Unidas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos das raparigas e jovens mulheres em Moçambique, a ser implementado pelo UNFPA, UNICEF, Mulheres NU e UNESCO nas províncias da Zambézia e de Nampula em Moçambique.

Avaliação Geral. Acreditamos que a ampla distribuição dos relatórios e o número de eventos onde os relatórios foram apresentados e discutidos levaram a um elevado grau de cumprimento do primeiro objectivo das Constatações da Realidade em Moçambique: contribuir com informação para a discussão pública entre os principais actores do desenvolvimento sobre a redução da pobreza, especialmente na província do Niassa.

O segundo objectivo – contribuir para uma melhor compreensão dos métodos qualitativos de monitoria da pobreza em Moçambique – foi parcialmente cumprido. Os relatórios envolveram fazedores de política, profissionais de ajuda, pesquisadores e outras partes interessadas em discussões sobre aspectos qualitativos da pobreza e bem-estar – mas é difícil *verificar* se isto teve implicações tangíveis na forma como as políticas de redução da pobreza são planeadas, implementadas e avaliadas no governo e entre os doadores e organizações da sociedade civil.

No que respeita ao terceiro objectivo – fornecer à Suécia dados qualitativos relevantes sobre o desenvolvimento e resultados do seu envolvimento em Moçambique e apoiar a ulterior implementação do seu programa no Niassa – a sua execução parece ser mista. O início do projecto em 2011 coincidiu com a redução/retirada da Suécia de várias actividades no Niassa, o que tornou mais pequeno o âmbito do envolvimento geral da Suécia. Por outro lado, os relatórios de Constatação da Realidade foram usados como literatura de referência pela embaixada e parceiros de implementação no desenvolvimento de um novo programa de Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza em Moçambique. As intenções originais de envolver a equipa de Constatação da Realidade directamente, participando na discussão de “questões prioritárias identificadas nas revisões anuais de projectos e programas nos sectores prioritários Suecos” e no desenvolvimento de uma nova Estratégia Nacional não se materializaram – sem com isso dizer que os estudos não tiveram influência.

5. RECOMENDAÇÕES

A maioria dos governantes e doadores continua a ter a prestação de serviços públicos e a redução da pobreza como um objectivo central das suas políticas de desenvolvimento. Assim acreditamos que a abordagem/análise qualitativa como a da Constatação da

Realidade seria um complemento importante da análise quantitativa para medir no espaço e no tempo a prestação de serviços e a redução da pobreza.

Recomendamos também que o conceito/ideia original das Constatações da Realidade, centrado em agregados familiares individuais e na “imersão”, seja alargado para incluir abordagens qualitativas/participativas adicionais referidas acima. A mudança ao nível de agregado familiar será muitas vezes demasiado lenta e confinada para lançar luz sobre mudanças paralelas ao nível estrutural/comunitário. Isto, argumentámos, deve ser parte importante da análise geral.

Nos casos onde o acesso a dados de inquérito/quantitativos das comunidades em estudo for limitado, recomendamos a inclusão de estudos de Base/Final. Além das vantagens analíticas, a maioria das partes interessadas levará mais a sério estudos que combinam dados qualitativos e quantitativos.

A Constatação da Realidade em Moçambique é ampla no seu âmbito, cobrindo tanto as dinâmicas da pobreza e bem-estar como as relações com instituições do estado. É também a longo prazo (cinco anos) e envolve um relativamente grande número de pessoas (nove pesquisadores mais pessoal de apoio/enumeradores). A utilidade de usar a abordagem em intervenções mais pequenas baseadas no sector (agricultura, energia, sector privado, etc.), com equipas mais pequenas, deve ser avaliada.

Os estudos de Constatação da Realidade em Moçambique avaliaram as implicações dos processos e intervenções de desenvolvimento durante um período de cinco anos. Para medir o impacto a longo prazo no desenvolvimento social e nas instituições públicas, é necessário mais tempo. Recomendamos que, passado um período de 3-5 anos, se considere fazer uma nova visita ao Niassa e às comunidades de Cuamba, Lago e Majune.

A pesquisa aplicada/consultorias como a Constatação da Realidade são por natureza uma corrida contra o tempo – tanto no campo como durante o processo de escrita. Raramente há tempo para análise mais profunda e para a aprendizagem. Ao mesmo tempo, as Constatações da Realidade produziram uma abundância de dados. Recomendamos que a Embaixada da Suécia/Sida ou outras partes interessadas reservem fundos para a produção de um conjunto limitado de estudos/publicações académicos mais profundos relacionados com as dinâmicas da pobreza e bem-estar e com a utilidade de abordagens qualitativas/quantitativas.

ANEXO 2: TERMOS DE REFERÊNCIA



Embassy of Sweden
Maputo

2010-12-16

TERMS OF REFERENCE

Implementation of Reality Checks in the Niassa Province, Mozambique

These terms of reference provide guidance for the elaboration of a tender regarding the application of the methodology for a Reality Check in the Niassa Province in Northern Mozambique, as well as possible further context specific modification of this tool.

1. Introduction

Poverty Monitoring in Mozambique is rather well established and the country's information systems are relatively well developed when comparing with other countries with similar levels of development.

Poverty monitoring chiefly takes place within the framework of the implementation of Mozambique's poverty reduction plan (PARPA). The annual Joint Reviews (carried out jointly by the government and the donors) and the Development Observatories (the main platform for civil society participation in the PARPA processes at provincial and national level) are the main institutionalized processes/platforms for reviewing poverty trends and the poverty impact of public policies. These processes are foremost informed by quantitative data derived from different types of national surveys provided for by the National Statistics Institute, INE (*Inquérito Demográfico e de Saúde* (IDS), *Inquérito de Indicadores Múltiplos* (MICS), *Inquérito ao Orçamento* (IOF) and *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar* (QUIBB))¹

This data forms a fundamental input to the development of government policies and programs for poverty reduction, as well as the donor interventions that support them. However, by their quantitative nature, these surveys do not capture all the dimensions of poverty that are relevant to the design of policies and programs. Additional data on qualitative dimensions regarding poverty would constitute valuable complements to the existing quantitative data.

¹ see INE (2008), *Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional 2008-2012*.

Against this background, the Embassy of Sweden in Mozambique considers that there is a need to apply and possibly further adjust additional tools for monitoring poverty and the impact of public policies. The initiative will hence be carried through within the realm of close partnership between Sweden and the Province of Niassa.

2. Objectives

By improving the knowledge on crucial dimensions of poverty, the use of the Reality Check tool is expected to: (i) provide Sweden with qualitative follow-ups of developments and results to inform the implementation of its cooperation with Mozambique, (ii) inform the public discussion among key development actors on poverty and on poverty reduction programmes and policies in Mozambique, especially in the province of Niassa; and (iii) contribute to an increased understanding of qualitative poverty monitoring methods in Mozambique.

The Reality Check is expected to achieve these objectives by enhancing knowledge on:

Poverty:

- Non-tangible dimensions of poverty, such as vulnerability and powerlessness;
- Poor people's own perceptions of poverty;
- Causal processes underpinning poverty dynamics; and
- Coping/survival strategies adopted by women and men living in poverty;

Policies and Service:

- Access to, use of and demand for public services according to people living in poverty;
- Quality of public services according to people living in poverty;

Local power relations and relationship with state institutions:

- Formal (i.e. political, administrative) institutions that enable or constrain people to carry out their strategies.
- Informal (i.e. cultural, social, family or kin-based etc) institutions that enable or constrain people to carry out their strategies.

3. The assignment: tasks, phases and deliverables

3.1. Tasks

The consultant shall carry out the following tasks:

- a) To apply and, possibly further develop the methodological framework of Reality Checks, including the tools and instruments to be used in its implementation (see section 4 of these Terms of Reference);

- b) Conduct the Reality Check annually over a time frame of five years;
- c) Compile and produce reports on the findings from the Reality Checks;
- d) Provide feedback to communities and local stakeholders that take part in the Reality Check;
- e) Coordinate with stakeholders and development actors in Niassa and at the national level; and
- f) Participate in discussions with the Embassy and other stakeholders, as well as in dissemination events.

3.2. Phases and deliverables

These tasks will be carried out in four different phases during the period April 2011 -March 2016. Each phase will result in specific deliverables to be approved by the Embassy of Sweden in consultation with the Provincial Government of Niassa. In addition to the deliverables specified under each phase, the Consultant is expected to participate extensively in meetings and conduct presentations to the Embassy, the Provincial Government of Niassa and possibly other stakeholders.

Phase 1 (Inception Phase April-August 2011)

During the inception phase, the Consultant shall apply and contextualize the methodological framework of RC as well as a plan for how the entire assignment will be carried out. This phase also involves developing, testing and modifying the tools and instruments that will be applied in the Reality Check, as well as consulting with stakeholders in Niassa. This work will be closely coordinated with the Embassy, the Provincial Government of Niassa and possibly other stakeholders.

During phase 1, the Consultant shall deliver the following products:

- A methodological framework, i.e. a document that explains and provides the scientific rationale for the methodological approach and details the instrument and methods that the consultant will use.
- A proposal on how to coordinate with local public and private institutions in Niassa, including options for involving local research institutions/universities.
- A broad work plan that covers the entire Reality Check process.
- A detailed work plan for the first Reality Check.
- A tentative table of contents for the first Reality Check report.

Phase 2 (Consolidation of Methodology and first Reality Check September-December 2011)

During Phase 2 the Consultant shall conduct the first Reality Check, document the results in a report and fine-tunes the methodological framework and tools. The adjustment of methods and tools will be based on a separate report about the process and the methodology, as well as on a profound discussion with the Embassy, the Provincial Government of Niassa and possibly other key stakeholders.

During phase 2, the Consultant shall deliver the following products:

- A field report, consisting of separate reports from each selected location. These informal but detailed reports by each field team are the raw material from which the Annual Report is derived and will serve as a baseline for the coming years.
- A first Annual Report based on the on the results of the first Reality Check as presented in the field report. The Annual Report consolidates and synthesizes the field report, taking into account feedback from a Reference Group to be set up in Mozambique (see *below*), including the Embassy of Sweden and the Provincial Government of Niassa, following the post fieldwork presentation. The Annual Report is the public, finalized document, laid out and written for a wider dissemination. The Annual Report shall be written in Portuguese with an executive summary in English. It is expected to be around 30 pages including a summary and should have a professional layout. The report should be ready for dissemination in Mozambique and Sweden within one month after the presentation of the field reports;
- A report on the methodological issues and concerns identified during the first reality check, including suggestions on how to fine-tune and further adapt the methodology.

Phase 3 Reality Checks (December 2011-December 2015)

During Phase 3 the Consultant shall conduct yearly Reality Checks, document the results in reports and participate in the dissemination of the results. Each annual "Reality Check cycle" will be based on a yearly plan that will be discussed with relevant stakeholders and approved by the Embassy in consultation with the Provincial Government of Niassa.

During phase 3, the Consultant shall deliver the following products:

- Yearly plans that outlines the process and milestones for each year's Reality Check (4 in total);
- Yearly field reports 2011-2015 documenting the Reality Checks.
- Yearly reports for 2011-2014 that compile the results of the Reality Checks, focussing on changes over time. The Annual Report shall have the same graphic profile throughout the years. Feedback to the local communities taking part in the Reality Check.
- Coordination with stakeholders and development actors in Niassa and at the national level; and
- Presentations to the Embassy of Sweden in Maputo and the Provincial Government of Niassa, as well as participation in dissemination events in Mozambique (key meetings will be agreed on in the yearly work plans) and possibly at Sida HQ .

Phase 4 Conclusion (October 2015-March 2016)

The phase 4, which partly overlaps with the last year of phase 3, consists of compiling a final report based on the results from the annual Reality Checks, as well as conducting a profound review of the entire Reality Check process

and a critical self-assessment of the methodology. The review will involve the participation of key stakeholders and be documented in the final report.

During phase 4, the Consultant shall deliver the following products:

- A final report consisting of (i) a summary of the yearly reports, including a compilation of qualitative data and overall conclusions regarding the findings. This report shall be in Portuguese, with an executive summary in English; (ii) a Reflection report, including an assessment of the methodology and process, lessons learned and recommendations for the future (up to 50 pages in length). The report shall be in Portuguese, with an executive summary in English.
- Presentations to the Embassy of Sweden in Maputo, as well as participation in dissemination events (key meetings will be agreed on in the yearly work plans) and possibly at Sida HQ.

3.3. Utilization and dissemination of results and reports

The output of the Reality Check will be used by the Embassy and the Provincial Government of Niassa in their dialogue as well as in dialogue with other stakeholders, including the Government of Mozambique at national and district levels. It will also be used in dialogue with development partners in general. In the pursuit of information that can contribute to constructive policy changes that benefit the results for the people living in poverty, spinoff initiatives such as workshops and seminars are expected to emerge along the way. Special flexibility is called upon to meet these requirements, as far as funding and planning goes. After each field period, verbal presentations on findings and experiences is expected to take place as described above. The Consultant may also be requested to participate in dissemination events in Mozambique and/or at Sida HQ in Stockholm, Sweden annual review meetings or similar events. In order to preserve the integrity of the RC approach, and to protect the confidentiality of informants, the Embassy and Sida shall consult with the Consultant before any public dissemination of RC material.

4. Main Features/Methodology of the Reality Check

The two perspectives under Sweden's Policy for Global Development PGD² serve as key points of departure, with particular emphasis on Poor Peoples' Perspectives on Development. Sida's *Perspectives on Poverty* shall also serve as a point of reference³. Special attention should also be given to priority issues identified in the annual reviews of projects and programmes within the Swedish focus sectors, i.e. Democratic Governance, Agriculture and

²*Current thinking – the two perspectives of the PGD (2006).*

<http://www.sweden.gov.se/sb/d/3102/a/18434>

³ Sida's *Perspectives on Poverty*, October 2002;

<http://sidapublications.citat.se/interface/stream/mabstream.asp?filetype=1&orderlistmainid=2588&printfileid=2588&filex=3499262952264>

Energy. The Consultant is expected to be well informed about progress and difficulties within these sectors and programmes/projects receiving Swedish support, and should find methods to sustain contacts and extract information throughout the assignment.

The process and methodology for the Reality Checks will respond to the following broad characteristics:

a) The emphasis of the Reality Check approach is on qualitative, participatory and innovative methods for listening to poor people's perspectives on development in order to capture the multidimensionality of poverty, offer insight into causal processes and allow for the triangulation of information from different sources.

The Reality Check will:

- depart from the relevant available statistical data on poverty and service provision;
- collect quantitative micro-level household data on living conditions in the locations where the study takes place;
- collect information about service provision from local institutions and service providers through available statistics, visits and observation;
- apply qualitative methodologies such as semi-structured interviews and participant observations with selected households and key actors, including e.g. participatory rural appraisals (PRA) and/or equivalent methods such as life stories, the use of photography, drawings and/or drama if relevant and applicable;
- combine the information from the above sources with the aim to form a comprehensive picture of the reality, focussing on establishing causal links and uncovering underlying dynamics. The central objective is to understand and explain change.

The approach is to be well documented and care shall be taken to ensure consistency from year to year.

b) The reality check will look at how issues related to transparency, non-discrimination, participation and accountability affect people's daily life, more specifically: (i) transparency and access to information about public policies and resource allocation; (ii) participation in public life; (iii) accountability of public institutions to citizens at the local level (district and below); and (iv) the link between discrimination, vulnerability and poverty (including issues related to the rights of women and children).

c) The Reality Check methodology should allow, where possible and appropriate, for the exploring of issues related to the agriculture and energy, including land, environment and climate change.

e) The reality check will be carried out in the province of Niassa. In order to adequately reflect differences in structural constraints (such access to services, infrastructure and economic opportunities) as well as in political and social relationships (degree of importance of traditional vs state

institutions, degree of access different types of social networks etc), the Reality Check should cover a range of different types of locations in Niassa. The criteria for the choice of locations need to be further elaborated on by the Consultant and discussed with Sida and the Provincial Government of Niassa. As a benchmark, three locations should be chosen and the final choice is to be made in collaboration with the Provincial Government of Niassa.

The Reality Check should include a panel of households to allow for the study of poverty dynamics and for understanding the factors behind phenomenon such as chronic poverty, vulnerability and transitory poverty.

f) The Reality Check should be updated annually. Different options for updating the study, such as doing a “lighter” yearly follow up and a “deeper” study every two years, and their cost implications should be discussed during the methodological development process.

5. Coordination

The Consultant shall plan and carry out the Reality Checks in close coordination with the Embassy of Sweden in Maputo and in collaboration with the Provincial Government of Niassa . The Embassy will provide a focal point who will act as the consultant’s main counterpart; however, the consultant will need to interact with a broader group of Sida staff..

The Consultant shall also coordinate with Mozambican stakeholders, including:

- The Provincial Government of Niassa;
- The National Institute for Statistics (INE), in order to ensure coordination with other initiatives and processes linked to the National Statistics System (SEN);.
- The Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), within the Ministério de Planificação e Desenvolvimento, in order to ensure coordination with other poverty monitoring initiatives;
- Local authorities in the locations where the Reality Checks are carried out as well as the provincial government, to make sure that the initiative is well planned and that its results feed into the local policy discussions;
- Local research institutions/universities in Niassa, in order to ensure that the initiative has an institutional anchor in the Province;
- Civil society stakeholders in the province, to make sure that the initiative contributes to an improved public discussion about poverty and policies and programmes to fight it.

In order to maximize the usefulness of Reality Check, and utilize its potential to contribute to the discussion around results for people living in poverty, both in Mozambique and globally, it is suggested that a Reference Groups is set up in Mozambique . The Reference Group will be organized by the Embassy in collaboration with the Provincial Government of Niassa and consist of persons

of strategic importance and insight in the respective sectors and thematic issues of relevance, including government, donor and civil society individuals. The Reference Group in Mozambique will provide input and feedback to the Consultant, review draft reports and assist the Consultant to draw conclusions from the voices heard in the field work. The Reference Group will also suggest appropriate platforms for the dissemination of the reports, and draw attention to key findings in relevant policy fora. The Reference Group will also assist the focal person in the Embassy to provide the Consultant with reference material concerning the focus sectors and thematic issues of concern. The Consultant is responsible for acquiring relevant documents and up-dated information on the developments in Mozambique and Niassa.

Feedback to the communities participating in the Reality Check is an integral part of the approach to be carried out by the Consultant.

6. Team

The Consultant is expected to hold in-depth knowledge and proven application of qualitative methodologies, including participatory methods and approaches (such as immersions, varieties of participatory rural appraisals, and the use of verbal and non-verbal techniques to ease the data collection).

The composition of the team should reflect the multi-disciplinary nature of the assignment, integrating members with in-depth knowledge in the fields of anthropology, sociology, statistics, political science, economics and agriculture.

The team leader/s should have more than 10 years experience of participatory approaches and qualitative work, techniques and data collection from countries in the South, preferably from the Southern and East Africa region. All team members should be comfortable with living in basic conditions in rural and semi-urban environments and demonstrate a sense of integrity towards people living in poverty. The team should integrate members that are fluent and/or conversant in the local languages (i.e. Macua, Nyanja, Yao) and members that are fluent in English and Portuguese. In Niassa, the knowledge of English is very limited and therefore it is of particular importance that field staff, including interviewer, can communicate well in Portuguese. At least one team member need to be fluent in one of the local languages. Additional team members being conversant in the local languages will be considered a strong advantage.

7. Budget

The budget in the tender should be proposed on a basis of approximately 60 man weeks per year and allocated adequately over the different phases. This amount of working weeks shall include preparatory work; field missions (including possible sub-teams working at the selected locations); reporting and documentation, translation and interpretation services; presentation,

dissemination and feed-back as well as extra time for the Team Leader and unexpected miscellaneous work. A complete budget shall be attached to the tender and figures proposed in SEK (excluding VAT).

8. Archive

The Consultant shall create an easily accessible electronic archive for photos, videos, audio tapes, drawings, and field reports which can be accessed by the public for purposes authorized by the Embassy in consultation with the Consultant. One copy of the archive shall remain with the Consultant and one shall be lodged with the Embassy. All original material should when possible be stored at the Embassy.